

TRIGO

Apesar dos cortes no custeio, muita gente ainda aposta na lavoura de trigo. Na Pioneira, a área será maior em torno de 40 por cento

Páginas 6 e 7

SETOR PRIMÁRIO EM SEGUNDO PLANO

UM PACOTE CHEIO DE REMENDOS

O agricultor é convidado a desembulhar confusões, depois de mais de três meses de espera. Páginas 4 e 5

PODER

Mais de 400 mulheres participam das eleições

Última página

MS

Estado quer logo a Ferrovia da Produção

Página 18



A caminhada pela terra

Acampados farão 450 quilômetros de Sarandi a Porto Alegre

Páginas 12 e 13

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRAN N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sparotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter
Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Beschornier, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Ângelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Wagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademar Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sparotto, Protasio Lottermann, Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godói Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Antenor José Vione, Antonio Cândido da Silva Netto e Valdeci Oli Martinelli.

Suplentes:
Valter Luís Driemeyer, Luiz Anildo Brum da Costa e Flori José de Pelegrin.

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

REDAÇÃO:

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

CORRESPONDENTES:

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé
Dom Pedrito: João Roberto Vasconcelos

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Poucos setores da economia receberam com tanto entusiasmo o Plano Cruzado do governo quanto a agricultura. Hoje, é também este um dos setores mais frustrados com as mudanças econômicas. O agricultor conviveu, durante três meses, com muita indecisão, e vê agora o governo anunciar que o pacote para o setor primário está pronto. O crédito não é tão barato como se esperava, o custeio para as lavouras de inverno foi reduzido, não há verbas para investimentos e a comercialização acontece de forma tumultuada. O pior de tudo é que, com o conjunto de medidas para o campo, Brasília não chegou a dar rumo a uma nova política agrícola. Um balanço do pacote revela que houve muito mais recuos do que avanços, considerando-se a expectativa dos produtores. Páginas 4 e 5.

Depois de tantas promessas de que nesta safra não iria faltar recursos para a lavoura de trigo, o governo muda, em cima da hora, as regras de custeio, causando confusão entre os agricultores que já se preparavam para dar início ao plantio. Foi um corre-corre dado em direção aos bancos, pois tantos os contratos como os projetos de assistência técnica precisaram ser refeitos em até três vezes. Toda essa mudança vem comprometer, segundo os pesquisadores, a meta de auto-suficiência com alta produtividade, tão falada pelo governo logo que anunciou as primeiras regras de custeio. No vira e mexe, a política de crédito para o trigo, voltou ao que era antes. O médio produtor vai receber o mesmo que vinha recebendo em anos anteriores: 60 por cento do VBC e o grande apenas 40 por cento. O único que levou alguma vantagem é o pequeno, que está recebendo 100 por cento de um VBC inferior ao destinado para os demais produtores. A verdade é que os produtores que não pegarem complementação de verba a juro de mercado, não terão condições de fazer suas lavouras dentro das recomendações da pesquisa. Matéria nas páginas 6 e 7.

Uma proposta começa a ser levantada e discutida em Mato Grosso do Sul: a construção da Ferrovia

da Produção. Para o Mato Grosso do Sul, um estado afastado dos grandes centros consumidores e dos portos de exportação, a Ferrovia da Produção não só baixaria os custos de transporte, como também aumentaria a competitividade dos produtos originários do Estado, não apenas a nível de mercado interno, como de mercado externo. Página 18.

Quem já ouviu falar que peixe pode ser criado com suínos? Pois é, parece mentira, mas criar peixes comendo esterco de suínos é uma atividade que já começa a ser difundida entre os produtores da região. Um trabalho realizado no Centro de Treinamento da Cotrijuí, em Augusto Pestana e a experiência de um produtor da região, o seu Estanislau Przybitowicz mostra as vantagens desse consórcio. As vantagens, a redução de custos e o ganho de peso por animal, estão nas páginas 8 e 9.

Um grupo de 250 acampados da Fazenda Anonni iniciou, no dia 27 de maio, uma caminhada de 450 quilômetros em direção a Porto Alegre. Eles exigem o fim da violência no campo e protestam contra a demora na implantação dos planos regionais. Essa caminhada foi iniciada num mês conturbado quanto às questões agrárias. Maio foi marcado por uma nova onda de assassinatos, pelo crescimento das pressões de setores conservadores que lutam para que a reforma não aconteça, e por mudanças no Ministério que trata do assunto, com a renúncia do paraense Nelson Ribeiro. Páginas 12 e 13.

Filhos de agricultores de escolas dos municípios de Jóia e Ijuí estão vivendo experiências pioneiras no país. Em Jóia, o ensino está tentando resgatar práticas e costumes do meio rural, e com isso reduzindo a evasão escolar. Em Ijuí, no Instituto Municipal Assis Brasil, alunos do segundo grau formaram uma cooperativa por eles administrada, que busca estimular o associativismo. As duas experiências estão sendo contadas na página 15.

As questões trabalhistas

Severino Protti

As relações de trabalho entre empregado e empregador, antes de 1982, no meio rural de Ijuí, eram reguladas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e pela legislação específica que regula o trabalho rural. Naquele ano, num entendimento entre as partes, foi instituída a primeira convenção coletiva de trabalho, e isso representou um avanço. Essa convenção prevê, entre outros aspectos positivos, que, antes de qualquer ação trabalhista, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais buscará o entendimento com o Sindicato Rural Patronal.

Mas a partir de 1985 não houve acordo entre as partes, quando da convenção coletiva, e esta se transformou em dissídio. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais está pleiteando direitos que os empregadores, em muitos casos, não têm condições de atender. Nós temos conhecimento de empregadores que se dispõem inclusive a utilizar herbicidas nas lavouras, em troca da contratação de mão-de-obra.

Essa situação pode contribuir para o agravamento do êxodo rural, pois as reivindicações dos trabalhadores acabam conflitando com o desejo de manter-se o homem no campo. Há assim uma tendência de redução da mão-de-obra no meio rural, com o aumento do cinturão de marginalizados nas cidades. Os trabalhadores reivindicam, por exemplo, um piso salarial de 900 cruzados, quando se sabe que eles contam com benefícios, como moradia e alimentação, que não privilegiam os empregados da cidade. Outras reivindica-

ções são igualmente inviáveis para o empregador, que vem de uma safra de trigo frustrada, no ano passado, agravada com as consequências da estiagem este ano.

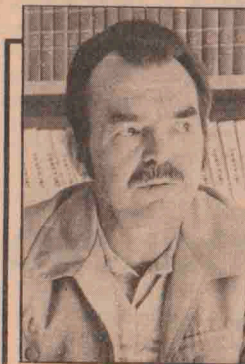
Outro detalhe importante é que a categoria de trabalhador rural em Ijuí não congrega muitas pessoas. O trabalhador rural, ligado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, é em maioria o pequeno proprietário, que também, muitas vezes, necessita da contratação de mão-de-obra. E esse pequeno proprietário igualmente se sente prejudicado, mesmo porque ele não dispõe de uma estrutura e também de conhecimentos na área trabalhista. Nesse caso, muitas vezes a Justiça é considerada culpada, quando esta apenas cumpre a legislação, que já é complexa inclusive para as grandes empresas rurais. Não são poucas as reclamatórias trabalhistas provocadas pela simples inexistência de recibos.

Para o empregador rural, a legislação específica envolve ainda maiores riscos do que a que regula o trabalho na área urbana. Ao contrário do que ocorre na cidade, o trabalhador rural pode reclamar direitos sobre o período trabalhado. Não são raros os casos de empregadores, e especialmente pequenos produtores, que praticamente dividem suas propriedades, muitas vezes com parceiros, para evitar uma demanda. E isso acontece, em muitas oportunidades, porque não possuem comprovantes de pagamento de salários, ou mesmo um contrato de parceria.

Mesmo que o surgimento das convenções tenha de fato representado um avanço, e Ijuí foi o primeiro município gaúcho a adotar tal procedimento, não há

como deixar de reconhecer que os empregadores enfrentam atualmente uma situação que pode implicar em retrocessos, com prejuízos para o trabalhador. Constatase que os trabalhadores estão buscando conquistas, de uma só vez, que poderiam ser conseguidas aos poucos, através da negociação. Com conquistas mais lentas, o próprio empregador melhor absorveria o impacto dos novos benefícios.

É compreensível que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais procure ampliar os benefícios da categoria que defende, em relação ao que está previsto na legislação. E nós, particularmente, consideramos positiva a convenção coletiva, pois desta maneira a justiça é feita pelas partes, e não imposta pelo poder judiciário. Dessa forma, o ideal seria que, através do consenso, as relações entre empregados e empregadores voltassem a ser reguladas pela convenção, como aconteceu de 1982 a 1984.



Severino Protti é advogado do Sindicato Rural Patronal de Ijuí

SUBSIDIÁRIAS Meotti na presidência

O economista Oswaldo Olmiro Meotti passou a acumular os cargos de presidente da Cotriexport - Cia. de Comércio Internacional, e Cotridata - Processamento de Dados Ltda. A primeira é sediada em Porto Alegre e a segunda em Ijuí. Prosseguindo na política de reduzir custos administrativos e operacionais, o presidente da Cotrijuí acumulou mais as referidas presidências, sem qualquer custo para aquelas empresas, já que a prestação de serviços é inteiramente gratuita. No caso da Cotridata, Oswaldo Meotti assumiu o cargo vago com o falecimento do deputado federal Siegfried Emanuel Heuser, que presidia a empresa desde a sua fundação em 1976. Com essas mudanças, a estrutura administrativa das duas empresas é a seguinte: Cotriexport - presidente, Oswaldo Olmiro Meotti; vice-presidente, Homero Bellini; e diretor-operacional, Walter Suliman Duarte. Cotridata - presidente, Oswaldo Olmiro Meotti; vice-presidente, Celso Bolivar Sperotto; e superintendente, Telmo Brunatto.

Solo em debate

A conservação do solo em microbacias - experiências e resultados já alcançados -; práticas não mecanizadas de conservação do solo; política de conservação do solo e legislação; problemas do uso inadequado do solo e suas conseqüências gritantes em Mato Grosso do Sul, além de trabalhos técnicos, com resultados de pesquisas. São estes os temas que serão discutidos durante o VI Congresso Brasileiro e VI Encontro Nacional de Pesquisa sobre Conservação do Solo, a realizarem-se em Campo Grande de 13 a 18 de julho. O Congresso será realizado de 13 a 16 de julho no Teatro Glaucê Rocha, no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, enquanto o Encontro Nacional de Pesquisa, marcado para os dias 17 e 18 de julho, acontecerá no Paço Municipal de Campo Grande. As inscrições, bem como a hospedagem, devem ser providenciadas com antecedência. Maiores informações sobre os eventos podem ser obtidos junto a comissão organizadora, pelo fone (067) 383-3830, do Instituto de Preservação Ambiental de Mato Grosso do Sul (Inamb).

Diretor do Irfa em Israel

O diretor do Irfa - Instituto Riograndense de Febre Aftosa, veterinário Carlos Quintana da Rosa, já se encontra em Israel, para onde viajou no dia 1º de junho a fim de participar de um curso intensivo de manejo e criação de gado leiteiro. O curso é proporcionado pelo Ministério de Relações Exteriores de Israel, num programa convite subvencionado pelo governo judeico. Após o cumprimento desse programa técnico, que termina no dia 13, Quintana

Profissão: agricultora

As mulheres rurais têm pavor de um detalhe que aparece em todos os seus documentos, ou quando têm que assinar papéis. Elas são classificadas como "doméstica", "dona-de-casa" ou simplesmente "do lar". Na verdade, são trabalhadoras rurais, não reconhecidas oficialmente como tal. Mas nem todos os setores do governo surgem como obstáculo nessa luta. Agora, por exemplo, quando do recadastramento eleitoral, o pessoal encarregado desse serviço foi orientado pelos juizes para que as mulheres se recadastrassem como agricultoras. É o que vai constar no título de dona Leocádia Zawatski, residente na Linha 11 Oeste em Ijuí, e casada com o agricultor Miguel Zawatski. Até agora, ela é identificada como doméstica, mas já nas próximas eleições estará votando



Dona Leocádia: profissão reconhecida

como agricultora. Dona Leocádia nem sabia disso, quando veio ao posto instalado na Cotrijuí para solicitar título novo, e ficou contente com a novidade. "Eu lido em casa e também com a criação de porcos, com as galinhas, e até na lavoura, e gosto de tudo", disse ela. Só que dona Leocádia e tantas outras mulheres rurais esperam que esse reconhecimento não fique só no título eleitoral.

Um sindicato posseiro

Duas chapas estão inscritas para as eleições de 19 de agosto, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupanciretã. A chapa 1 é liderada por Batista Tonelli, e a chapa 2 tem José Ataíde Conceição como candidato à presidência. Um deles irá substituir Juvêncio Pedrosa, atual presidente da entidade. O STR de Tupanciretã está numa situação curiosa, pois deverá ser presidido por um morador do município de Jóia, onde residem Tonelli e Conceição. Acontece que o

sindicato sempre teve sua sede em Jóia, onde foi fundado quando este era ainda um distrito de Tupanciretã. Há quatro anos Jóia conseguiu a emancipação, transformando-se em município, e o STR continuou sediado no ex-distrito. A regularização dessa situação foi iniciada pela atual diretoria, e deverá acontecer com a posse dos novos dirigentes, com uma extensão de base do sindicato, que passaria a ter área de atuação em Tupanciretã e Jóia.



Os técnicos e a terra

Profissionais de várias áreas vêm manifestando apoio à luta dos sem-terra, mas nem sempre essa solidariedade reconhece direitos que esses agricultores reivindicam. Pois durante o 1º

Congresso Estadual de Profissionais da Área Tecnológica, realizado de 23 a 25 de maio em Ijuí, uma moção deixou bem clara a posição de agrônomos, engenheiros e técnicos de nível médio, que atuam na agricultura e na indústria. Eles não só apoiam o movimento dos sem-terra como reconhecem como legítima a ocupação de áreas ociosas como forma de pressão, para que a reforma agrária de fato aconteça. Centenas de profissionais gaúchos vieram a Ijuí para o Congresso, que - na moção aprovada - repudiou a concentração da terra no Brasil, a morosidade na implantação dos planos regionais da reforma e a guerra declarada pelos latifundiários em algumas regiões. A exemplo de outros encontros já realizados para o debate das grandes questões nacionais, também este deu destaque a temas políticos. E, é claro, não deixou de pôr em discussão a Assembléia Nacional Constituinte, com a participação nos debates de representantes de vários partidos. Os técnicos defendem, aliás, que a nova Constituição também trate da posse da terra, proibindo, entre outras coisas, que estrangeiros sejam donos de áreas no Brasil.

Carijós: sucesso no Pará

Imagine como seria a viagem de mil pintos, do Rio Grande do Sul ao Pará, praticamente atravessando o Brasil de uma ponta a outra. Pois isso poderia acontecer, se a produção de pintos de raças crioulas, no Centro de Treinamento da Cotrijuí, em Augusto Pestana, fosse suficiente para atender um pedido vindo de Belém do Pará. Fernando Maranhão, proprietário de um aviário naquela cidade, leu uma reportagem sobre o projeto de criação de galinhas crioulas do CTC, na revista Guia Rural Abril, de circulação nacional, e se interessou especialmente pelos pintos carijós. "Eu quero mil pintos por mês", disse ele, por telefone, ao gerente do CTC, Rivaldo Dhein. Assim como aconteceu no Rio Grande do Sul, também no Pará a galinha branca, de raça híbrida, entrou no mercado e acabou com as criações de galinhas crioulas, mais rústicas. Mas o CTC não recebeu apenas este telefonema, pois após a circulação da revista chegaram ligações de São Paulo, Goiás e até da Paraíba, com muita gente interessada também nos projetos de piscicultura. Fernando Maranhão, o dono do aviário do Pará, ficou frustrado quando soube que o CTC não poderia atender seu pedido. Ele pretendia receber pintos, todo mês, que viajariam do Rio Grande do Sul ao Pará de avião.

Cotrijuí no INDE

Com a preocupação de estudar métodos de aperfeiçoamento desburocratizantes, a Cotrijuí associou-se ao Inde - Instituto de Desburocratização de empresas, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro. Foi criada em 1985 e tem os seguintes objetivos: estimular o intercâmbio de experiências sobre desburocratização e simplificação de métodos de trabalho entre empresas, visando o aumento da produtividade; realizar e divulgar estudos, análises e pesquisas sobre os temas propostos, assessorar as organizações filiadas no planejamento e na implantação e desenvolvimento de seus programas desburocratizantes. Também visa colaborar com as autoridades, no sentido de simplificar ou eliminar as tendências burocráticas do poder. Foram indicados como representantes permanentes da Cotrijuí no Inde, os funcionários Asdear Salinas, assessor de organização e métodos, e Gilson Rasador, assessor jurídico.

Supermercados

A rede de supermercados da Cotrijuí é a 13a. do país em número de lojas, com suas 39 unidades, conforme levantamento feito pela revista "Supermercado Moderno", editada em São Paulo. A pesquisa leva em conta dados de 1985, e mostra ainda que a rede da Cooperativa está em 17º lugar em área de vendas (metros quadrados ocupados); em 21º em número de funcionários; e em 23º em faturamento. Em primeiro lugar no país está, considerando-se todos os itens do levantamento, a rede Pão de Açúcar.

O pacote ficou pronto?

Frustração: o governo envia ao produtor um velho pacote com novos remendos

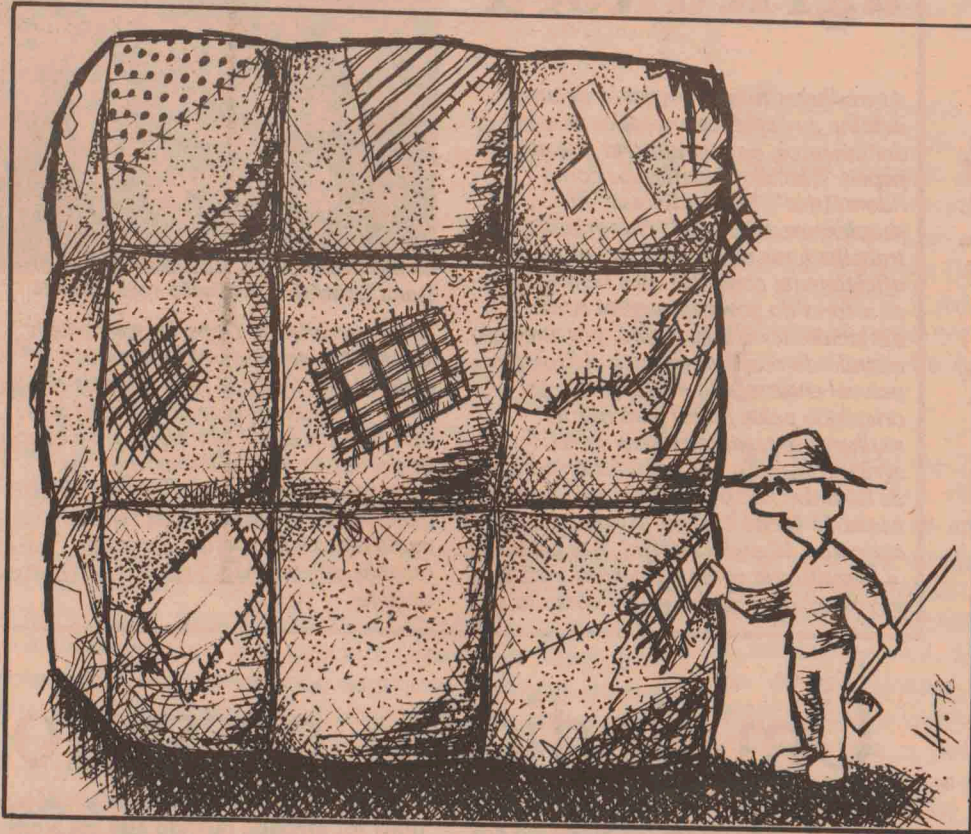
O tão esperado pacote agrícola, aguardado desde o início de março, quando se iniciou a implantação das mudanças na economia, finalmente está pronto. Mas não é novo, como esperavam os produtores. O pacote para a agricultura, depois de muitas indefinições do governo, é na verdade um conjunto de medidas que não chegam a estabelecer uma política para o setor. E, pior do que isto: traz remendos de antigas práticas do governo federal, sem qualquer indicação de que seja capaz de direcionar com clareza a produção.

O pacote foi sendo amarrado aos poucos, e — segundo as lideranças rurais do Rio Grande do Sul e outros Estados — frustra a expectativa dos produtores (veja no quadro desta página). O governo avançou pouco e recuou muito ao definir questões como crédito, comercialização e controle dos preços dos insumos. Tanto que no dia 19 de maio, durante uma reunião com dirigentes da Ocergs, Farsul, Fecotrig, Fetag e outras entidades ligadas ao setor, em Porto Alegre, chegou a ser planejado um movimento contra as decisões tomadas em Brasília.

CUSTEIO

O protesto estava previsto para o dia 28, quando os produtores gaúchos deveriam suspender suas atividades e as cooperativas fechariam suas portas. Desta vez, ao contrário do que havia acontecido antes do lançamento do pacote, em fevereiro, a Fetag aliou-se ao movimento, que somente teria sucesso com a participação dos pequenos produtores. Mas a principal queixa envolvia interesses de médios e grandes produtores, prejudicados pelo corte nas parcelas do custeio do trigo cobertas pelo juro de 10 por cento (veja nas páginas 6 e 7).

A manifestação dos gaúchos estava preparada, quando no dia 21 o ministro Iris Rezende anunciou que o governo vol-



taria atrás, revisando em parte a medida. Nessa revisão, o médio produtor passou a contar com uma maior parcela do VBC. A área econômica também decidiu comprar carne do Estado; reduzir o EGF de 15 para 10 por cento para cooperativas que beneficiam arroz; e agilizar a liberação de verbas para custeio.

Foi assim que, alguns dias depois, o protesto era suspenso, e as entidades anunciavam que os produtores ficariam "em mobilização permanente". O presidente da Ocergs (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul), Adelar

Cunha, admitiu que as medidas "tinham alcance limitado", mas reconheceu também que em parte as reivindicações haviam sido atendidas. Já o presidente da Farsul, Ari Faria Marimon, preferiu lembrar que estava reaberto o diálogo com o governo.

PEQUENOS

O que ninguém quis dizer é que dificilmente o protesto teria o êxito esperado. Primeiro, porque qualquer mobilização no interior teria que envolver os sindicatos de trabalhadores rurais, e não havia nenhum sinal de que isso estaria acontecendo. A explicação é esta: as principais reivindicações dos gaúchos estavam relacionadas com questões que afetavam os interesses dos médios e grandes produtores, como o prazo para pagamento das compras por AGF, a redução no custeio do trigo, a comercialização da carne e do arroz.

Os pequenos produtores — que poderiam ser aliados decisivos para o sucesso do movimento — já estavam escaldados do boicote ao fornecimento de leite. O boicote durou apenas cinco dias, de 15 a 19 de maio, e com resultados que não empolgaram (veja matéria na página 14). O jeito, para quem acreditava no protesto do dia 28, foi aguardar avanços que na realidade não aconteceram.

Até o início de junho, enquanto continuava a anunciar a importação de alimentos, o governo não conseguia resolver a comercialização das safras de verão, com o arroz e o milho, em muitas regiões, sendo vendidos abaixo do preço mínimo. Também não se concretizou a promessa

de que haveria agilização na liberação de verbas para custeio e investimentos. A Farsul chegou a denunciar que os bancos não estavam cumprindo com a determinação de conceder 60 por cento do VBC aos médios produtores.

FERTILIZANTES

Para completar, no dia 2 de junho o governo publicou no Diário Oficial a lista dos preços tabelados dos fertilizantes, e o produtor teve mais uma surpresa. Os valores estavam acima dos praticados no mercado, e eram superior aos da tabela anterior, que vigorava desde dezembro. O fertilizante com fórmula 6,24-12, por exemplo, teve reajuste de preço de 8,42 por cento, conforme comparação feita pelo setor de compras da Cotrijui.

Para muitos, esse reajuste não chega a surpreender, mesmo que represente um furo no pacote, que tem como principal sustentação o congelamento dos preços em todos os segmentos. Não deve ter sido por acaso que a tabela para os fertilizantes somente chegou ao conhecimento do produtor em junho. Também não aconteceu por descuido o aumento nos valores, certamente definido por pressão dos fortes grupos que controlam a área de fertilizantes no país.

PRIVILÉGIO

Um dia depois da divulgação da lista, dirigentes das indústrias Trevo, Fertsul e CRA apareciam nos jornais para dizer que concordavam com os preços tabelados. "Apesar de terem sido fixados um pouco abaixo dos que vinham sendo praticados", segundo Roger Wrigth, da Trevo, "os valores são razoáveis".

As indústrias não conseguiram apenas empurrar os preços dos adubos para cima. Elas também ganharam isenção de impostos, que em alguns casos



Oswaldo Meotti

chegam a ser totais, para importação de matéria-prima destinada aos fertilizantes. Esse privilégio foi explicada pelo governo como uma saída para que certos produtos continuem sendo fabricados, porque dependem de matéria-prima sem similar no Brasil. Foram isentos de impostos o enxofre, o nitrato de potássio, nitrato de sódio e nitrogênio, entre outros.

DISCURSO

"Passados já 16 meses do advento da Nova República, e há três meses da implantação do chamado pacote econômico, o agropecuarista brasileiro continua indeciso com relação aos mecanismos usados pelo governo no que se relaciona com a produção primária. Mudou o discurso, a retórica é mais elaborada. Na prática, porém, estamos vivendo os mesmos problemas de um

Três meses na gangorra

Desde o lançamento do pacote, a 28 de fevereiro, a agricultura foi o setor que mais sofreu com as indecisões do governo. Num balanço por cima dessas indefinições, representadas pelo anúncio de medidas que logo depois eram deixadas de lado, percebe-se que até agora — mais de três meses após o lançamento do pacote — o saldo é desfavorável ao setor primário. Veja abaixo um resumo do que aconteceu a partir de março:

● **Crédito:** Muita gente chegou a acreditar que a taxa de juro ficaria em 3 por cento, ou seja, igual a que vinha vigorando, apenas com a extinção do acréscimo correspondente à correção monetária. Na verdade, a taxa ficou em 10 por cento para o Centro-Sul, para custeio e investimento. Pode parecer pouco, mas especialmente no caso de quem vai comprar máquinas, não é tão baixa assim. O economista Paulo Trevisan, da Fecotrig, já advertiu que o pequeno produtor que adquirir um trator com esta taxa vai suar muito para pagar o banco.

● **Custeio:** O governo anunciou os VBCs para a lavoura de inverno, e estes eram de fato interessantes. Mas, com problemas de caixa, em maio reduziu as parcelas do financiamento aos médios e grandes produtores, que seriam cobertas com

crédito rural (taxa de 10 por cento). Houve reação dos produtores, e o governo voltou atrás, beneficiando no caso os médios agricultores, com 60 por cento do VBC à taxa de 10 por cento. Os grandes, que pensavam em pegar todo o VBC a juros baixos, vão ter apenas 40 por cento. A cobertura de 100 por cento é apenas para os pequenos.

● **Comercialização:** O governo havia corrigido os preços mínimos, até fevereiro, e em maio ameaçou voltar atrás, reduzindo esses valores de garantia em 12,84 por cento. Também desta vez houve reação, e o governo desistiu da medida. Mas adotou outra: decidiu pagar à vista as compras através da AGF somente quando de transações de até 125 mil cruzados. Vendas com valor superior serão pagas em parcelas, até 120 dias. Também em maio o governo aumentou de 3 por cento para até 15 por cento o custo do dinheiro tomado pelos produtores como EGF. Essa medida atingiu especialmente as cooperativas do Rio Grande do Sul, que ainda não haviam contratado EGF para comercialização da safra.

● **Insumos:** No caso do tabelamento dos preços dos insumos ficou evidente o poder de pressão das indústrias de fertilizantes. Elas conseguiram adiar até o início de junho a divulgação dos preços dos adubos ao produtor. No dia 1º de abril, os agricultores já haviam ficado irritados com uma lista de preços no atacado, que o governo largou as pressas. Agora, a lista definitiva é divulgada com preços bem acima dos que eram praticados antes do tabelamento (veja o quadro ao lado).

O AUMENTO NOS PREÇOS DO ADUBO

Fórmula	CIP/Fábrica	+ Frete	Total CIP	Preço Cotrijui	Aumento (%)
2-20-20	2.457,17	140,00	2.597,17	2.490,00	+ 4,30
5.20.20	2.669,97	140,00	2.809,97	2.740,00	+ 2,55
6-24-12	2.765,69	140,00	2.905,69	2.680,00	+ 8,42
6-26-16	3.048,02	140,00	3.188,02	2.900,00	+ 9,93
URÉIA	2.755,90	140,00	2.895,90	2.600,00	+ 11,38

O preço CIP/fábrica é o determinado pelo governo para cada produto. Mas sobre este valor é acrescido o custo do frete, que no caso da Cotrijui oscila em torno de 140 cruzados. Na tabela, aparecem então, para comparação, o total CIP (que é o preço mais o frete) e o preço de venda da Cotrijui antes do tabelamento. Nota-se claramente que houve um aumento nos preços, que chega a até 11,38 por cento para a uréia.

Os planos abandonados

passado ainda recente, quando produzir gêneros alimentícios se constituía quase numa aventura”.

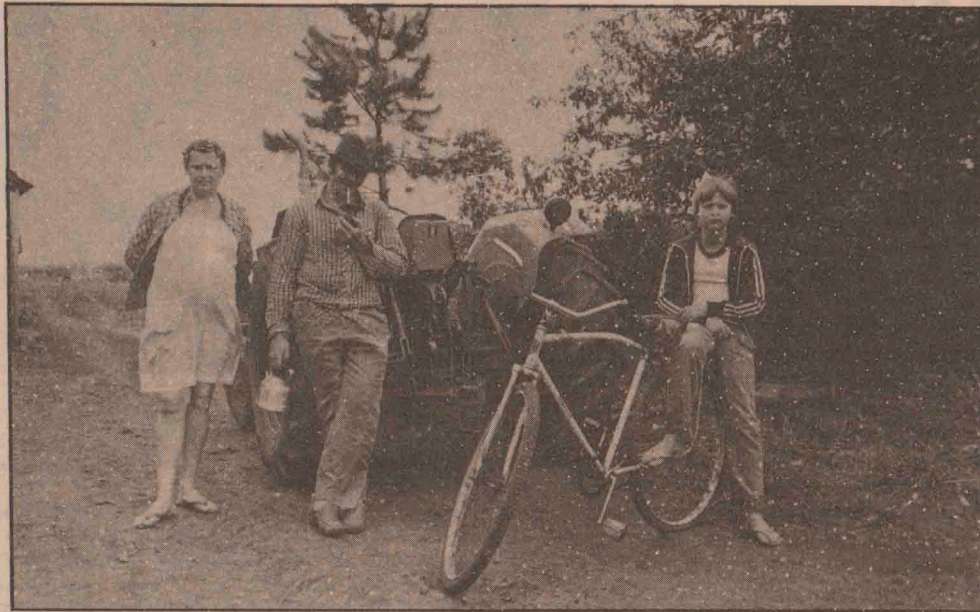
A declaração é do presidente da Cotrijuí, economista Oswaldo Olmiro Meotti, num desabafo contra o que classifica de flagrantes indecisões do governo frente às necessidades do produtor primário. Fazendo um balanço das medidas introduzidas na economia através do pacote, disse que “elas são muito tímidas em relação ao complexo de necessidades nacionais. Tão tímidas que ainda não chegaram no campo”.

Ele chama a atenção para o preço dos fertilizantes, insumo básico e fundamental à agricultura, fixado num patamar superior aos que vigoravam ao final de fevereiro, o que chega a ser absurdo. Traçando um paralelo com a própria Cotrijuí, disse que antes da implantação do pacote a cooperativa estava repassando o produto aos associados em condições de preço melhores do que poderá fazê-lo agora (veja a tabela). E responsabiliza o governo pela demora das medidas suplementares, achando que este tem dado atenção ao custo final, ao consumidor, demorando excessivamente no controle intermediário dos preços.

TIMIDEZ

Para Meotti, essa demora, que caracteriza uma certa timidez — para não dizer insegurança do governo frente às lideranças dos setores secundários e terciários (indústria e comércio) da economia — dá margem de tempo àqueles segmentos setoriais de articularem medidas no sentido de redirecionarem seus efeitos. Isso penaliza o setor primário, cujo poder de pressão é infinitamente menor, além de estar rarefeito pelo interior do país, bem longe dos centros de decisão. Essa realidade, enfatiza o presidente da Cotrijuí, faz com que o governo minimize os problemas e reivindicações da agropecuária, deixando-os em segundo plano no momento de decisões.

Oswaldo Meotti acha que o governo da Nova República precisa repensar urgentemente o Brasil. “É preciso ver não somente o Brasil industrializado e desenvolvido do centro, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, mas olhar também para a periferia, onde vivem os homens que trabalham a terra”.



A família Voigt: Rogério vai continuar andando na bicicleta velha

O pequeno produtor apostou de fato no pacote? E o que ele pensa hoje das mudanças na economia? A família Voigt, da localidade de Esquina Ijuizinho, em Augusto Pestana, dá respostas que poderiam sair da boca da maioria dos minifundiários. Énio, sua mulher, dona Everni, e o filho Rogério, de 13 anos, não só apostaram no pacote como chegaram a fazer planos. Hoje os três vão aos poucos descobrindo que o entusiasmo pode ter sido demais, pelo menos para quem lida em apenas 12 hectares e meio.

Dona Everni levou o pacote tão a sério, logo no início, que chegou a pensar na construção de uma casa nova. Rogério não ficou atrás: “Eu queria uma bicicleta”. Os Voigt estão convencidos hoje de que terão que continuar morando um bom tempo na mesma casa, e Rogério já se contenta com a bicicleta que tem. Énio, que não chegou a se empolgar muito com as mudanças, pois tinha mais dúvidas do que certe-

zas, queria mesmo um bom preço para a soja, e torcia para que os custos dos insumos caíssem.

COMPARAÇÃO

Ele colheu em torno de 300 sacas de soja e já vendeu umas 100 sacas, com uma parte a 128 cruzados e a outra a 126. Guardou o resto à espera de reação no mercado, mas não está certo de que isso irá acontecer. Para a lavoura de trigo, Énio comprou uma tonelada e meia de adubo, e aí pôde fazer uma comparação. Enquanto o preço do produto que tem para vender se manteve bem abaixo de um valor remunerador, a tonelada do adubo custou 3 mil e 300 cruzados. “É caro, em comparação com o preço da soja”, garante ele.

Dona Everni não poderia deixar de

lembrar da situação do leite, no momento de analisar o pacote, e tem uma opinião resumida nesta frase: “O boicote não deu em nada, e quem saiu perdendo de novo foi o colono”. Ela observa que a família chegou a parar para pensar se valia a pena continuar entregando leite. Mas ninguém tomou a iniciativa de sugerir o abandono da atividade. “Se a gente parar, fica sem comer”, diz Rogério, que ajuda os pais nessa lida.

IOGURTE

Enquanto dá sua opinião sobre a produção leiteira, o menino vai rapando um potezinho de iogurte. E arregala os olhos quando a conversa gira em torno dos lucros das indústrias, exatamente com produtos como o iogurte, feito com o leite que vale tão pouco para o agricultor. Rogério nunca comeu coalhada, que é o mesmo iogurte, com a diferença de que não vem com sabores artificiais em potinhos coloridos. “Se eu nunca comi — explica ele — não sei se é bom”. Os Voigt entregam em média, por dia, 15 litros de leite, plantam de tudo um pouco e mantêm uma criação de porcos para o gasto da casa.

A lida nos 12 hectares e meio tem a ajuda de um trator CBT, ano 76, que Énio comprou na época do crédito subsidiado. Hoje, ele admite que não teria condições de comprar um trator zero quilômetro, como fez há 10 anos. Mesmo que pudesse, não seria preciso, pois o CBT foi reformado e aguenta o tirão, nas mãos de Énio ou de Rogério, que também já dirige o trator.

Com os planos em banho-maria, os três ficam torcendo para que as mudanças dêem certo a médio prazo, já que seus efeitos imediatos não favorecem muito a agricultura. Mas dona Everni tem uma dúvida: “Ainda acho que eles (o governo) vão desistir do pacote. Não por causa dos pobres, mas por causa dos outros, dos poderosos”.

Máquinas: agora, falta o dinheiro

“A euforia inicial foi refreada, pois muita coisa mudou desde o lançamento do pacote”. A constatação é de Arthur Schmidt, diretor da Itrasa — Ijuí Tratores, uma das maiores revendas da Ford na região, que aguarda até agora o desencilhe de pedidos de financiamentos na agência local do Banco do Brasil. São mais de 50 contratos em carteira, que o banco não libera por falta de dotação para investimentos. E o setor de máquinas e implementos, pelo menos a nível de revenda, vê assim frustrada em parte a expectativa criada pelas mudanças econômicas.

Na verdade, segundo Arthur Schmidt, há uma conjugação de fatores para pôr freio na euforia. Primeiro, o governo fixou a taxa de juros para investimentos em 10 por cento, quando os produtores esperavam taxa menor. Depois, a cobertura do financiamento a esta taxa foi limitada a 50 por cento para os grandes produtores e 70 por cento para os médios, ficando a cobertura integral apenas para os pequenos. Mais tarde, foi constatado que o Banco do Brasil não tem como atender a tantos pedidos, apesar dos custos do dinheiro. E, para completar, as próprias indústrias não conseguem dar resposta à demanda.

Só que, mesmo que a produção seja acelerada, a tendência, segundo o diretor da Itrasa, é do banco segurar os financiamentos, “pois o governo teme que, com o aumento do dinheiro em circulação, a inflação seja estimulada”. A Itrasa vendeu máquinas até agora quase só a produtores que tinham dinheiro para pagar à vista, depois de retirarem esses recursos da poupança ou papéis.

Um detalhe importante disso tudo é que, mesmo que aconteça uma injeção de recursos para investimentos, o pequeno produtor deverá ficar fora da renovação da frota de tratores. Schmidt observa que não há como repetir, desta vez, o que aconteceu durante a década de 70, quando o crédito subsidiado permitiu a venda de máquinas também a minifundiários. O pequeno tem contra si o preço de um trator novo — que varia dos 120 aos 150 mil cruzados — e as taxas de juros. A saída é a compra de tratores usados, como vem ocorrendo na região.

Apesar da frustração, diante da esperança criada pelo pacote, o diretor da Itrasa assegura: “Acho que se pensarmos no todo, temos que admitir que cada um deve contribuir para que a economia se recupere sem traumas”. Ele admite que o governo



Arthur Schmidt: pequeno produtor não consegue comprar trator novo

está certo, ao tentar controlar o superaquecimento da economia, que estimularia a inflação. O corte no crédito, hoje, pode — de acordo com esse raciocínio — “trazer benefícios a médio e longo prazos”.

QUEIXAS

Mas a Associação Comercial e Industrial de Ijuí entende que a falta de recursos para financiar investimentos já preocupa. Tanto que a entidade entregou uma carta com um apelo ao superintendente regional do Banco do Brasil, Jayme Hilário Mayer, que esteve em Ijuí no dia 3 de junho. Na carta, a ACI reclama da “absoluta falta de recursos na área de investimentos agrícolas, bem como a demora e controvérsias nas contratações e liberação de verbas para custeio”.

Mayer explicou aos empresários que

a decisão de controlar crédito parte de Brasília, e integra o programa de estabilização da economia, mas prometeu levar o apelo adiante. O Superintendente do Banco do Brasil veio a Ijuí para um encontro com as lideranças empresariais do município, e visitou a ACI e indústrias locais. Na Cotrijuí, ele foi recebido pelo vice-presidente da Região Pioneira, Celso Sperotto, pelo superintendente, Antoninho Lopes, e diretores, quando ouviu um relato das atividades da Cooperativa.



Jayme Mayer

Mudanças em cima da hora

Governo muda as regras de custeio e atrasa plantio de trigo no Estado. A meta de auto-suficiência com alta produtividade fica, mais uma vez, comprometida

As alterações nas regras de custeio, com um inesperado corte no crédito previsto para os médios e grandes produtores, poderão frustrar um pouco as estimativas de crescimento da área de trigo no Estado e de aumento da produtividade. É quase certo que, depois de tantas mudanças, a área de trigo no Estado não passe de 1,2 milhão de hectares, contra uma expectativa inicial de 1,3 milhão de hectares. As novas medidas de restrições ao crédito caíram como uma "ducha de água gelada" na cabeça dos produtores, que através de protestos, levaram o governo a recuar em parte nas suas decisões. E quem, mais uma vez saiu perdendo foi o próprio produtor. Preparado para iniciar o plantio, teve de voltar ao banco e refazer suas propostas e seus projetos de assistência.

Em pouco mais de um mês, desde que anunciou oficialmente os valores de VBCs, o governo alterou as regras de custeio por três vezes, deixando os produtores sem saber ao certo o que fazer. O governo começou anunciando que os médios e grandes produtores receberiam 80 a 100 por cento de VBC, a juro subsidiado de 6 por cento ao ano. O pequeno receberia um custeio integral no valor de Cz\$. . 2.394,72.

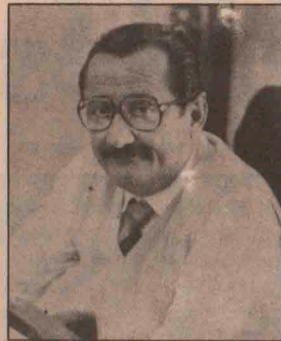
Dias depois tomou outra decisão e reduziu o VBC para 40 por cento para os médios e grandes produtores. Por fim, diante de tantos protestos, terminou concedendo 60 por cento de VBC para os médios produtores, sem mexer com os pequenos. Mas tanto, os médios

como os grandes produtores que quiserem complementação de verba para formar a lavoura de trigo dentro das recomendações técnicas, poderão buscar recursos junto aos bancos, só que a juro de mercado: 22 por cento ao ano.

FALTOU RECURSO

A justificativa para tantas mudanças é de que faltou dinheiro para atender a todos os produtores nos níveis de VBCs propostos pelo governo. De nada valeu a promessa inicial de que este ano não faltaria recurso para o custeio do trigo. A verdade é que tantas mudanças ocasionaram uma demora na liberação dos recursos e, conseqüentemente, um atraso no plantio de trigo no Estado. O governo continua afirmando que os recursos chegarão a tempo e, para tanto, já foram liberados, pelo Banco do Brasil, Cz\$ 800 milhões para esta safra de trigo.

Mas a redução do dinheiro para o custeio não livra o produtor de cumprir as exigências do banco no que diz respeito à assistência técnica e emprego de tecnologia. O produtor que se enquadrou no nível 2 ou 3 e pretende contar com a cobertura do Proagro, não poderá se descuidar desse lado. O próprio coordenador do Serviço de Proagro do Banco Central, Roberto Paulo Sholl da Silva vem advertindo que o banco não vai poupar na fiscalização das lavouras. Aquele produtor que tiver problemas decorrentes da não utilização de tecnologia — aplicação de fungicidas, tratamento de sementes, rotação de culturas, adubação correta — não terá direito ao seguro.



Para Nereu Patussi (foto acima) os produtores da região não vão descuidar da assistência técnica na lavoura



Todas estas idas e vindas do governo em relação a crédito não agradou aos pesquisadores, que esperavam nesta safra, a oportunidade de ver a pesquisa e a assistência técnica melhor valorizada. Para eles, a meta de auto-suficiência e alta produtividade sofreu um duro golpe, pois é sabido que as exigências das recomendações técnicas são muito grandes para serem financiadas com o dinheiro do bolso do produtor. Aquele produtor que não vai pegar verba de complementação, certamente fará a sua lavoura sem nenhuma tecnologia.

TRABALHEIRA

Tantas alterações nas regras de crédito rural acabaram criando uma trabalhadeira danada para os bancos. "Muitos contratos, afirma Nereu Paulo Patussi, gerente da agência do Banco do Brasil de Ijuí, tiveram que ser refeitos até três vezes". Até a data de 3 de junho já haviam sido assinados 1.081 contratos para financiamento da lavoura de trigo na agência de Ijuí, para um total de 35 mil hectares. As propostas e contratos prontos e definidos já alcançam 343, para 9.100 hectares.

A estimativa é de que a área financiada pela agência de Ijuí chegue, no final do plantio, a 44 mil hectares. Na safra anterior, a área financiada fechou em 18 mil hectares. "É claro, lembra o gerente, que nem todas as lavouras financiadas ficam localizadas em Ijuí. Apenas o financiamento sai pela agência local". Ele diz também que as alterações no crédito não

afetaram em nada as intenções de plantio dos produtores da região. "Não tivemos desistência de produtores, explica. Um que outro apenas não pegou a complementação da verba". Como não existe prazo fixo para o produtor solicitar a complementação, Patussi diz que mesmo aqueles que, num primeiro momento não estão aceitando esta verba, poderão vir a requerer mais tarde.

O novo gerente da agência de Ijuí não acredita que o corte no custeio possa influenciar na qualidade das lavouras da região. "Tenho certeza que o médio e o grande produtor vão procurar fazer as suas lavouras dentro das recomendações técnicas, pois o interesse é tirar bons rendimentos".

Na área de ação da Cotrijornal, Região Pioneira, a área de trigo vai se manter dentro das estimativas iniciais, apresentando um crescimento de 40 por cento em relação a safra anterior, que foi de 81.700 hectares. A única mudança, na opinião do coordenador do departamento técnico da Cotrijornal, na Região Pioneira, o Léo Góti, é em relação a lavoura altamente tecnificada. A própria situação da agricultura e a descapitalização do produtor não vai permitir o plantio de lavouras dentro das recomendações técnicas. "Difícilmente o produtor vai tirar dinheiro do bolso para aplicar na lavoura. Só vai fazer uma lavoura com tratamento de sementes e outras recomendações, diz ainda, aquele produtor que pegar a complementação de verba".

A decisão dos produtores

Militino João Viecili, proprietário de 46 hectares e arrendatário de mais 23 hectares na localidade de Doutor Bozano, em Ijuí, é um dos tantos agricultores que não entende como o governo pode dar tão pouca atenção a um setor que deveria ser mais prestigiado: a agricultura. Por não entender tantos desmandos na área agrícola, seu Militino se incomodou e depois de plantar trigo financiado por um período de 28 anos, decidiu que de agora em diante só planta por conta. Ele conta:

— Vou plantar toda a minha área com trigo e por conta. Não tenho normas a obedecer. É um risco que vou correr, mas o que colher é meu.

Com a terra arrendada ele fecha a sua área em 69 hectares e passa a ser considerado médio produtor. Tão logo saíram os VBCs, seu Militino tratou de fazer o seu projeto de assistência técnica, porque pretendia plantar trigo dentro das normas exigidas pelo Banco. Mas depois que soube que o Banco não ia financiar a semente própria e que também o governo tinha mudado as regras para o custeio da lavoura de trigo, perdeu o interesse pela lavoura financiada.

— Penso que não existe mais interesse em se produzir trigo aqui no Sul. Parece que o governo acha mais conveniente importar o produto do que incentivar os agricultores brasileiros a aumentar suas lavouras. Tudo isso é um verdadeiro desestímulo ao produtor. O tal de pacote econômico não trouxe nada de bom para a agricultura.

Seu Militino tem semente própria suficiente para cobrir toda a sua área e mais os 25

hectares do filho Luís Abel Viecili. Mesmo assim, ele fez um pedido de 55 sacos de sementes na Cooperativa, na intenção de pegar novas variedades. Agora ele só pretende retirar 20 sacos, já que não vai mais financiar a lavoura.

— Essas medidas do governo revoltam o agricultor. Será que algum agricultor ia guardar semente de baixa qualidade para fazer a sua própria lavoura?

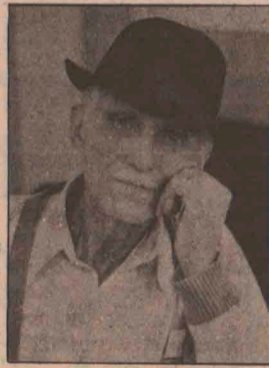
Ele já comprou todo o adubo para fazer a lavoura de trigo e garante que tratamento de sementes e fungicida só vai fazer se tiver condições. "Vou fazer a minha lavoura como bem entender. A única coisa que tem nos influenciado a continuar plantando trigo é o preço, que este ano está bom".

AUMENTAR

O seu Aduino Bilibio e o irmão Valde- mar vão plantar, neste ano, 600 hectares de trigo. Eles são proprietários de 1.900 hectares de terra distribuídos entre os municípios de Ajuricaba (Monte Alvão); Ijuí (Santa Lúcia) e Santo Augusto (Porteira Velha). O aumento na área de trigo, em relação a lavoura da safra passada, foi de 200 hectares.

Os irmãos Bilibio se enquadraram no nível 3 por terem alcançado, na safra anterior, uma produtividade média de 1.500 quilos por hectare. Como vão fazer toda a lavoura financiada, vão pegar 40 por cento de um VBC integral de Cz\$ 3.309,00 a juros subsidiados de 6 por cento ao ano. Mas como a meta dos irmãos é superar a produtividade alcançada na safra anterior, eles vão pegar mais 60 por cento do VBC, a juro de mercado, ou seja, a 22 por cento ao ano.

Militino Viecili: o governo acha mais conveniente importar o trigo



Aduino Bilibio: a lavoura encarece, mas o rendimento é maior



Para ingressar no nível 3 eles também estão se comprometendo de fazer a lavoura com assistência técnica e tecnologia adequada. De uns 4 anos para cá começaram a trabalhar com rotação de culturas, uma prática, que aliada a outros cuidados, tem proporcionado grandes melhorias nas condições do solo. Estão fazendo tratamento de sementes a partir desta safra, pois antes o dinheiro do custeio mal dava para fazer o plantio. "O produtor, conta seu Aduino, que quisesse fazer tratamento de semente ou aplicar fungicidas, tinha que fazer com recursos próprios".

INFLUÊNCIA

Os irmãos Bilibio só decidiram aumentar a área de trigo por influência das novas medidas adotadas pelo governo em relação a lavoura tecnificada. Admite que o uso de tecnologia e a assistência técnica encarecem a lavoura, mas também, pelo outro lado, aumentam os rendimentos. "Uma lavoura bem feita sempre dá bons resultados". O preço também contou ponto na decisão final. Acha que Cz\$ 200,00 por saco de trigo, se comparado com o preço da soja, está muito bom. Ele vê mais vantagem em plantar o trigo do que a soja, "que é uma planta que não

evolui e que vem se transformando numa lavoura cara demais".

O seu Aduino é um dos poucos agricultores que não se assustou com a demora na definição do crédito para a lavoura de trigo, mas garante que ainda não sabe quem realmente está sendo beneficiado com o pacote do governo. "A demora acontece porque o pacote foi feito em cima da hora e as mudanças ocorridas em relação a agricultura, fazem parte dos acertos". Mas tem certeza que a partir desta safra o produtor está tendo condições de trabalhar com mais tranquilidade.

Eles vão plantar nesta safra as variedades Minuano, CNT-8 e BR-4. Os 400 sacos de semente própria que haviam guardado para esta lavoura, já foram passado adiante, porque a partir desta safra, lavoura financiada só pode ser feita com semente fiscalizada. O que falta para o trigo ainda, segundo o seu Aduino, é mais pesquisa em cima de variedades mais resistentes às condições climáticas da região. "A maioria das doenças, como oídio, septória, helmintosporium e outras, podem perfeitamente ser evitadas. Basta que o produtor cuide do seu solo e trate da semente".

Doenças: manejo correto

Quando aplicar o fungicida no trigo? O fungicida é apenas mais um complemento. Aplica-se na lavoura somente para o tratamento de doenças. A resposta foi dada pelo pesquisador Edson Piccinini, da área de fitopatologia da Embrapa de Passo Fundo durante uma reunião da área técnica da Cotrijuí. Piccinini veio a Ijuí para falar sobre o tratamento de doenças do trigo. Junto com ele participaram da reunião os pesquisadores Jorge Nedel e José Renato Ben, também da Embrapa.

Piccinini concorda que é difícil de produzir trigo no Estado porque as condições climáticas não são as mais favoráveis ao desenvolvimento da cultura. O trigo é uma planta mais técnica que as demais, mas que pode alcançar bons rendimentos desde que seja cultivada dentro de uma tecnologia adequada e um manejo correto das doenças. Ele acha que nem o pesquisador nem o produtor devem se preocupar em acabar com as doenças do trigo, mas aprender a conviver com elas até o ponto em que não tragam prejuízos econômicos. "Nós já temos variedades que são totalmente imunes a todas as doenças tão comuns aqui do Sul, só que não lançamos a campo porque elas também se tornaram imunes ao rendimento. Mas isso faz parte da natureza".

As doenças, segundo o pesquisador, também se especializam na medida em que aumentam as lavouras. Contou que na Europa, por exemplo, existem 190 tipos diferentes de oídios, com os quais os produtores estão aprendendo conviver sem maiores prejuízos. "Existem muitas variedades bastante resistente a estas doenças e que deveriam ser melhor exploradas pelos nossos agricultores", diz.

COMO EVITAR

Mas como eliminar as doenças do solo, por exemplo? Esta é uma pergunta que muito produtor tem feito antes de realizar o plantio da sua lavoura. Fazendo rotação de culturas e o tratamento das sementes, diria Piccinini. A rotação de culturas interrompe o ciclo de vida do fungo. Com o plantio de uma outra cultura naquela área anteriormente ocupada com o trigo, ele desaparece porque não encontrou condições favoráveis ao seu desenvolvimento. A rotação de culturas e o tratamento das sementes antes do plantio diminuem sensivelmente as aplicações aéreas na lavoura", assegura o pesquisador. A conservação do solo, adubação adequada e a escolha das variedades também são fatores fundamentais para o desenvolvimento da lavoura.

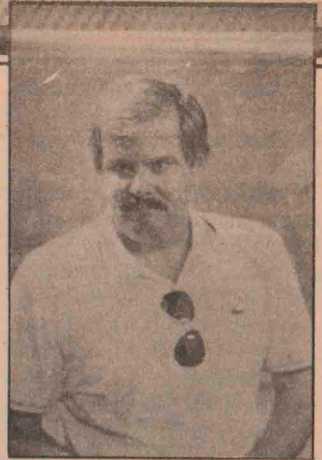
A rotação de culturas é muito importante, mas como prática isolada, ela não resolve o problema de doenças no trigo. A semente é a maior via de disseminação das doenças, por isso a recomendação do tratamento antes do plantio. Dando uma mostra da saúde das sementes produzidas na região — área abrangida pelos municípios de Ijuí, Cruz Alta, Santo Ângelo, Santa Rosa, entre outros — Piccinini contou que o helmintosporium e a septória nodorum são as doenças que mais prejuízos tem dado aos produtores. Uma análise feita na semente produzida na safra passada mostrou que 21 por cento delas estavam atacadas pelo helmintosporium e 7 por cento pela septória nodorum. Apenas 72 por cento estavam livres dos fungos.

MELHORAR O POTENCIAL

Embora o tratamento da semente seja importante, a pesquisa não recomenda a sua realização em área de trigo sobre trigo. O produtor precisa entender que o fungo está também no solo e na resteva. Ele só será eficaz quando a semente tratada for plantada em área de rotação

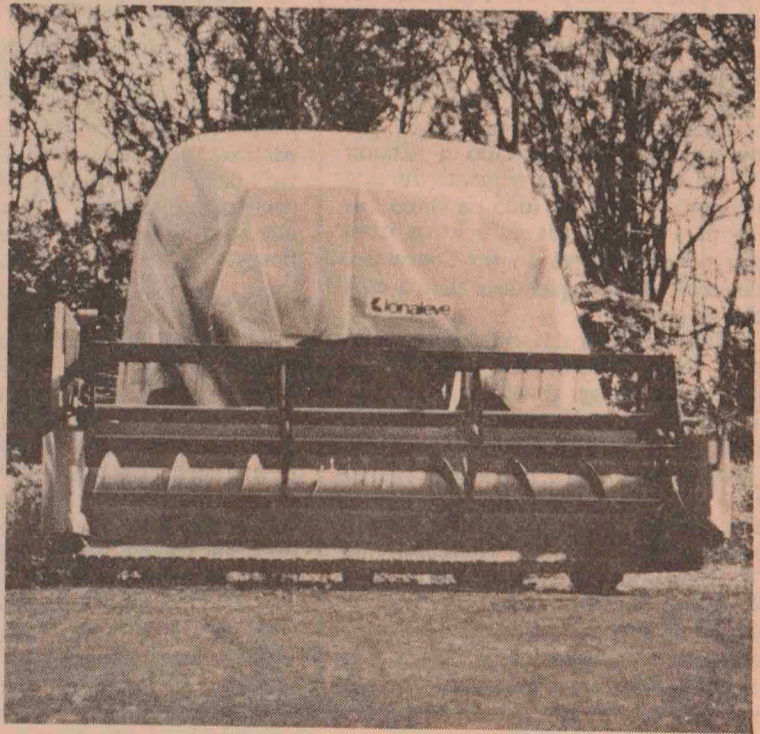
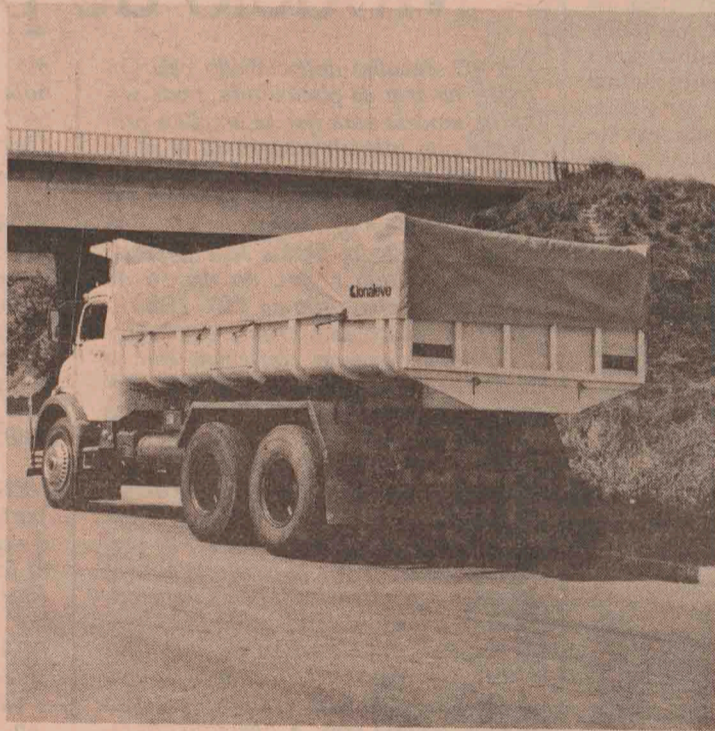
de culturas.

Os fungicidas, deixa bem claro, servem apenas para matar os fungos da cultura. Eles não aumentam os rendimentos da lavoura como muito produtor pensa. "O que acontece, explica Piccinini, é que pelo controle das doenças, a cultura consegue exprimir todo o seu potencial produtivo".



Piccinini: práticas corretas

Lonaleve



COBRE MAIS E CUSTA MENOS.

Lonaleve é a lona sintética que, como o próprio nome já diz, respeita quem tem que pegar no pesado: é leve, fácil de manusear e lidar. E além de leve é muito mais resistente que os chamados "filmes plásticos", dura mais tempo e em caso de furo ou rasgo pode ser reparada sem problemas.

Lonaleve cobre a sua safra, o adubo, protege o trator e a colheitadeira, é ideal para fazer silo-trincheira

e até para cobrir carga em caminhões basculantes. E depois de usada pode ser guardada sem problemas até molhada porque nunca mofa.

Lonaleve é a alternativa mais barata e prática para a agricultura. E com uma vantagem que não tem igual: Lonaleve dá toda a cobertura ao agricultor e a qualidade Alpagatas dá toda a cobertura a Lonaleve.

Produzido na Zona Franca de Manaus



Criar peixes em consórcio com a suinocultura. Esta é mais uma proposta da Cotrijuí, ainda em avaliação no Centro de Treinamento, em Augusto Pestana, mas que já vem sendo colocada em prática por vários produtores da região. O emprego de métodos racionais de criação, segundo o Altamir Antonini, o responsável pela Estação de Piscicultura e pelo trabalho de avaliação no CTC, buscaria não apenas a redução nos custos de produção, mas também um melhor aproveitamento do potencial produtivo dos peixes. Em vez de ração, estes peixes estão sendo criados à base de resíduos de animais e de vegetais.

AS ESPÉCIES

A Cotrijuí começou a trabalhar com peixes em 1976, quando introduziu espécies mais produtivas e adaptadas às condições climáticas da região. Entre as espécies introduzidas, as que melhor desempenho vem apresentando a nível de propriedade, e em sistema de consórcio com suínos, destacam-se a Nilótica e a Carpa Espelho. Mas a falta de informações técnicas a nível de criação de peixes em consórcio com outras atividades desenvolvidas na região, levou a Cotrijuí aproveitar melhor a própria Estação de Piscicultura — criada em 1982 — para desenvolver alguns trabalhos de avaliação do comportamento e manejo destas espécies. Um destes trabalhos vem avaliando o rendimento da Carpa Espelho com aproveitamento de resíduos de suínos.

O TRABALHO

Este trabalho, segundo o Altamir, teve a duração de um ano, se estendendo de março/85 a março/86. Foi utilizado, durante a avaliação, um tanque escavado em solo natural, medindo 300 metros quadrados de espelho d'água, com sistema de abastecimento por gravidade e uma vazão variável de 10 a 15 litros d'água por minuto. Esta vazão, segundo o Altamir Antonini diminuiu sensivelmente durante a estiagem — num período de cinco meses — para pouco mais de 5 litros, obrigando o uso da água do rio Conceição, "que não é de boa qualidade para a criação de peixes".

Junto a uma das extremidades do tanque foi construído um chiqueiro de madeira para abrigar os suínos, com o piso colocado a uma distância de 20 centímetros acima do nível da água. O viveiro foi reabastecido até o nível da borda do tanque e colocado dentro 110 alevinos de Carpa Espelho, não selecionados e obtidos na própria Estação de Piscicultura do CTC. O peso médio destes alevinos foi de 104 gramas. A alimentação era à base de resíduos de suínos, acrescida de alguma quantidade de ração desperdiçada por eles. Os suínos foram alimentados, neste



Na propriedade do seu Estanislau os peixes se alimentam de esterco de suínos e restos de abóbora e mandioca

As vantagens do consórcio

período, com ração elaborada no próprio CTC, composta pelos seguintes ingredientes: milho, na proporção de 88 por cento; farelo de soja, 6 por cento e farelo de carne também na proporção de 6 por cento.

Os resíduos dos suínos, consumidos pelos peixes, segundo o Altamir Antonini, são compostos por duas partes. Uma das partes, a orgânica, já transformada no intestino do suíno, é a que contribui para a formação do plancton, o alimento natural do peixe. Uma segunda parte seria composta de cereais que o suíno não teve capacidade para aproveitar. Este cereal serviria de alimento direto para os peixes, especialmente para as carpas e as tilápias, que aproveitam muito bem as rações artificiais.

OS RESULTADOS

A estiagem atrapalhou um pouco os resultados deste trabalho, dificultando a renovação da água em alguns dias. A renovação do oxigênio da água é fundamental para o desempenho dos animais e de nada adianta fornecer bom suprimento de alimento, se o oxigênio do açude se mantém abaixo dos níveis toleráveis. "Teve dias, conta o técnico agrícola, que não houve possibilidade de fazer qualquer renovação da água do tanque tão baixa estava a vazão".

Mas apesar da estiagem, que prejudicou sensivelmente o rendimento e o desempenho da espécie em avaliação, os re-

sultados obtidos permitem dizer que a criação de peixes em consórcio com suínos não só é viável técnica, mas também

economicamente, principalmente para a pequena propriedade. "Apenas, salienta o técnico, precisamos buscar maiores informações em outros trabalhos para confirmar estes resultados obtidos. "Mas o sucesso do trabalho é um aval para que o próprio produtor aproveite melhor o potencial produtivo de sua propriedade".

No final de um ano de avaliação, a produtividade média alcançada pela Carpa Espelho, através deste sistema chegou a 4.525 quilos por hectare/ano. Um trabalho realizado em São Paulo e utilizando também alevinos de Carpa Espelho alimentados com ração peletizada tipo aves postura, alcançou um resultado de 4.663 quilos por hectare/ano. "Se formos comparar os dois trabalhos, vamos chegar a conclusão que os resultados foram praticamente idênticos".

De acordo com a avaliação realizada no CTC, o peso médio por peixe/ano ficou em 1.233 quilos. O ganho médio diário foi de 3,26 gramas (Ver tabela abaixo).

No período de avaliação do trabalho de peixes, foram terminados 9 suínos, apresentando 88 quilos de média de peso. Outros 3 suínos não chegaram a completar a terminação e no período da despesca, pesavam 50 quilos. Nesse mesmo período, foram produzidos aproximadamente 2.025 quilos

de dejetos orgânicos — esterco e restos de rações — que caíram diretamente no viveiro de peixes.

Modelo de produção

O trabalho desenvolvido pela Cotrijuí, na área da piscicultura, pode servir de modelo para que se amplie a produção e se estimule o consumo de peixe entre os gaúchos. Essa é a opinião do coordenador da Sudepe (Superintendência Nacional de Desenvolvimento da Pesca) no Estado, Carlos José Laborda Knorr. Ele veio a Ijuí, no dia 15 de maio, para uma visita ao CTC (Centro de Treinamento da Cotrijuí), em Augusto Pestana, quando conversou com o coordenador agrotécnico da Região Pioneira, agrônomo Léo Goi, com o gerente do Centro, agrônomo Rivaldo Dhein, e com o responsável pelo projeto de piscicultura, técnico agrícola Altamir Antonini.

Carlos José Knorr pôde ver de perto um trabalho que já conhecia através de informações enviadas pela Cooperativa ao escritório da Sudepe no Rio Grande do Sul. Após a visita, ele antecipou seu parecer favorável à liberação de uma verba solicitada pela Cooperativa, para aplicação nessa área. A liberação dos recursos depende de uma decisão da Superintendência, em Brasília, mas tem desde já o apoio da coordenadoria estadual, segundo Knorr, que veio acompanhado de Mauro Marques Ruggiro, gerente de piscicultura da Sudepe no Rio Grande do Sul.

PEIXE NA BRASA

O coordenador elogiou a preocupação da Cotrijuí em torno de uma produção mais regular de peixe, durante o ano todo, para que a oferta não se concentre principalmente na Semana Santa. "O gaúcho — disse ele — precisa aprender a consumir peixe não só em datas especiais, e deixar de ver este co-

mo um produto nobre ou de elites". Segundo Carlos José, o baixo consumo no Rio Grande do Sul tem muito a ver com o hábito de se privilegiar a carne de gado.



Knorr: consumo ainda é baixo

"Mas — ressaltou — aos poucos iremos descobrindo que é possível inclusive fazer peixe na brasa, nos fins de semana, em substituição ao churrasco".

Há dados que comprovam esse baixo consumo no Estado. Setenta por cento do pescado gaúcho são destinados à exportação para outros Estados ou para fora do país. Há uns 10 anos atrás, o Rio Grande do Sul participava com 10 por cento da produção de pescado do país, e hoje esta participação está reduzida a 3,2 por cento. E, para completar, o parque industrial pesqueiro do Estado tem uma ociosidade de 75 por cento, ou seja, utiliza apenas 25 por cento de sua capacidade total. Para Knorr, essa situação poderá ao menos ser amenizada, com a criação do Conselho Estadual da Pesca, que visa não só aperfeiçoar a pesca mas também estimular o consumo.

O Conselho é integrado por 12 entidades e foi criado no dia 8 de maio deste ano, fazendo parte do Plano Nacional da Pesca. A curto prazo, o coordenador da Sudepe acredita que o mercado para o peixe será beneficiado pelo PAP — Programa de Alimentação Popular, lançado no ano passado pelo governo federal, e que pretende fornecer alimentos mais baratos às populações de baixa renda.

Avaliação do ganho de peso de 110 alevinos de carpa espelho, criados em sistema de "consórcio" com suínos. CTC, Augusto Pestana/RS. 1985/1986			
Data	Evolução de peso — Gramas		
	Peso alevinos (Gr)	Peso total (Kg)	G.M.D. (Gr)
19.03.85	104,0	11,5	—
05.05.85	262,0	28,9	3,3
16.08.85	625,5	68,8	3,8
30.09.85	832,0	91,5	4,5
19.12.85	1.040,0	116,0	2,6
19.03.86	1.233,0	135,7	2,1

Peso médio peixe/ano — 1.233 gramas
 Produção hectare/ano — 4.523 quilos
 Ganho médio em grama/dia — 3,26

Custos reduzidos em 60 por cento

O seu Estanislau Przybitowicz, proprietário de 30 hectares na localidade de Povoado Santana, em Ijuí, trabalha com peixes há mais ou menos sete anos. É uma atividade que envolve o seu Estanislau, a sua esposa e os três filhos. Ele possui quatro açudes, ocupando, todos juntos, uma área de três hectares.

Mas lidar com peixes não é novidade. A piscicultura vem sendo encarada na região como mais uma alternativa de produção dentro da propriedade, capaz de gerar algum dinheiro extra, quando bem conduzida. A novidade, no caso da família Przybitowicz, é que os peixes são alimentados à base de esterco de porco, restos de abóbora e mandioca cozida. Mas nem sempre os peixes foram tão bem tratados assim, lá na propriedade do seu Estanislau. Ele mesmo conta:

— Aprendi essa técnica com o pessoal da Cotrijuí. Até então, os dois açudes que tinha, serviam apenas de balneário. Colocava os peixes dentro, não dava comida e só tirava quatro anos depois.

Há quatro anos atrás ele pegou um financiamento do Pró-Pesca, no valor na época, de Cr\$ 2 milhões. O prazo de pagamento é de seis anos, com dois de carência e juro fixo de 29 por cento ao ano. Com o dinheiro ele construiu mais dois açudes. A primeira parcela do financiamento, que vence a cada três meses, ele começa a pagar em junho, num valor que não chega a Cr\$ 500,00.

MAIS A SÉRIO

A construção de mais dois açudes fez o seu Estanislau, levar a piscicultura mais a sério. Na taipa de cada açude ele construiu um chiqueiro rústico, de madeira, para a terminação dos suínos. Com o esterco e os restos de ração que caem direto no açude, ele passou a alimentar os peixes, reduzindo os seus custos de produção em mais de 60 por cento. Durante todo o inverno, até o mês de dezembro, os peixes se alimentam unicamente com esterco dos suínos. A partir de dezembro, ele começa a adicionar na alimentação abóbora e mandioca cozida. Uns 30 dias antes da despesca, os peixes deixam de comer esterco. "Nesta época a gente procura fazer a limpeza do peixe", conta o seu Estanislau.

Nesta última safra, a estiagem atrapalhou um pouco o rendimento dos açudes, a tal ponto que o seu Estanislau não estava pretendendo fazer a despesca na Semana Santa. Mas um mês antes, resolveu dar trato para os peixes e ainda tirou uns 1.400 quilos. "Não eram muito grande, conta o Ângelo, o filho do seu Estanislau, mas eram peixes de qualidade". Para os vizinhos e amigos que ajudaram na lida, ele deixou ainda uns 200 quilos. Este foi um ano de lucro com o peixe. Alimentou apenas

um mês e calcula que tenha tirado de receita Cr\$ 23.000,00.

NOVOS PLANOS

Agora que criar peixes em consórcio com suínos não tem mais segredo, o seu Estanislau está pretendendo investir um pouco mais na suinocultura. Mas

tudo vai depender de um financiamento que está esperando que o Banco libere. Nos seus planos está a construção de um chiqueiro grande para criar uma média de 800 porcos por ano. Só que o esterco, desta vez, não vai todo para o açude. A intenção é aproveitar na hora e na lavoura.



Estanislau e Ângelo: a família toda trata dos peixes

Está na hora de escolher um sócio para o seu trigo.



Ou você divide a colheita com as doenças,



ou você multiplica os lucros com Tilt.

Plantar trigo é um ótimo negócio. Mas você precisa evitar certos sócios indesejáveis, que estão sempre prontos para levar a maior parte da sua colheita.

Contra o oídio, a ferrugem, a septoriose, a helmintosporiose e a mancha da gluma, o melhor sócio que você pode ter é Tilt. Tilt é o único fungicida que, sozinho, tem ação preventiva, curativa e erradicativa contra as principais doenças do trigo.

Tilt é líquido. Por isso, sua aplicação é simples e rápida, evita entupimento dos bicos de pulverização, e pode ser feita de trator ou avião.

E bastam duas aplicações de 0,5 litros por hectare, para controle total dos fungos. A primeira aos 40 ou 50 dias (variedades precoces) ou 50 a 55 dias (variedades tardias), e a segunda 15 a 30 dias após a primeira aplicação.

Caso chova, não é necessária nova aplicação, porque Tilt apresenta alta absorção pela planta. Tudo isso resumido, significa simplicidade de uso e aplicação, economia de tempo e material, e muito mais produtividade por hectare plantado.

A hora de plantar está aí. Agora, você já pode escolher com toda tranquilidade o melhor sócio para sua plantação. Fique com Tilt, e multiplique seus lucros.

ATENÇÃO

Este produto, como todo defensivo, pode ser perigoso para a saúde e o meio ambiente.

Use-o corretamente, seguindo sempre as recomendações do rótulo. Consulte um Engenheiro Agrônomo.

Produto registrado na DIPROF-SDSV-MA sob nº 030583



PARA ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS CHAME OS FONES: (011) 241-0881 (011) 543-9807

CIBA-GEIGY
DIVISÃO AGRÍCOLA

® Marca Registrada

A civilização do couro

A história das estâncias, do gado chimarrão, da carne salmourada e do charque doce

A palavra *estância* e o seu derivado *estancieiro* aparecem na América no começo do século XVI. Para ser mais preciso, no ano de 1514, citados no livro "Repartimiento de la isla española", dos licenciados Pedro Ibañez de Ibarra e Rodrigo de Albuquerque. Em trabalho onde estuda a etimologia do vocábulo o ensaísta Daniel Vidart, citando Bautista Saavedra, afirma que *estância* "no tiene otro significado que la comunidad de pastos". E para reforçar, coloca a opinião de Juan de Solórzano y Pereyra, em seu livro, "Política Indiana - tomo II, páginas 104 e 105", onde este assegura que "la conservación de los pastos comunes constituye la estancia".

Ainda Vidart, retornando com Saavedra, menciona que o vocábulo "considerado por la academia como de origem americana, debe provenir de la distinción del ganado estante (já domesticado) y o trashumante (alçado ou cimarrón)", derivação que concorda com o sentido dado por Solórzano à palavra, de onde, por extensão, foi considerada a *comunidade de campos em geral*.

Um outro autor argentino, o filólogo Angel José Batistessa, assinala que em suas andanças pelas terras da América do Sul, conquistadores e colonizadores faziam paradas mais prolongadas em locais distintos. Mesmo que em paradas breves, para rápidos descansos e reabastecimentos de água e carne, os locais ficavam devidamente identificados e, sempre que possível, cartografados, para uma localização posterior.

Como os beduínos do oriente buscavam oásis no deserto abrasador para o necessário repouso, os gaúchos primitivos escolhiam os vales abrigados, ou às margens de rios, à cada parada chamando *estância*. O Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda - da Academia Brasileira de Letras e Academia Brasileira de Filologia - ao referir-se ao termo, reconhece no respectivo verbete, ser de origem espanhol-platina. Ou seja, dos países do Prata.

Pela lei natural do menor esforço, que tanto atua sobre o comportamento idiomático dos povos, a expressão se expandiu por toda a América espanhola, penetrando também no Rio Grande do Sul, por influência fronteiriça. As primeiras "suertes" de campo formaram as *estâncias* platinas, da mesma forma que as *sesmarias* fizeram as propriedades no Rio Grande do Sul, e o termo *estância* se enraizou, numa primeira fase, e depois internacionalizou-se.

As primeiras *estâncias* "localizadas" que se conhece foram sediadas na banda setentrional do rio da Prata, proximidades da Colônia do Sacramento, e datam de 1694, apenas quatorze anos após a fundação da fortaleza. Será desnecessário dizer que foram da iniciativa dos portugueses, que assim se prepararam para suprir de alimento suas próprias necessidades, já que o forte, erguido no próprio teatro da guerra, ocuparia a maior parte do tempo dos defensores.

Nessas *estâncias* - ditas "cimarronas" pelos espanhóis - surgiram, por consequência, os primeiros estabelecimentos coureiros, origem da chamada "civilização do couro", cujo império se estenderia pelo menos nos dois séculos que se seguiram, por toda a América Meridional, como vai se ver no capítulo seguinte. Os estabelecimentos coureiros se localizaram às margens dos rios Rosário e Santa Lúcia e arroio Taquarembó, atual Tigre Grande, conforme assevera o escritor uruguaio, Anibal Barrios Pinto.



A pele do guanaco era a única indumentária destes índios onas da região da Pagatônia

Foto: Museu La Plata/Argentina

As *estâncias* foram chamadas "cimarronas" ou semipermanentes, porque não tinham instalações fixas. O gado era abatido em pleno campo aberto e dele retirado apenas o couro. O restante da carcaça era abandonado ao tempo, destinando-se aos chacais e aves carniceiras. As diferentes etapas da *estância* primitiva podem ser classificadas na seguinte ordem: 1) - dos portugueses da Colônia do Sacramento; 2) - dos coureiros bonaerenses e santafecinos; 3) - de el rei; 4) - do cabildo de Montevideu; 5) - dos jesuítas e dos indígenas de Santo Domingo Soriano e seus descendentes.

Por aquela época não tinham os nativos de qualquer das margens do rio da Prata, nenhuma noção de pátria ou nacionalidade. Viviam como o gado alçado que se norsteava tendo como interesse as melhores pastagens e as aguadas. Brigavam pela posse do maior número de gado alçado que povoava os campos em toda a imensidão pampeana. A briga pela terra, tendo como símbolos nacionalidade e pátria, foi inovação trazida pelos colonizadores.

O couro *vacum* assinalou o início do império da economia na América Meridional, a partir do século XVII. A pecuária foi introduzida no Prata através do Paraguai, a partir de 1555, com gado procedente do Brasil (São Vicente, litoral de São Paulo). A sua propagação foi se estendendo para o sul, cujos campos abertos e de boas pastagens, facilitavam a disseminação da espécie.

O argentino Alfredo Juan Montoya, em sua obra "Cómo evolucionó la ganadería em la época del virreinato" - Editorial Plus Ultra, Buenos Aires, diz que entre os anos de 1557 a 1596 (30 anos), as atuais províncias de Santiago del Estero, Tucumán, Corbota, La Rioja, Jujuy e San Luis, já estavam povoadas de bovinos. E nos anos seguintes, numerosas manadas pastejavam na região do delta do rio da Prata, alcançando já os campos lindeiros à desembocadura do rio Riachuelo, onde se erguia a cidade de Buenos Aires, então chamada "Santa Maria de Buen Aire".

O homem do pampa, em tudo dependeu do gado. Da carne ele se alimentava e usava o couro em múltiplas utiliza-

des, inclusive no mobiliário da própria morada. O couro das reses fez as primeiras fortunas e estabilizou as finanças desses novos ricos, ainda durante o período colonial.

O homem descobriu o sal ainda na remota antiguidade. Quando do descobrimento das Américas, apenas as tribos mais sertanizadas não tinham tido contato com o sal. O historiador brasileiro (gaúcho) Pedro Xavier, em artigo para o Suplemento Rural do extinto "Correio do Povo", a 29 de março de 1974, lembrou que no antigo Egito o sal já entrava nos processos de embalsamento de cadáveres e o sal de Sebúbal proporcionou elevados ganhos a Portugal, no século XIV, na salga de grandes peixes, em especial o bacalhau.

No mesmo artigo, o historiador atribuiu a provável origem da charqueação de carnes aos indígenas do altiplano andino, pois os nativos das margens do lago Titicaca, no Peru, preparavam a carne da lhama por um processo que chamavam *charque*, ou *charqui*. Quanto aos indígenas do extremo sul das Américas - patagões, fueguinos e onas, sabe-se que vem de tempos antigos a sua técnica do preparo do couro, pois suas peles, especialmente as de guanaco - do que dependiam

fundamentalmente como habitação e indumentária - eram de excelente qualidade. Não se tem conhecimento se salgavam a carne. Mas foram os portugueses os primeiros a elaborar carne salmourada para exportação, desde a América Meridional. Foi no ano de 1698 que o governador da Colônia do Sacramento, Francisco Naper de Lencastre, remeteu a Portugal (Oporto), sic várias pipas (barricas) contendo carne salmourada. O escritor Anibal Barrios Pinto verificou em documentos da época, que o produto chegou ao destino, após quatro meses do embarque, em boas condições para consumo.

O êxito do empreendimento entusiasmou Lencastre, que se dirigiu, em seguida, ao governador do Rio de Janeiro solicitando permissão para continuar exportando o produto. Mas os trâmites eram excessivamente demorados, e de nada resultou. Só quatro anos depois, em 1702, Sebastião da Veiga Cabral renovou a experiência, remetendo 18 pipas de carne, incluindo uma carta a el rei, onde deu conta da técnica do preparo da carne, em cujo processo entravam o sal e a pólvora.

Por Raul Quevedo

O charque dos índios

Horácio Giberti, em seu livro "História econômica de la ganadería argentina", diz que antes da colonização hispânica na América os ameríndios preparavam o *charque* - ou *charqui* - porém, pelo processo de seca ao sol. O sal não entrava no processo, por isso que a carne, assim preparada, era chamada *charque doce*.

Observe-se que só depois, quando os espanhóis consolidaram a conquista, inclusive com o recuo definitivo dos portugueses da Colônia, em 1777, apareceu a palavra *tasajo*, ou *charque*; em sua forma e técnica definitivas, ou seja, com sal. Por tudo isso, somos levados a crer que os portugueses tiveram a primazia do preparo da carne salmourada e do próprio *charque*, em sua forma rústica.

Velhos conhecedores das técnicas de salga de peixe, foi fácil aos colonizantes adotar o mesmo processo com a carne bovina, cuja espécie abundava pelos campos suculentos do Extremo Sul. O conhecimento da técnica foi de excepcional valia aos portugueses, uma vez que as necessidades da guerra não lhes dava tempo para que pastoreassem gado destinado ao abate de todos os dias.

Já que a carne era fundamental na alimentação da tropa e dos habitantes da cidadela, a conservação do produto em salmoura foi a grande solução. Do lado oposto do rio da Prata e por idêntica necessidade, os espanhóis também adotaram o processo.

Os saladeiros nos países do prata

A ascensão e queda de Medina, o aventureiro

Andou lento o desenvolvimento econômico das colônias espanholas no rio da Prata, pelo restante do século XVII e a maior parte do século XVIII. Foi responsável por esse marasmo, em uma primeira fase, a prolongada guerra mantida com os portugueses pela posse da Colônia do Sacramento. Fundada por estes, em 1680, a cidadela só foi conquistar a paz definitiva a partir de 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, pelos reis da Espanha e Portugal e avá da Igreja. Em uma segunda fase há de se mencionar os constantes conflitos internos de lutas de interesse pelas "surtes" de campos; uma longa pendência entre as personalidades mais influentes, querendo sempre maiores espaços às suas "haciendas".

Nesse período de tempo, que se prolongou por mais de um século, o que os colonizadores exploraram, quase exclusivamente, foram os couros vacuns. Tão forte e duradoura a presença desse "fruto" animal na economia regional, que ainda por volta de 1880 ainda se discutia, especialmente no Uruguai, se era mais conveniente explorar os couros ou as carnes.

No ano de 1792 as províncias do rio da Prata transportaram para a Espanha 825.709 couros, Conta Anibal Barrios Pinto (1) que o Brasil também recebeu muitos milhares de couros "en pago de negros escravos". E no ano seguinte (1793), foram embarcados mais 769.596, dos quais 5.830 destinados ao comércio de negros com o Brasil.

Cerca de 300 anos depois da introdução do gado nos campos do Extremo Sul, a "civilização do couro" continuava em pleno vigor, com a carne relegada a um segundo plano.

Nesse estágio de quase indiferença sobre o melhor aproveitamento do gado, um empresário espanhol tomou a incumbência de mudar o comportamento dos "hacendados" em relação ao desfrute das reses. Criou o primeiro saladeiro, em nível industrial, no ano de 1.786. O estabelecimento, modelo em seu gênero, talvez nunca superado em qualquer dos três países do cone sul que se envolveram com essa indústria, chamou-se "Estância y Saladero del Colla". Foi localizado em território da banda oriental, na Colônia do Sacramento, ao longo do arroio del Sauce, próximo à sua desembocadura no rio da Prata.

O empreendedor, muito jovem ainda, chamava-se Francisco Medina. Era na-

tural da vila de Cevico de la Torre - Castilla Vieja, nascido a 12 de outubro de 1748. Chegou ao rio da Prata em 1770, com idade de 22 anos, radicando-se em Montevideu. Dedicado ao comércio, fez fortuna rápida. Em muito poucos anos dominou a economia das colônias, operando em Montevideu, Buenos Aires e Colônia do Sacramento.

Individualmente ou associado a outros, ampliou as atividades por grande parte do território das províncias. Protegido das autoridades e também associado a elas, pois conforme se viu depois, em seu testamento, formou um verdadeiro império que influenciava, direta ou indiretamente, todas as atividades. Foi o introdutor da pesca da baleia, com operações na região da Patagônia.

Para que se faça idéia de seu poder econômico, basta atentar para os seguintes contratos de responsabilidades que firmou com o governo, entre os anos de 1774 e 1777; provisionamento total de alimentação, inclusive fumos e bebidas, às tropas acantonadas nos fortes de Santa Teresa, San Miguel, Montevideu, Real de San Carlos (na Colônia) e no quartel do Rio Grande (Brasil), por essa época, em poder das forças espanholas. Também tinha contrato com a Real Armada, para o abastecimento de rações às embarcações do rei, no Prata, e era responsável pela alimentação das tropas expedicionárias na costa brasileira.

O valor desses contratos alcançou, no prazo referido de cinco anos, a espantosa soma, para a época, de um milhão e 73 mil pesos (2). Vitorioso, até então, em todos os empreendimentos em que se envolveu, Medina gozava de irrestrita confiança das autoridades, inclusive para assuntos de natureza política.

Uma evidência desse crédito e prestígio é manifestada na missão que lhe incumbem realizar no Brasil, para observar o procedimento das autoridades portuguesas em relação aos navios de guerra e corsários ingleses, conforme relato de Enrique Wedovoy (3).

A competência do empresário foi evidente nos diversos empreendimentos em que se envolveu, causando espanto até mesmo pela agilidade com que alcançava a glória do sucesso. Mas no futuro, se iria verificar que o empresário deu sempre o passo maior do que as pernas.

Ao morrer, em 1788, com apenas 40 anos de idade, não só devia a totalidade do patrimônio constituído dos negó-

cios, como ainda deixou em maus lençóis as maiores autoridades do vice reino, a começar pelo comandante do Resguardo de Montevideu, Francisco de Ortega y Monroy, seu dileto amigo e tertamenteiro (4). Resumindo: a memória que a história registra de Francisco Medina é de um aventureiro; um dissipador, para não dizer especulatório.

Seja como for, a intenção de Medina foi válida e mesmo profícua, na medida em que despertou a consciência dos colonizadores para a validade e importância dos empreendimentos de porte e para a necessidade de aperfeiçoar os processos, inclusive com a pesquisa de qualidade, para projetar um produto que evidenciava enormes riquezas.

A amplitude e solidez da fábrica despertavam a atenção desde uma longa distância. Os espaços eram enormes e a higiene interna era das maiores preocupações. O preparo das carnes, para os padrões da época, não deixavam nada a desejar, segundo uma proclamação feita por autoridades.

Na fábrica trabalhavam poucos escravos, e mesmo assim nos serviços mais rudes e que não interferiam com a elaboração final das carnes, atividade esta reservada para operários brancos e assalariados. O saladeiro tinha um diretor, chamado Andrés Ortega. Para comprovar a higiene mantida na fábrica, ele residia num anexo ao galpão de matanças.

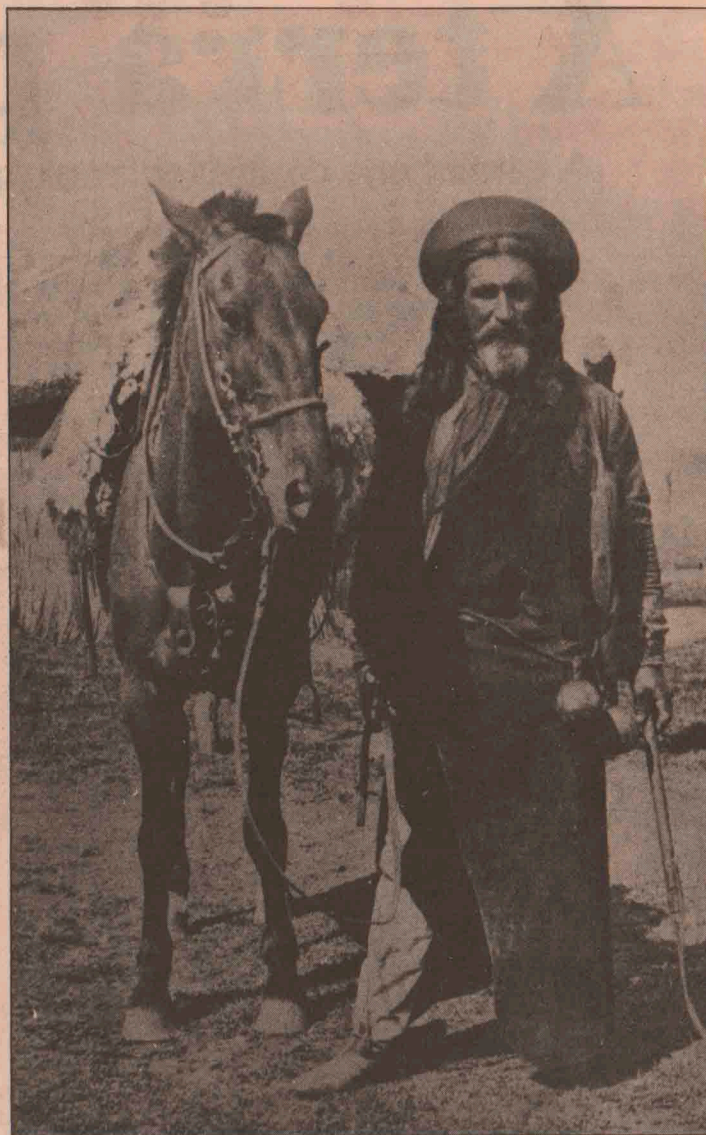
No futuro, esse bom exemplo demonstrado por Francisco Medina não se-

ria seguido, pois, conforme se sabe, a evolução dos saladeros ao longo dos rios Riachuelo (Buenos Aires) e Miguelete (Montevideu) desprezou totalmente as preocupações com a higiene.

Mas não só por suas dimensões e limpeza, principalmente pela variedade de produtos que fabricava, num aproveitamento bem racionalizado, o estabelecimento do zeloso industrial não deve ser encarado apenas como um simples saladeiro ou charqueada, para usar uma expressão na nossa língua, mas como uma indústria, na real manifestação do termo.

Bibliografia:

- 1 - Anibal Barrios Pinto - Historia de la Ganaderia en el Uruguay. Montevideu.
- 2 - Henrique Wedovoy - Burguesia Comercial y Desarrollo Economico Nacional - Buenos Aires, 1960 - pag. 24.
- 3 - Id, pag. 113.
- 4 - Id. lb. pags. 140 e seg.
- 5 - Anibal Barrios Pinto - obra citada.



Um gaúcho uruguaio em foto do início do século

Foto: Ewing Galloway/Museu do Gaúcho/Montevideu

A prova de don Ramon

Testemunho da qualidade dos produtos do "Saladero del Colla" foi deixado pelo licenciado Ramon de Oromí, quando de visita feita ali, em meados de 1786, primeiro ano de funcionamento do estabelecimento. Disse don Ramon: "habiendo gustado (provado) crudas, asseguro por la verdad que mi paladar no la distinguíó del jamón". Ele havia provado um pedaço de carne defumada (cecina), cujo gosto era idêntico ao presunto. Outros testemunhos de qualidade ficaram registrados na história, conforme atesta Alfredo Juan Montoya, em várias de suas obras.

Quando do falecimento de Medina, a 10 de agosto de 1788, e apesar da planta industrial não estar totalmente concluída, a fábrica já produzia charque (tasajo);

carne salmorada, sebo, graxa, línguas salgadas, queixada, cecina (carne defumada), além do aproveitamento dos chifres e cascos das reses (5).

A morte prematura e o escândalo consequente que resultou de seu testamento sem cobertura para as enormes dívidas, resultou na estagnação do venturoso empreendimento. Tanto que houve uma paralisação de 10 ou 15 anos, para que fossem retomados. E quando retornaram, vieram tímidos, pequenos, e sem aquela preocupação com a higiene e qualidade que foram características da fábrica de Medina. Assim se conta, em breve síntese, a origem da bovinocultura e indústria saladeril nos países limdeiros ao rio da Prata.



Por muito tempo, a carne foi relegada a um segundo plano

A terra prometida

A caminhada de 250 colonos da Fazenda Annoni a Porto Alegre



"Caminhamos em busca da terra porque não queremos guerra". Uma faixa com esta frase puxa, desde a tarde do dia 27 de maio, a caminhada que 250 acampados da Fazenda Annoni, em Sarandi, iniciaram em direção a Porto Alegre. São homens e mulheres, com idades que variam dos 20 aos 40 anos, acompanhados por três religiosos e três freiras e cerca de 20 crianças, que pretendem chegar à capital antes do dia 20 de junho. Eles querem chamar a atenção para a demora na implantação da reforma agrária e, ao mesmo tempo protestar contra a violência no campo.

A caminhada foi decidida no dia 30 de abril, quando venceu o prazo dado pelos acampados para que o governo definisse uma área para assentamento das 1.500 famílias que invadiram a fazenda em outubro. Os participantes dessa maratona de 450 quilômetros foram escolhidos pelos núcleos em que se dividem os acampados, levando em conta principalmente a resistência de cada um. Por isso, apesar da presença de crianças, não há velhos entre os que decidiram enfrentar este desafio. As crianças, de 8 a 14 anos, seguem junto com os pais, mesmo porque não quiseram ficar em Sarandi.

Apesar do pessoal estar envolvido, durante toda a manhã do dia 27, com cânticos religiosos — puxados pelo padre Arnildo Fritzen, de Ronda Alta — muita gente não escondia o nervosismo antes da partida. Era o caso dos cinco romeiros da família Machado, de Três Passos: o casal, Aparício e Paula de Vargas Machado, e os filhos Vera, de 12 anos, Rosane, de 11, e Fábio, de 7. Eles formam a única família completa a andar a pé entre os 250 sem-terra.

CRIANÇAS

"Nós vamos a Porto Alegre e, se a gente voltar sem nada, acampamos de novo e só vamos sair daqui quando o governo der os 32 mil hectares que prometeu", dizia Aparício. Os Machado estão certos de que vão agüentar a caminhada, pois — junto com os demais romeiros — treinaram 34 quilômetros a pé, dias antes da partida. Dona Paula explica: "As crianças vão junto, porque se fosse pra ir sozinha eu não iria". Todos vão de sapatos ou tênis, e estão com os pés melhor acomodados que os de Jaime Pereira da Silva, de 13 anos.

Ele saiu de Sarandi de chinelos-de-dedo, e — como muitos outros — deverá passar trabalho com o frio, se a turma não receber pares de tênis prometidos por um deputado. Jaime, que segue junto com o irmão Jairo, de 14 anos, deixou os pais, Aristides e Catarina, na Annoni, e decidiu acompanhar a caminhada. Ele não conhece Porto Alegre, e garante que suportará a puxada: "Eu treinei bastante". A família de Jaime plantava "de meia" em Ronda Alta, quando decidiu ajudar na invasão da fazenda.

Jaime e as outras crianças meio que se assustaram com o ritmo da caminhada,



Família Machado: quem treinou, agüenta

logo no seu início. A turma saiu num tranco de dar inveja a soldado em dia de instrução. Mas na primeira parada, 20 quilômetros adiante, na localidade de Pontão, tinha gente com os pés inchados. Asfalto mesmo eles só foram pegar depois de Passo Fundo, no terceiro dia da caminhada, a cerca de 70 quilômetros da Annoni. Depois daí, a romaria pegará pouca terra de chão.

O ROTEIRO

Segundo Jovino Rodrigues, um dos coordenadores dos 250 colonos, a intenção é de cumprir, em

média, por dia, um trecho de 20 quilômetros. O roteiro é este: Passo Fundo, Casca, Nova Araçá, Nova Prata, Veranópolis, Bento Gonçalves, Farroupilha, Bom Princípio, São Sebastião do Caí, Estância Velha, Canoas e Porto Alegre. Eles também passarão por localidades desses municípios, onde — a cada parada — haverá atos públicos promovidos especialmente pelos jovens ligados ao Movimento dos Sem-Terra e a Igreja.

A Igreja é, aliás, a maior aliada dos romeiros, que contam com a ajuda de capelas, localizadas no caminho, para fazer as refeições e conseguir pousada. O cortejo é seguido por dois veículos da Polícia Rodoviária Estadual e uma ambulância do Inamps. A Brigada Militar, que no início da invasão andou rondando o acampamento por vários dias, e até ergueu barreiras nas proximidades da fazenda, não apareceu por perto no dia 27.

A primeira viagem de Marcos

O mais novo dos 250 romeiros que saíram da Fazenda Annoni em direção a Porto Alegre tem apenas sete meses. É Marcos Tiaraju Correa da Silva, filho dos agricultores José e Roseli Correa da Silva, de Rondinha. Marcos foi a primeira criança a nascer no acampamento. Quando a invasão ocorreu, na madrugada do dia 30 de outubro, Roseli já sentia as dores do parto, mas decidiu ir junto com o marido. Dois dias depois, a 1º de novembro, nasceu o menino. O casal tem outros dois filhos: Vanisa Fátima, de 7 anos, e Paulo Roberto, de 4.

Marcos Tiaraju acompanha a caminhada no colo da mãe, que vai na frente, acomodada no caminhão com as barracas de roupas de cama. Também no caminhão estão as duas outras crianças, que ajudam a turma encarregada de preparar o alojamento em cada parada. "Ele é amamentado no peito, e desde que nasceu nun-

BANDEIRINHAS

Se tivesse aparecido, não teria muito o que fazer, pois os 6 mil acampados estiveram envolvidos, durante toda a manhã, com a organização da festa que foi o início da caminhada. Ao redor de uma imensa mesa com mais de 50 painéis com arroz, feijão, carne, mandioca, os sem-terra cantavam e gritavam frases que vão repetir até Porto Alegre. "Com paz, sem guerra, iremos conseguir terra", dizia o padre Arnildo Fritzen, que era seguido por um coro de adultos e crianças. Se tivessem aparecido na Annoni, os brigadistas iriam ver que muitas dessas crianças carregavam bandeirinhas do Brasil, desenhadas a lápis em folhas de cadernos com apenas uma cor: o cinza.

Foi o padre Arnildo quem transformou o último almoço dos romeiros numa celebração religiosa, imitando o gesto de Moisés quando do início da libertação dos



Marcos e Roseli: saúde de ferro

ca precisou de médico", conta Roseli. Com tanta saúde, Marcos é uma espécie de talismã da sorte entre os sem-terra, pois tem a mesma idade do acampamento e já nasceu como acampado.

José, o pai do menino, tem 29 anos e "plantava de meia em Rondinha". Ele é o único da família a seguir a pé. Para quem se impressiona com o fato de que os romeiros não irão poder acompanhar a Copa, José tem uma resposta na ponta da língua: "Eu gosto de futebol, e quando tiver um tempinho talvez a gente escute os jogos pelo rádio. Mas a nossa copa mesmo está aqui. A copa da terra é que nos interessa".

hebreus. E comida é que não vai faltar até Porto Alegre, pois cada comunidade por onde passar a romaria irá contribuir com alimentos. Um caminhão, que segue com roupas e barracas, andando sempre na frente, não leva mantimentos, mesmo porque, lotado de trouxas, nem teria onde acomodar os 500 quilos de comida que, em média, deverão ser consumidos por dia, do café da manhã até a janta.

OPERÁRIOS

O importante, para os 250 colonos, não é passar bem. A maioria saiu de Sarandi, andando no meio de duas fileiras de mais de 6 mil pessoas, imaginando o que poderá ser a chegada em Porto Alegre. Os organizadores da caminhada não fazem previsões, mas é certo que eles pretendem chegar com um cortejo de centenas de pessoas. Romeiros de Canoas, principalmente, deverão reforçar o grupo, momentos antes da entrada na capital. E aí, junto com os sem-terra, caminharão também operários desempregados da Grande Porto Alegre.

"Vamos mostrar a vergonha em que se transformou a reforma agrária", dizia Darci Maschio, o líder dos acampados. Segundo ele, muita gente da cidade ficou pensando que, "com a assinatura dos planos regionais, está tudo bem, e que isso é tudo, mas não é". Darci lembra que "a televisão fica mostrando todos os dias coisas que não aconteceram, pois a reforma agrária ainda não começou". Ele diz mais: "Hoje a situação é pior do que na época em que o país era governado pelos milita-

res". "Nós vamos fazer o sacrifício dessa caminhada sem guerra, de forma pacífica", afirmava ele, pouco antes do início da romaria, ressaltando: "Quem quer a guerra são os latifundiários". Darci, que comandou a invasão da Fazenda Annoni, está convencido, no entanto, de que a violência registrada em outras regiões do país não deverá atingir o Rio Grande do Sul. Tanta certeza é assim explicada: "Matar um líder de sem-terra aqui no Rio Grande do Sul seria pior do que assassinar 50 no Nordeste. Se eles querem começar a revolução, ela pode ser iniciada aqui".



Darci Maschio

Maio, um mês conturbado

Os assassinatos no campo, os planos regionais e a mudança no Ministério



Marli Castro (foto ao alto) integra a comissão agrária do Estado

A caminhada dos posseiros da Fazenda Anonni foi iniciada num mês de conturbações, com novos assassinatos no campo e mudanças no governo, e poucos dias depois da assinatura dos planos regionais, que desta vez contemplaram o Rio Grande do Sul. Um ano depois do lançamento do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, setores contrários ao projeto do governo usam armas para impedir avanços nessa área. E o próprio governo — diante da situação criada pela rearticulação de forças — decide trocar nomes no primeiro escalão, para não ser atropelado pelas reações provocadas por suas próprias indefinições. Abaixo, pela ordem, um balanço do mês mais agitado desde o lançamento do PNRA.

Dia 09: É assassinado em Imperatriz, no Maranhão, o padre Josimo Moraes Tavares, ligado à Comissão Pastoral da Terra. Ela morreu a tiros, pelas costas, a mando de fazendeiros que até o início de junho transitavam livres. Josimo foi a 358ª vítima da luta pela terra na região denominada Bico do Papagaio, entre os Estados do Maranhão, Goiás e Pará. Logo depois do crime e de outros tantos que aconteceram na região (mas sem a mesma repercussão), o ministro da Justiça, Paulo Brossard, esteve na área. Ameaçou usar forças federais, para controlar a ira dos fazendeiros, mas nenhuma medida concreta foi tomada. A reação dos latifundiários, especialmente do Centro e Nordeste, é liderada pela UDR

(União Democrática Ruralista), que reúne os segmentos mais conservadores do meio rural do país.

Dia 19: O presidente José Sarney assina os 18 planos regionais que estavam faltando. Os planos — ao contrário do que estava previsto inicialmente — não prevêm as áreas prioritárias para desapropriações. A escolha das terras ficará a cargo de uma comissão integrada por um representante do Incra, 3 dos trabalhadores, 3 dos proprietários rurais, 1 de entidade pública ligada à agricultura e 1 de estabelecimento de ensino de cada Estado.

Assim, o governo transfere para a comissão uma tarefa que inicialmente seria do Incra, ou seja, identificar as áreas desapropriáveis. "Essa comissão tira um peso das costas do governo, e será um jei-

to de adiar a implantação da reforma agrária", diz Marli Castro, um dos representantes dos trabalhadores rurais na comissão. Marli sabe que o Incra gaúcho havia indicado áreas preferenciais para desapropriação, "mas em Brasília o governo não levou nada em conta".

Ele diz mais: "O ministro Marco Maciel (do Gabinete Civil da presidência da República) foi quem alterou o conteúdo inicial dos planos regionais, retirando dos textos as áreas que seriam prioritárias para fins de reforma". Para o Rio Grande do Sul, o plano prevê a desapropriação de cerca de 60 mil hectares ainda este ano, para o assentamento de 3.800 famílias. Não há ninguém que aposte no cumprimento dessa meta.

Dia 28: O ministro Nelson Ribeiro pede demissão, depois de constatar que o programa do governo não iria avançar. A gota d'água da crise — que se prolongava há vários meses — foi a escolha do baiano Pedro Dantas para a presidência do Incra. Dantas, que tomou posse no dia 6 de maio, havia sido indicado pelo ministro Marco Maciel para o cargo, sem que Ribeiro soubesse da escolha com antecedência. Mas assim como Nelson Ribeiro caiu, Dantas (que tinha passado por cargos públicos nos governos militares) caiu junto.

Nelson Ribeiro tinha o apoio da Igreja e, apesar de resistir por muito tempo, não suportou as pressões que adiavam a implantação da reforma. O escolhido para substituí-lo surpreendeu quem fez previsões: é Dante de Oliveira, "o deputado das diretas", eleito em novembro para a Prefeitura de Cuiabá, capital do Mato Grosso. Dante tem 34 anos, é ligado aos setores mais progressistas do PMDB, e anunciou — já no dia da posse, 29 — que não vai dialogar com fazendeiros armados (veja no quadro ao lado).

RAPOSA E GALINHA

Com a reacomodação no governo, o presidente José Sarney tentou controlar o descontentamento dos sem-terra, que estavam insatisfeitos desde a posse de Pedro Dantas no Incra e as mudanças nos planos regionais. A mexida no primeiro escalão faz também com que a UDR e seus pelotões de fuzilamento dêem um passo atrás. Mas o desfecho disso tudo é considerado imprevisível até agora. "É hora de acabar com tanta conversa e partir para o trabalho", afirmou — logo depois da posse de Dante de Oliveira — o presidente Sarney.

A situação é tão indefinida que não se sabe nem mesmo quando serão iniciados os trabalhos das comissões agrárias

em cada um dos Estados, para implantação dos planos regionais. E como, afinal, conciliar tantos interesses divergentes dentro de uma mesma comissão? Para Darci Maschio, o líder dos acampados da Fazenda Anonni, não há como conseguir isso. É ele quem diz: "É como juntar raposa e galinha".

Dante diz o que pensa

Desde o momento em que tomou posse, no dia 29 de maio, o novo ministro vem deixando claras suas posições a respeito de vários aspectos relacionados com a reforma. Abaixo, uma síntese das idéias manifestadas por Dante de Oliveira em entrevistas à imprensa:



Dante de Oliveira

em entrevistas à imprensa:

- Não pensamos numa reforma agrária de caráter revolucionário. Queremos com a reforma agrária mudar, alterar a estrutura agrária, para que possamos incorporar ao uso social da terra milhões de brasileiros que estão aí, passando fome.

- Uma grande área de terra, com uma pequena parcela explorada, não pode ser entendida como latifúndio produtivo. Áreas nessas condições não ficarão fora da reforma agrária.

- Os que estão produzindo e não especulam com a terra, nada têm a temer. Só podem temer a reforma aqueles que não desejam a melhoria das condições de vida de nosso povo.

- Iremos conversar com todos os segmentos da sociedade que desejam a reforma. Mas não pretendemos contar nesse diálogo com setores que se armaram para tentar evitá-la. Vamos fazer a reforma sem nos intimidar.

- Os que se armam abertamente contra o plano estão desrespeitando um programa oficial, uma ordem do presidente da República. Entendo que o governo, através de seus órgãos de segurança, deverá adotar medidas para coibir a violência.



Plante. Pelas formigas, Blitz garante.

BLITZ com sua isca granulada. Há mais de 20 anos vem lutando e colaborando com a agricultura brasileira.

A Blitz está lado a lado com os produtores, para que possam produzir tranquilos.



INDÚSTRIAS REUNIDAS BLITZ

RS 155 - Km 2 - Ijuí - RS - Fone 055. 332-1939
BR 285 - Km 339 - Ijuí - RS - Fone 055. 332-1207
Linha 32 - Ajuricaba - RS.

Boicote furado

Governo dá subsídio e esvazia movimento dos gaúchos

Não foi tão grande como se anunciou o susto que os produtores gaúchos de leite pretendiam dar ao governo. O boicote ao fornecimento, que durou de 15 a 19 de maio, serviu para tornar pública a situação enfrentada pelo setor, que teve os preços congelados num momento em que aguardava reajuste de 40 por cento. Mas, além disso, conseguiu pouco: um subsídio de pouco mais de 50 centavos por litro, de junho a novembro. E, como lição disso tudo, mais uma prova de que — como aconteceu anos atrás — boicote na entrega de leite no Estado é coisa que não funciona.

A suspensão na entrega foi iniciada no dia 15, sendo que dias antes o governo havia anunciado a decisão de conceder o subsídio. Os produtores não aceitaram a ajuda de mais 30 por cento sobre um preço já defasado, considerando que a indústria pagava 1,78 cruzados pelo litro, que teria um custo de até 3 cruzados. A Fetag passou então a puxar o movimento, e no dia 15 a coisa realmente funcionou. As indústrias gaúchas, que distribuíam em média por dia 1 milhão e 200 mil litros, colocaram no mercado apenas 200 mil litros. Mas no segundo dia, uma sexta-feira, o boicote já não foi tão forte, e na segunda-feira, dia 19, andava com as calças curtas.

SUBSIDIO
Em Ijuí, por exemplo, a indústria da CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) recebeu 70 por cento a menos, no período em que houve o boicote. Se a Fetag não tivesse decidido suspender o movimento, em decisão de lideranças do interior, já no dia 20 o plano estaria totalmente furado. Segundo Ezídio Pinheiro, presidente da entidade, isso ocorreu porque não houve a adesão de outros Estados, e em função do anúncio do governo de que importaria leite em pó. O certo é que a receita assegurada pelo leite é a mais estável para o produtor, mesmo que esteja defasada, e poucos pretendem ficar sem esse dinheiro pingado.

O governo se deu conta disso, e apostou no subsídio como forma de contornar o impasse. Assim, o leite para consumo, em 1,78 cruzados, passou para 2,31; e o leite-indústria foi reajustado de 1,69 para 2,10 cruzados. Ainda é pouco para quem reclamava um preço superior a 3 cruzados, mas foi o suficiente para esvaziar o movimento de protesto. Um detalhe importante é que o governo vai bancar a diferença de preço apenas no caso do leite para consumo. A indústria paga os 51 centavos a mais do leite-indústria (veja a explicação no quadro abaixo).

É claro que essa medida de emergência não vai resolver o problema, representando por uma conjugação de fatores: a seca, o congelamento dos preços com defasagem em relação aos custos e, ao mesmo tempo, o aumento da demanda. Segundo a economista Elizabeth Farina, de São Paulo, a produção brasileira de leite foi surpreendida pelo aumento do consumo, desde o segundo semestre do ano passado, quando cresceu o poder de compra da população. Nesse quadro de crescente demanda, o produtor, por sua vez, vê a indústria lucrar cada vez mais e sua atividade render cada vez menos.

O ministro Íris Rezende, da Agricultura, anunciou no final de maio que dentro de 30 a 40 dias o governo terá uma solução para o setor. Até lá, apesar de tanta indefinição, dificilmente haverá uma debandada em massa de produtores, apesar da ameaça de abandono da atividade. O coordenador da área operacional de recebimento de leite da Região Pioneira



O primeiro dia: freteiros parados diante da indústria da CCGL

da Cotrijuí, Alair Daltroso, acredita que — apesar de não ter nada de concreto além do subsídio — o produtor permanecerá na atividade. “Ele apenas deixará de investir em produtividade, com rações e insumos que podem aumentar a produção”, diz ele.

O gerente da indústria da CCGL em Ijuí, Carlos Vieira, tem a mesma opinião. Segundo ele, “por pior que seja a situação, o leite assegura uma renda certa ao produtor”. A indústria distribui atualmente 75 mil litros diários de leite, destinando toda a sua produção — desde abril — ao consumo. Esse volume é inferior em 10 a 12 mil litros ao total necessário para atender a demanda, mas Carlos assegura: “O fundo do poço na produção é maio, pois a partir de junho a situação começa a se normalizar”.

Previsões como essas se baseiam, segundo Alair e Carlos, na média dos produtores, e não nos casos isolados dos que ameaçam deixar essa lida. Na localidade de Barro Preto, em Ajuricaba, Francisco Fernandes Koller, que trabalha em 24 hectares de propriedade de sua mãe, dedica-se à atividade há vários anos, e não acredita que a ameaça seja cumprida. Ele, pelo menos, garante estar disposto a continuar madrugando, apesar de reconhecer que os preços hoje são baixos.

Francisco chegou a largar a produção leiteira, em 1983, quando decidiu lecionar, mas no ano passado retornou arrendado, comprando quatro vacas jersey de cruza com gado holandês. Em fevereiro do mesmo ano achou que já era hora de investir um pouco mais e adquiriu dois animais “puro de origem”: uma holandesa, que lhe custou 4 milhões de cruzeiros na época, e outra jersey, de 3 milhões e meio. “O meu projeto — diz ele — é tocar a atividade pra frente, procurando melhorar a qualidade do rebanho. E só vou me desfazer desses animais se conseguir uma troca por outros de qualidade superior.

Francisco planta aveia, azevém, ervilhaca, trevos, capim elefante e milheto como pastagem, e lembra que — para viabilizar a atividade — ração de fora não entra na propriedade. Hoje, segundo ele, um preço remunerador deveria ficar 3,50 cruzados. O produtor também tem sua opinião a respeito do boicote, que considerou “uma brincadeira”, principalmente pelo fato de que faltou firmeza à coordenação do movimento.

No início de abril, Francisco e os demais produtores que entregam leite à indústria da CCGL em Ijuí tiveram uma boa notícia. A cooperativa decidiu pagar o preço do leite-consumo para todo o produto recebido em maio. Esta decisão — que favorece o produtor, pois este é o preço menos baixo — foi tomada porque a produção do mês foi destinada totalmente ao abastecimento da população.



Francisco Fernandes

Veja como o produtor sai logrado

Nessa briga pelo preço do leite, um setor fica praticamente quieto, espiando tudo de fora. É a indústria, representada especialmente pelos grandes grupos que lidam não só com o leite fluido, em saquinho, mas também — e cada vez mais — com o iogurte, o queijo, a nata, o requeijão. Esse setor tem motivos para ficar quieto, pois é o que mais vem tirando proveito das distorções que acontecem na área leiteira, e que implicam em baixa remuneração ao produtor. A economista Elizabeth Farina, da Universidade de São Paulo, vem estudando esse assunto, e em maio explicou ao Cotrijornal como o produtor é logrado nessa história toda de fixação dos preços.

Ela lembra que desde a metade da década de 70 o produtor é remunerado com dois preços, o do leite-consumo e o do leite-indústria. A Sunab fixa o preço a ser pago pelo leite-consumo, e a partir deste valor, aplicando descontos de custos de produção, estabelece depois o preço do leite-indústria. É assim que o leite-consumo remunera mais o produtor, estando, antes do subsídio, em 1,78 cruzados, contra o preço de 1,69 para o leite-indústria. A explicação dos laticínios, para a diferença nos preços, sempre foi a de que o produto para industrialização (queijo, iogurte, manteiga, etc) envolve maiores custos. É a própria indústria, na hora de pagar o produtor, que estabelece os percentuais da matéria-prima destinada ao consumo e à industrialização.

MANIPULAÇÃO

Mas em abril todo o Brasil assistiu, pela TV, as notícias de que indústrias de Minas Gerais estavam comprando leite com preço bem acima da tabela, não para produzir o leite fluido, para consumo, mas sim iogurte. Muita gente pode ter fi-



Elizabeth: se a indústria ganha mais, por que também não paga mais ao produtor?

cado surpresa com isso, mas não a economista da Universidade de São Paulo, que conhece bem a manipulação dos preços pagos ao produtor. Afinal, como a indústria, que paga menos pelo tal leite para industrialização, porque este envolveria maiores custos, pode de repente oferecer mais pelo mesmo produto?

Elizabeth Farina analisou a evolução dos preços pagos ao produtor e dos preços conseguidos pela indústria, de 1980 a 1985, e conseguiu uma explicação. Na verdade, desde 1980 o leite para industrialização vem assegurando maiores margens de lucro aos laticínios. “Os preços dos produtos lácteos industrializados tiveram um aumento real (acima da inflação) de cinco por cento entre 1980-85”, diz ela, lembrando que no mesmo período “o preço real médio recebido pelo produtor sofreu uma queda de quase 29 por cento”. Em resumo: o produto que menos remunera o produtor é o que mais dá lucros à indústria.

NEGOCIAÇÃO

Mesmo que o leite especial, para consumo, não tenha acompanhado a inflação, oferecendo menores ganhos à indústria, a economista está certa de que na média entre o preço-indústria e o preço-consumo o produtor teria que ser melhor remunerado. “É bastante razoável esperar — diz ela — que haja espaço para negociação de um preço médio mais elevado a ser pago pelo leite in natura ao produtor,

mesmo na vigência do congelamento”. Isso não implicaria em aumento de preço ao consumidor, mas apenas num repasse dos lucros da indústria a quem produz.

“Essa é uma questão de simples distribuição da renda”, afirma Elizabeth Farina, observando que a manobra dos laticínios — com o respaldo da legislação — é típica de um modelo capitalista cheio de distorções. No caso do leite, a distorção que se nota na remuneração ao produtor desrespeita “uma simples conta de somar”. Fica claro, a partir da análise da professora paulista, por que o governo decidiu subsidiar apenas o leite para consumo, pagando a diferença de preço à indústria, e deixando a cobertura da diferença do leite-indústria aos laticínios. O governo reconhece desse modo que os produtos industrializados são de fato os que garantem maiores margens de ganho.

CONSUMO

A maior rentabilidade deixada pelo iogurte, pelo queijo e outros produtos tem relação, especialmente a partir de 1985, com a recuperação do poder aquisitivo da classe média. Não é à toa, em função disso, que mesmo com o fim do boicote dos produtores muitas indústrias continuaram com baixa oferta de leite para consumo. Certamente, boa parte da matéria-prima foi destinada à industrialização. As empresas não são bobas ao ponto de destinar ao consumo uma matéria-prima que pode render muito mais se transformada em queijo, manteiga, iogurte.

O interessante é que, antes mesmo do boicote, as indústrias reclamaram da redução na entrega do leite, por parte do produtor, e assim justificaram a queda de oferta do produto no varejo. As indústrias também garantiram que, para não prejudicar o abastecimento, deram prioridade à produção do leite fluido, destinando — durante o mês de maio — quase tudo o que recebiam ao consumo. O produtor espera agora que isso se reflita na hora de receber o pagamento. Se o leite foi mesmo para consumo, e é o preço desse produto o que mais lhe deixa compensações, ele espera receber bem mais pelo que entregou em maio.



Neila Madalena



Neide Marise

Em Jóia, o ensino respeita a realidade do meio rural, com aulas práticas para crianças de 7 a 11 anos. Em Ijuí, estudantes criam uma cooperativa dentro do colégio. As duas experiências são pioneiras no Brasil



Uma das turmas da escola pólo, em Cará, onde até a Bolsa de Chicago é assunto

Experiência pioneira

Crianças aprendem fazendo. E desistem de abandonar a escola

"Eu nasci, me criei e lecionei no meio rural, mas descobri que pouco conhecia da realidade desse meio". Quem diz isso é a professora Neide Marise Andreatta Motyczka, chefe de supervisão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Jóia. Foi ela quem teve a idéia, levada adiante depois pela equipe da pasta, de implantar um programa pioneiro de ensino no meio rural do país. É o Proespo - Proposta de Escola Pólo, que consiste basicamente numa tentativa de recuperação de valores, hábitos e costumes não só das crianças que residem na área rural, mas também de seus pais, professores e comunidades.

Através do Proespo, crianças de 7 a 11 anos de idade, que freqüentam de 1a a 4a séries, passaram a receber aulas de práticas domésticas e agrícolas. Tudo funciona numa escola pólo, que centraliza esse tipo de ensino, recebendo alunos de outras seis escolas (quatro municipais e duas estaduais) localizadas nas proximidades. A pólo foi instalada na Escola Estadual Giovanni Batista Patias, da localidade

de Cará, onde os alunos dos outros seis colégios aparecem, uma vez por semana, para aprender especificamente práticas domésticas e agrícolas.

APRENDER JUNTOS

O pioneirismo da proposta está exatamente no fato de que tenta resgatar conhecimentos hoje praticamente esquecidos nas comunidades agrícolas, levando também novas informações, num trabalho que envolve crianças de 1a a 4a séries. Geralmente, este tipo de ensino atinge apenas estudantes de 7a e 8a séries, ou depois, nos cursos profissionalizantes de Segundo Grau. "Estamos aprendendo juntos", diz Neide Marise, ao enfatizar que o aprendizado motiva a comunidade, pois não consiste numa proposta pronta, acabada. A intenção é de aperfeiçoar o programa, com a participação de pais e professores nesse debate.

Neide teve a idéia de um ensino mais voltado à realidade do meio rural em maio do ano passado. No segundo semestre, a iniciativa resultou numa pesquisa, entre alunos, pais e professores do meio rural, quando a Secretaria apurou que a

maioria desconhecia práticas que, aparentemente, deveriam ser corriqueiras. Além disso, constatou-se que a evasão escolar tinha muito a ver com o ensino nas escolas rurais, que não leva em conta a realidade do aluno.

ESTUDAR: PRA QUÊ?

Neila Madalena Andreatta Poletto, secretária de Educação de Jóia (e irmã de Neide) cita números que dão uma idéia dessa evasão no município. De cada 100 crianças que entram na 1a série, 80 chegam à 4a série; 25 chegam à 5a; e apenas sete iam até a 8a série. Com a implantação do programa, em março deste ano na escola pólo, que é dirigida pela professora Clenir Mainardi Pilatto, "já conseguimos trazer de volta quatro alunos que haviam desistido de estudar".

Neide Marise, por sua vez, cita uma pergunta comum entre os pais: "Para que deixar as crianças na escola, se elas não poderiam depois aplicar na prática o que aprenderam na aula?" Assim, a maioria tirava os filhos do colégio, logo depois que eles aprendiam a ler e escrever. Até agora, o Proespo envolve 183 crianças das seis

escolas, chamadas pertinentes. Na escola pólo, eles aprendem, com a professora Elizabeth Grando, práticas domésticas que esclarecem sobre o valor dos alimentos, sua melhor utilização e conservação e a importância disso na economia familiar.

ATÉ A BOLSA

Eles também lidam com artesanato, recebem noções de higiene, e contam inclusive com atendimento dentário gratuito, num gabinete cedido pela Secretaria Estadual de Educação e atendido pela odontóloga Jussara Driemayer. Na área de práticas agrícolas, em quatro hectares da escola as crianças aprendem a lidar na lavoura e na horta, cuidando ainda de fruticultura. Aqui, a atenção é dada ao solo, à lavoura e à horticultura, com informações gerais sobre a importância da preservação do meio ambiente. Um agrônomo atende nessa área, onde no próximo ano os alunos deverão lidar também com animais. Hoje, além de macetes técnicos, eles já conhecem alguma coisa de economia, inclusive sobre a Bolsa de Cereais de Chicago.

Com as partes teórica e prática, Neila acredita que "estarão sendo respeitados, ao mesmo tempo em que se ensina, o conhecimento dos alunos e dos pais e a realidade em que vivem". Ela diz mais: "Nós partimos desse conhecimento, do concreto, e não de coisas abstratas", sem que isso prejudique o ensino formal, nas escolas freqüentadas pelas crianças, pois lá elas continuam aprendendo português, matemática, história. Jóia possui 18 escolas municipais e seis estaduais, e é provável que aos poucos o projeto seja ampliado, com a criação de outras escolas polos.

O Proespo foi aprovado pela Secretaria Estadual de Educação, mas ainda depende de ajuda financeira para crescer. O município já recebeu uma kombi, para o transporte das crianças à escola polo, e ganhou uma verba do Estado para ampliar o prédio. Mas o programa é mantido mesmo pelas comunidades, que realizam festas para arrecadar recursos. Neila destaca que o Proespo, além de cumprir com uma função didática, tem outros dois pontos importantes: "Estimula a socialização das atividades e reduz a distância entre o professor, o aluno e a comunidade".

A experiência da escola polo de Jóia será contada pelas próprias crianças, com textos e desenhos que o Cotrisol publicará em suas próximas edições.

A cooperativa dos alunos

Outra experiência que vai além das teorias foi implantada este ano, no Instituto Municipal de Educação Assis Brasil (Imeab), de Ijuí, uma das mais tradicionais escolas de formação de técnicos agrícolas do Estado. Ali, os 180 alunos do curso de agropecuária e mais 50 do curso de economia doméstica formaram, no dia 6 de novembro do ano passado, uma cooperativa administrada pelos próprios estudantes. É assim que o cooperativismo deixa de ser uma simples matéria em sala de aula, para se transformar em atividade concreta, no dia-a-dia de rapazes e moças do 2º Grau.

A Cooperativa Escola dos Alunos Assis Brasil (Ceaab) surgiu de uma idéia apresentada em setembro, numa palestra do professor Arnaldo Preissler. Os estudantes se entusiasmaram com a sugestão, e foram conhecer uma experiência bem sucedida nessa área numa escola de Sertão, onde há 13 anos funciona uma cooperativa. Mas a Ceaab é, de qualquer forma, uma iniciativa pioneira no país em escola municipal, pois as demais funcionam em colégios estaduais ou particulares.

O orientador dos estudantes em Ijuí, o professor Geraldo Golinski, está há menos de um mês no Imeab, mas traz uma boa bagagem. Ele já trabalhava com os alunos da escola de Sertão, e foi contratado pela Assis Brasil em função dessa experiência. Geraldo explica que a coope-

rativa serve não só para que sejam ensinados os princípios cooperativos, mas também para a auto-sustentação dos alunos. Este aspecto é ressaltado por Ramão Carvalho, de 19 anos, presidente da Ceaab e filho de agricultores de Santa Bárbara.

CRIATIVIDADE

Na cooperativa, os estudantes administram projetos de criação de coelhos (com 200 animais), galinhas crioulas (20 aves), horta (2 hectares) e fruticultura (meio hectare). São eles que, sob a supervisão dos professores, tratam desde as questões técnicas até a comercialização de excedentes, pois a prioridade é o abastecimento interno do colégio. Os resultados da comercialização dos excedentes ficam na própria escola, e ajudam os alunos a ter uma idéia não só do trabalho a nível de campo, mas também de suas implicações econômicas.

Também é administrada pela cooperativa a agroindústria, onde são fabricados produtos caseiros (conservas de legumes, doces, queijo, embutidos). A entidade conta, além da diretoria, com seções de consumo, trabalho, ecologia e educação sanitária e divulgação e cultura. Cabe ainda à cooperativa administrar o internato, com 57 rapazes e 17 moças. Estes pagam, além da mensalidade de 40 cruzados, mais 30 cruzados para estudar e morar na escola.

Ramão observa que antes da criação da cooperativa, os resultados da co-



Estudantes cuidam dos projetos, desde a parte técnica até a comercialização

mercialização de excedentes eram destinados à Prefeitura, que mantém a escola. Agora, o retorno financeiro fica ali mesmo, facilitando a manutenção da Assis Brasil, que é freqüentada, em sua grande maioria, por filhos de agricultores de municípios ao redor de Ijuí. Esse aprendizado - diz ele - servirá também de base para que se estimule o cooperativismo nas comunidades das famílias dos estudantes.

O próprio Ramão pretende retornar à propriedade dos pais, de 50 hectares, em Santa Bárbara, convencido de que a cooperativa do Imeab "desenvolve a criatividade". Ele que, junto com a diretoria, presta contas mensalmente das atividades



Geraldo (à esquerda) e Ramão Carvalho da Ceaab, em assembléia, tem mandato até março do próximo ano, quando haverá eleições na entidade.



Trabalhadores rurais pedem piso salarial de 900 cruzados

Impasse de novo

O segundo ano sem acordo entre patrões e empregados

Também este ano não houve acordo entre patrões e empregados, na convenção coletiva dos trabalhadores rurais de Ijuí. A convenção existe desde 1982, e durante três anos as partes entraram em entendimento, para definir questões como salários, horas extras e outras obrigações e direitos de empregados e empregadores. Mas no ano passado isso não aconteceu, e agora o impasse se repetiu. Os patrões não aceitam novas reivindicações dos trabalhadores, e fica assim a cargo do Tribunal Regional do Trabalho julgar as cláusulas da convenção coletiva.

As negociações, para definição de possível acordo, sempre são conduzidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais

e pelo Sindicato Rural Patronal de Ijuí. No ano passado, com novidades nas cláusulas, os empregadores não aceitaram o piso salarial de um salário mínimo mais 10 por cento; a concessão de mais um adicional a título de produtividade; outro adicional por insalubridade e reivindicações que voltam a constar da proposta apresentada pelos trabalhadores este ano. Se houvesse acordo, a convenção entraria em vigor no dia 1º de maio, como acontece anualmente.

PACOTE

As reivindicações foram apresentadas no dia 5 de abril último aos patrões. Este ano, os trabalhadores pedem um piso salarial de 900 cruzados, e mais produtividade de 6 por cento para todos os empregados da categoria. A proposta prevê ainda que todos os salários serão reajustados sempre que a variação acumulada do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) atingir 10 por cento. Segundo Mirko Frantz, os trabalhadores procuram dessa forma adequar-se ao pacote econômico, prevendo reajustes de salários sempre que houver inflação a partir de 10 por cento.

No geral, as demais cláusulas apresentam conquistas do ano passado, que foram concedidas após julgamento no

Tribunal Regional do Trabalho. Estas se referem, por exemplo, às horas extras; complemento de auxílio quando do afastamento do serviço por doença ou acidente; indenização proporcional ao tempo de serviço; e insalubridade, entre outras (veja no quadro abaixo). O julgamento do dissídio de 1985 ocorreu em novembro, e teve efeito retroativo, a partir de 1º de maio, ou seja, mesmo que o Tribunal tivesse se manifestado meses depois, as cláusulas tiveram que ser obedecidas desde o início da data-base.

Mas o dissídio foi depois encaminhado a Brasília, através de recurso dos empregadores ao Tribunal Superior do Trabalho, já que estes discordavam da decisão tomada pelo Tribunal Regional, em Porto Alegre. Só que não houve manifestação do TST, e o julgamento do Regional continuou valendo até agora. Este ano, a situação é mais ou menos a mesma, pois o dissídio vai antes a julgamento em Porto Alegre, onde haverá a primeira audiência dia 10 de junho, quando as partes serão ouvidas, e depois pode parar no Tribunal em Brasília.

O presidente do Sindicato Patronal, Reinhold Luiz Kommers, reforça o que já foi dito num ofício de 5 de maio, enviado como resposta à proposta dos empregados. Nesse ofício, os empregadores ressaltam que o pacote econômico congelou preços dos produtos agrícolas e salários, e observam que os produtores enfrentam prejuízos de 50 por cento nessa safra, causados pela seca. Segundo Kommers, os patrões não aceitam o piso salarial, pois desejam pagar o salário mínimo; rejeitam os adicionais de produtividade e insalubridade; e também não concordam com a redução da jornada de trabalho.

"Quanto mais problema para o em-

pregador, menor será o seu número de empregados", afirma o presidente do sindicato, lembrando que já há produtores pensando em demitir trabalhadores. Ele observa que nos primeiros três anos, quando houve acordo, "quase todos os problemas entre patrão e empregado foram resolvidos fora da Justiça, com os dois sindicatos atuando como mediadores". A partir do ano passado — garante — ressurgiram os desentendimentos, com o aumento de reclamações trabalhistas. E tudo isso — afirma Kommers — porque os trabalhadores pedem vantagens muito além do que está previsto na legislação.

Além da questão do salário, ele cita a tentativa de redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, e a jornada diária de 4 horas nos dias em que o empregado lidar com agrotóxicos. Mas o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Carlos Karlinski, entende que, na maioria das cláusulas, a proposta apenas repete direitos conquistados no dissídio de 1985. "O Tribunal — diz ele — manteve cláusulas que consideramos importantes, e seria uma contradição voltar atrás este ano".

Karlinski não concorda que o salário mínimo da categoria represente um problema, pois esse item tem peso mínimo entre os custos da agricultura. "No ano passado — afirma — houve tentativa de acordo, mas os empregadores é que levaram ao dissídio". Ele diz ainda que "se acontecerem demissões, isso será provocado pela situação geral da agricultura, mas não pelas reivindicações dos trabalhadores". O presidente do sindicato entende que a convenção coletiva faz com que, a partir de conquistas imediatas, o trabalhador se conscientize de seus direitos e lute para que eles sejam respeitados.

Esta é a proposta dos empregados

A proposta dos trabalhadores, para a convenção coletiva deste ano, repete mais ou menos as mesmas conquistas do dissídio de 1985. Abaixo, cada uma das cláusulas, que de penderão agora de entendimentos ou de julgamento no Tribunal Regional do Trabalho:

- Todos os integrantes da categoria terão um salário normativo (piso salarial de 900 cruzados, inclusive os que vierem a ser admitidos a partir de 1º de maio. No mês de maio, será aplicado um aumento salarial de 6 por cento, a título de produtividade, a todos os empregados. Serão reajustados automaticamente todos os salários, inclusive o normativo, toda a vez que a variação acumulada do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) atingir 10 por cento, a partir de 1º de maio.
- A jornada de trabalho dos empregados rurais é de oito horas, de segunda a sexta, e de quatro horas, no sábado pela manhã, facultando-se aos interessados a contratação de trabalho compensatório, na forma da lei.
- Os empregados rurais, nos casos inadiáveis, poderão prestar serviços suplementares até o limite de 12 horas de trabalho por dia. As primeiras duas horas extras serão remuneradas com acréscimo de 40 por cento, e as demais com 60 por cento sobre as normais.
- O repouso semanal remunerado poderá ser deslocado, no máximo duas vezes ao mês, para outro dia que não o domingo, quando em regime de compensação de horário. Observada esta escala de revezamento, os domingos e feriados trabalhados serão compensados por outro dia da semana, com a remuneração acrescida de 100 por cento sobre a hora normal, e não ocorrendo a compensação por outro dia, com mais de 100 por cento.
- Os empregados pagarão aos seus empregados não eventuais salário durante os primeiros 30

dias, quando afastados para tratamento médico. Em caso de acidente de trabalho, completarão o benefício do Funrural, nos primeiros 90 dias, até o limite do salário contratual.

- Será assegurada estabilidade provisória à gestante, do início da gravidez até 45 dias após o término de licenciamento legal.
- A rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, do chefe da unidade familiar, será extensiva à esposa, filhas solteiras e filhos menores de 18 anos, que exerçam atividade ao mesmo empregador, desde que estes concordem com a extensão.
- Será acrescido ao salário do trabalhador não efetivo ou avulso um valor proporcional ao 13º salário, férias, domingos remunerados e indenização por tempo de serviço, calculado sobre o salário normativo.
- Nas rescisões de contrato, sem justa causa e por iniciativa do empregador, inferiores a 12 meses, ficam os trabalhadores com direito à indenização por tempo de serviço, férias e 13º salário proporcionais.
- As rescisões de contrato com tempo de serviço igual ou superior a seis meses deverão ser homologadas na associação sindical dos trabalhadores.
- Sempre que o empregador fornecer alimentação aos trabalhadores no local de trabalho, esta deverá ser quente, suficiente e servida sob abrigo seguro contra chuvas, vento e sol.
- O trabalhador rural que residir na propriedade do empregador terá o direito de permanecer nela até 45 dias após a rescisão do contrato de trabalho, quando despedido sem justa causa.
- A título de insalubridade, o empregador, nos meses em que trabalhar com agentes insalubres, terá adicional de 20 por cento sobre o salário mínimo, quando aplicar formicida granulado ou lidar com agrotóxicos e pesticidas embalados em latas. O adicional será de 40 por cento quan-

do lidar com agrotóxicos e pesticidas não enlatados, na aplicação ou incorporação dos mesmos ao solo, bem como quando executar tarefas na lavoura recém pulverizada.

- Sempre que o empregado tiver contato direto com pesticidas e agrotóxicos, quer seja no preparo ou na aplicação, sua jornada de trabalho diário não poderá exceder a quatro horas, sem prejuízo da remuneração mensal. O empregador é obrigado a deixar à disposição do empregado os equipamentos de proteção para aplicação de pesticidas e agrotóxicos.
- Os frutos fornecidos pelo empregador, a fim de atender às necessidades exclusivas da família do trabalhador, tais como aipim, batata, leite, ovos e outros, não serão considerados como salário in natura, mas sim mera liberalidade do empregador.
- Durante o mês de março de cada ano os empregadores deverão descontar do salário do empregado o valor correspondente a um dia de trabalho, como contribuição sindical, podendo abater o valor já recolhido juntamente com o Imposto Territorial Rural do ano anterior, recolhendo o residual em guia própria ao Banco do Brasil até o final de abril de cada ano.
- Empregador deverá apresentar ao sindicato dos trabalhadores a relação de todos os seus empregados e respectivos salários, durante o mês de março.
- É obrigação dos empregadores rurais cadastrarem todos os seus empregados no Programa Integração Social — PIS, quando da admissão destes, cumprindo igualmente com as demais exigências legais decorrentes.
- É assegurado aos empregados rurais o fornecimento de comprovantes de pagamento de salários, com discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados, contendo ainda a identificação do empregador e do empregado.
- Como incentivo à educação escolar, fica o em-

pregador obrigado a custear despesas com material e/ou matrícula escolar a seus empregados ou dependentes, quando estudantes, o valor equivalente a 20 por cento do salário mínimo por ano a cada estudante, mediante apresentação de comprovante das despesas.

- O empregador rural deverá custear as despesas funerárias até o limite de dois salários mínimos, quando da morte de empregado por acidente de trabalho.
- Quando o empregado estiver em aviso prévio e encontrar novo emprego, antes do término do respectivo aviso, deverá ser dispensado do cumprimento do mesmo, e receberá como pagamento somente os dias efetivamente trabalhados ou cumpridos.
- Sem prejuízo salarial ou do repouso semanal, o chefe da família contratado por tempo indeterminado gozará um dia de folga por mês, ou meio dia por quinzena, a fim de buscar suprimentos e/ou resolver assuntos particulares.
- Os veículos destinados ao transporte dos trabalhadores deverão satisfazer as condições de segurança e comodidade, sem ônus para os trabalhadores. Fica proibido o transporte de ferramentas no mesmo compartimento em que estiverem os trabalhadores.
- Ficam os empregadores incumbidos de proceder o desconto do valor correspondente a um dia de trabalho de seus empregados, associados ou não ao sindicato de trabalhadores rurais, por ocasião do primeiro pagamento dos salários reajustados com base no presente dissídio, e posterior recolhimento da importância em conta vinculada no Banco do Brasil, em favor da entidade sindical dos trabalhadores rurais, até o 30º dia após o pagamento salarial.
- O descumprimento de disposição desse dissídio importará na aplicação de multa ao empregador, no valor de 100 cruzados por cláusula desrespeitada, a ser paga ao empregado lesado.

Vitória da situação

Oposicionistas não formaram chapa para as eleições na Fetag

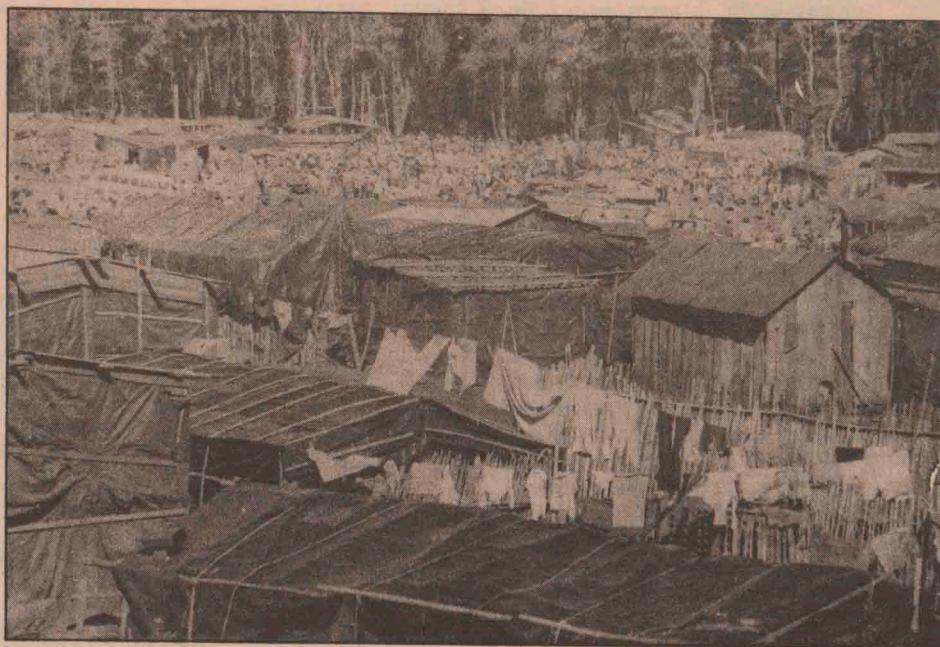
Os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado, que vêm fazendo oposição à linha seguida pela Fetag, nos últimos anos, não conseguiram, mais uma vez, chegar à direção da entidade. Agora, quando das eleições do dia 21 de maio último, os oposicionistas não conseguiram nem mesmo formar uma chapa, ao contrário do que ocorreu em 1983. Assim, os nomes indicados pela situação, e liderados por Plínio Hentz, ficaram com 84 por cento dos votos dos 910 representantes dos 229 sindicatos gaúchos.

As eleições na Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul) estavam envoltas em mistério, até o dia do congresso, em Porto Alegre. A situação somente anunciou sua chapa momentos antes, enquanto a oposição desistia de participar. Foi quando da definição da chapa que se ficou sabendo que o atual presidente, Ezídio Pinheiro, não seria candidato à reeleição. Pinheiro é vice-presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), e deve assumir o cargo em Brasília.

Plínio Hentz, que era secretário da Fetag, chega à presidência acompanhado de nomes que, em sua grande maioria, seguem a linha adotada pela Federação. O vice é Erno Knorts, de São Martinho; o secretário geral, Geraldo Pegoraro, de Canguçu; o 1º secretário, Miguel Wesz, de Jaguarí; o tesoureiro geral, Luís Martins da Rosa, que já ocupou o cargo; e o 1º tesoureiro, Ezídio Pinheiro. Eles serão empossados em setembro.

NOVIDADE

Este ano, as eleições tiveram uma novidade. Cada município pôde participar com três dirigentes (presidente, secretário e tesoureiro) e mais um delegado para cada mil associados. Assim, o colegiado, que vinha sendo de 229 votantes, cresceu para 1.086 pessoas. Mas 176 não participaram das eleições. Dos 910 que votaram, 763



Nova direção diz que a questão agrária é prioritária. Mas a oposição duvida

apoiaram a chapa única, 93 votaram em branco, e outros 54 tiveram votos nulos. Plínio Hentz não deverá modificar o comportamento da Fetag, mesmo porque defende claramente a linha que a entidade vem seguindo (veja entrevista no quadro abaixo).

Mesmo sem ter lançado chapa de oposição, porque sentiram que não teriam chances de vitória, as lideranças contrárias a esta linha criticaram a direção da Fetag durante o Congresso. As críticas foram feitas em plenário e através de um boletim, em que condenam a omissão da federação diante da luta das mulheres e dos sem-terra. Eles abordam também o fato da Fetag ter apoiado o projeto da Previdência, apresentado pelo governo, que não atende aos interesses dos agricultores. E afirmam que, no caso do boicote ao

fornecimento de leite, este ano, "os colonos foram enrolados e transformados em plateia para os políticos".

RETROCESSO

Segundo Antonio Wünsch, presidente licenciado do sindicato de Três de Maio, que participou das eleições como delegado do município, com a escolha de Plínio Hentz "haverá um retrocesso". Para ele, "com Ezídio Pinheiro, apesar de não melhorar muito, houve uma certa abertura. Agora, com o Plínio, isso não acontecerá". Antônio Wünsch entende que o novo presidente da Fetag representa a linha mais conservadora do sindicalismo rural, e explica:

— Até pouco tempo, havia no sindicalismo os dirigentes 'atrasados', ou mal-informados. Hoje, eles deixaram de ser atrasados para se transformarem em con-

Juvêncio Pedroso:
"Talvez a Fetag fique até pior do que já está"



servadores, em pelegos mesmo.

O presidente do sindicato de Tupanciretã, Juvêncio Pedroso, não vai tão longe, mas também critica a atual direção e a escolha de Plínio. "A Fetag não dá assessoria aos sindicatos, por pura falta de vontade", diz ele. Juvêncio acredita que a eleição de Plínio é um atraso: "Ele não vai mudar nada, ou talvez a Fetag fique até pior do que já está". O presidente do sindicato de Tupanciretã já anuncia que irá reforçar o grupo de oposição à linha seguida pela entidade.

CONSERVADORES

Esta oposição é liderada, há vários anos, entre outros, pelo presidente do sindicato de Ijuí, Carlos Karlinski. Este ano, ele e um grupo de lideranças da região da soja (Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai) chegaram a pensar em apresentar uma chapa alternativa. Mas não levaram a idéia adiante, por entender que a maioria dos dirigentes do setor continua conservadora. "A Fetag — diz ele — nada faz para que as lideranças tenham clareza das coisas, e trabalha, isto sim, no sentido de impedir qualquer avanço".

Karlinski diz mais: "A Fetag reclama muito que o agricultor se apega ao assistencialismo. Mas os próprios dirigentes dos sindicatos, por ela estimulados, são simplesmente assistencialistas". Ele estranha que a federação, depois de tanto falar em democratização do poder — com um congresso mais aberto — tenha formado uma chapa sem consultar todas as regionais. Karlinski está convencido de que, com os novos dirigentes, a entidade continuará acompanhando de longe a reforma agrária, a luta das mulheres e o movimento por mudanças na Previdência Rural.

Novo presidente rebate acusações

O novo presidente da Fetag, Plínio Hentz, não aceita as queixas da oposição, de que a entidade não deu respaldo às lutas dos sem-terra e das mulheres, nos últimos anos. Logo depois da eleição do dia 21, ele respondeu — por escrito — perguntas formuladas pelo Cotrijornal. As perguntas e as respostas, na íntegra, estão no texto abaixo:

Cotrijornal — A Fetag foi acusada, nos últimos anos, por setores da oposição do movimento sindical, de ser uma entidade moderada. O sr. concorda com esta acusação? A linha seguida pela Fetag pode mudar após esta eleição?

Plínio — Se realmente foi feita esta acusação, ela carece de fundamentação mais clara e objetiva, pois todas as iniciativas tomadas pela Fetag foram submetidas à aprovação do movimento sindical dos trabalhadores rurais. As decisões tomadas pela maioria foram cumpridas de acordo com o processo democrático e em obediência à linha de ação ditada pela classe trabalhadora rural.

Cotrijornal — Antes do pacote econômico, a Fetag ficou fora de um movimento de protesto, liderado pela Farsul, Ocergs, Fecotrijo, Fearroz e outras entidades, argumentando que aquele movimento não atendia aos interesses dos pequenos produtores. Agora, há uma nova

mobilização. A Fetag vai participar desse protesto contra o governo?

Plínio — Sempre que houver interesse comuns, não há razão para não apoiar movimentos conjuntos, que envolvam categorias pertencentes à agropecuária e ao associativismo. Contudo, é um direito da entidade retirar-se quando sentir que os seus interesses são feridos ou não contemplem completamente as suas reivindicações.

Cotrijornal — Como a Fetag vai encarar a questão da reforma agrária?

Plínio — A Fetag e o movimento dos trabalhadores rurais não encaram a questão da reforma agrária. Eles encaram a questão da reforma, como principal bandeira de luta, pela implantação da verdadeira justiça social no campo, dando acesso à terra aos trabalhadores rurais marginalizados do sistema produtivo. Sua permanente e contínua ação atestam a assertiva.

Cotrijornal — O sr. acha que será possível, na comissão para implantação da reforma agrária no Estado, conciliar os interesses de proprietários e de agricultores sem-terra, que estarão representados nessa comissão?

Plínio — Diante do jogo de interesses da classe dominante dos latifundiários e da fraqueza demonstrada pela autoridade



Plínio: seguimos a decisão da maioria

des responsáveis, toda a tentativa é válida para levar avante o processo de reformulação fundiária, nossa prioritária bandeira de luta. Se a Comissão Agrária a ser instalada for mais uma farsa, para deter a reforma agrária, cabe desmascará-la, denunciando aos trabalhadores sem-terra essa manobra protelatória.

Cotrijornal — Como o sr. vê a questão da política agrícola, quando se sabe que hoje não há como atender aos interesses de grandes, médios e pequenos produtores. As custas de crédito subsidiado, como aconteceu na década de 70?

Plínio — O jogo de interesses sempre existirá na economia capitalista. Por isso, é necessário que se intensifique a campanha de pressão para implantação de

uma política agrícola a médio e longo prazos, que viabilize as atividades de todos os segmentos econômicos que explorem a agropecuária. O nosso compromisso é o de defender os pequenos produtores rurais. Sempre que os interesses convergirem, poderemos celebrar alianças.

Cotrijornal — Há uma queixa específica das mulheres dirigida à Fetag (veja Cotrijornal de abril/maio). Elas reclamam que a Federação não estimula a sindicalização das mulheres.

Plínio — A queixa não procede. A Fetag tem sempre motivado os sindicatos de trabalhadores rurais, para que aceitem em seu quadro social a participação da mulher, porque ela indiscutivelmente exerce as atividades agropecuárias. A mulher tem, portanto, o direito de voz e direito de votar e ser votada como associada do seu sindicato.

Cotrijornal — Hoje, qualquer entidade, sindical ou não, está de alguma forma atrelada a tendências políticas, representadas especialmente pelos partidos. Essa divisão é notada também na área do sindicalismo rural?

Plínio — Entendo que os dirigentes e associados das entidades sindicais devem exercer o direito de sua predileção partidária e atuar nos partidos. Contudo, as entidades devem traçar linhas políticas de desenvolvimento social, econômico, político e cultural de interesse comum, isentas de ideologias partidárias. O que não impede que se utilizem da força e expressão dos partidos políticos para a consecução dos objetivos comuns em benefício da classe.

Aumentar a competitividade



O crescimento constante da produção em Mato Grosso do Sul, grande parte exportada para outros estados e mesmo outros países, sofre hoje uma perda de competitividade em relação a outros centros produtores porque apresenta um dos mais altos custos de transporte. Qualquer redução do frete tornará a produção agropecuária do Estado altamente competitiva, em especial no mercado internacional da soja. Esta redução será viabilizada com a construção da Ferrovia da Produção, uma proposta que começa a ser debatida no Estado.

Em 1976, a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) e o GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes) concluíram estudo de viabilidade da ligação ferroviária de Corumbá e sul do Estado à malha ferroviária do Paraná ou de São Paulo, levantando três alternativas. A que se mostrou mais viável economicamente prevê a ligação de Miranda e Guaíra, no Paraná, passando pelos municípios de Maracaju e Dourados, localizados na principal região agrícola do Estado.

A nível de Estado, a sensibilização das autoridades e classes produtoras para a importância do empreendimento começou com a realização em Dourados em dezembro do ano passado, do I Encontro Pró-Ferrovia da Produção. Já em abril deste ano, o então secretário de Planejamento do Estado, Jader Barcellos de Paula, proferiu palestra a membros da Associação dos Dirigentes de Venda do Brasil (ADVB), em Campo Grande, ressaltando os vários aspectos econômicos desta obra.

ESTUDOS

Em janeiro deste ano a Companhia Vale do Rio Doce apresentou estudo que destaca que "dentro de uma política de duplo alcance — redução dos custos dos transportes internos e alívio da balança de pagamentos —, há que se aumentar a utilização dos sistemas ferroviários existentes, promovendo melhorias e expansões, e se aprimorar as infra-estruturas associadas, tais como rodovias, hidrovias, terminais, intermodais, silos e armazéns. Mais adiante o documento propõe a complementação de um sistema ferroviário parcialmente implantado, que além de oferecer um porto Atlântico à Bolívia, Paraguai e à Província de Misiones na Argentina, irá integrar uma das áreas mais ricas do País — Mato Grosso, Acre e Rondônia via Rio Paraguai e diretamente Mato Grosso do Sul, Paraná e Norte de Santa Catarina — ao Complexo Portuário de Paranaguá.

O trecho a ser construído no Estado terá uma extensão de 569 quilômetros subdivididos em duas partes: Miranda-Dourados, com 323,5 quilômetros e Dourados-Guaíra, com 245,5 quilômetros, já foi estudado a nível de anteprojeto pelo Geipot, sendo reavaliado em estudo técnico-econômico pela Diretoria de Planejamento da Rede Ferroviária Federal.

No Paraná, a proposição básica se desenvolve numa extensão de 772 quilômetros, através das cidades de Cascavel, Guarapuava, Engenheiro Gutierrez, Engenheiro Bley, Curitiba e Paranaguá. Ela pressupõe melhoramentos nos trechos entre Guarapuava-Engenheiro Gutierrez e Engenheiro Bley-Paranaguá, passando por Curitiba, traçados estes já existentes. Além disso teria de ser construída uma variante entre Engenheiro Gutierrez e Engenheiro Bley.

O projeto prevê ainda a execução de ramais ferroviários a Assunção e Porto Stroessner, no Paraguai e uma variante até a Província de Misiones, na Argentina, com o que a Ferrovia da Produção se caracteriza numa obra de importância internacional.

OBSTÁCULO

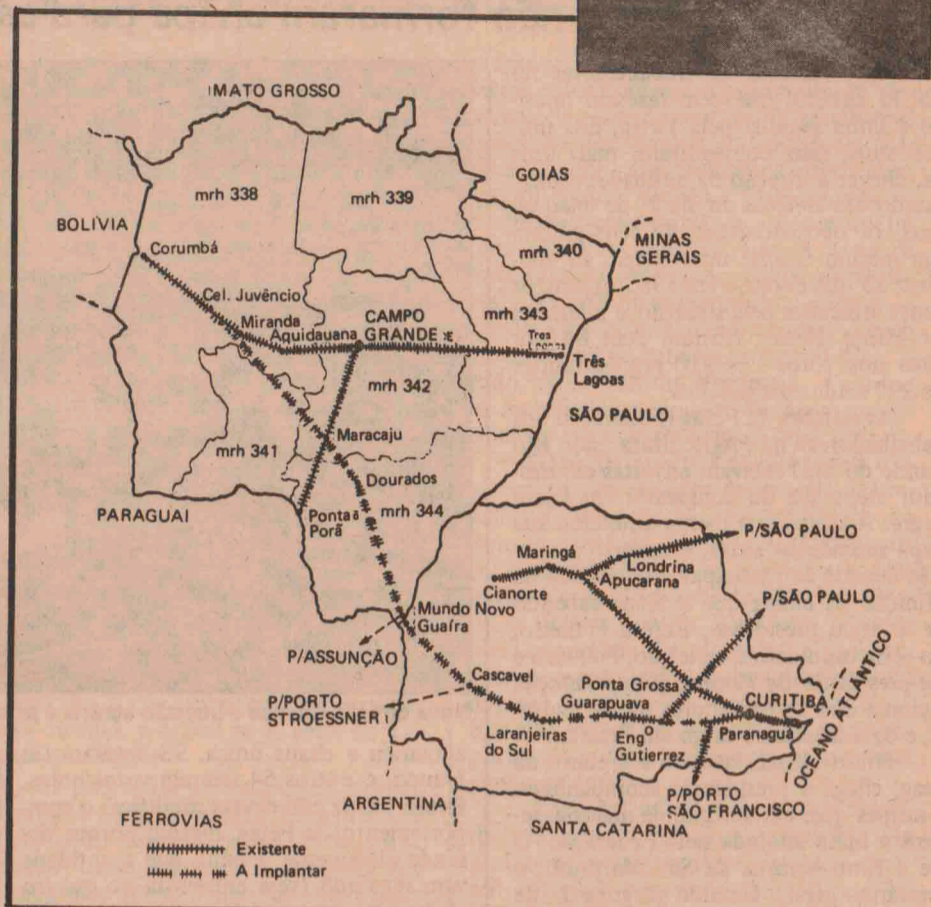
A escassez de recursos para a implantação da Ferrovia da Produção é hoje o mais sério obstáculo. O estudo da Companhia Vale do Rio Doce mostra que a obra é viável economicamente, prevendo um fluxo de carga de 9,8 milhões de toneladas em 1990 e 17 milhões em 2005, isto no sentido de Paranaguá, e de 1.315 toneladas, em 1990, e 1.780 toneladas, em 2005, no sentido de importação.

A Ferrovia da Produção já conta com diversos avanços para sua implantação, entre elas a adesão de grandes empreiteiras, que se propõem a capitalizar 20 por cento do valor que vier a ser contratado; predisposição de participação de cooperativas de produtores rurais que permite vislumbrar percentual de participação superior a 12 por cento; assentimento do Governo do Paraná de participar com montante superior a 8 por cento do capital social; e a oferta de financiamento pelo Banco Mitsui, do Japão, no valor de 800 milhões de dólares.

BENEFÍCIOS

Para o ex-secretário de Planejamento, Jader Barcellos, que deixou o cargo no dia 15 de maio, os benefícios sociais, a ativação econômica regional e setorial, inclusive a agro-industrialização; a necessidade de se duplicar a produção brasileira de grãos e de exportar quantidades crescentes, além da elevação do consumo interno, somados à fundamental importância de se manter a competitividade da produção agrícola paranaense, sulmato-grossense e de outros estados e países envolvidos são indicadores para uma decisão positiva de se implantar o sistema integrado de transportes da Ferrovia da Produção.

Jader Barcellos entende que a implantação de um corredor de exportação que traga vantagens administrativas para o transporte estadual, poderia se acrescentar à produção atual exportada todo o resultado de uma expansão agrícola natural. Para ele, a Ferrovia da Produção mostra-



A Ferrovia da Produção ligará as regiões produtoras do Estado ao porto de Paranaguá

se de interesse prioritário para a ocupação e o desenvolvimento econômico da região Oeste do Brasil, e será a única opção para manter a competitividade da produção agrícola regional.

Para a viabilidade da Ferrovia da Produção, disse o secretário em uma de suas palestras sobre a obra, há a necessidade de amplo apoio de todos os segmentos sociais envolvidos, com a integração de esforços de órgãos federais, estaduais, da iniciativa privada, municipais, internacionais — através dos países envolvidos. Ar-

gentina, Paraguai e Bolívia —, além da participação da Companhia Vale do Rio Doce com sua experiência adquirida com a viabilização da Ferrovia de Carajás e Tubarão. Seriam assim criados os instrumentos institucionais, técnicos, financeiros e legais — criando-se a Companhia, que uniria todas as partes envolvidas — para uma solução de desenvolvimento para o País, com a união de diversos pólos de produção em torno do crescimento da economia e como estratégia nacional para a solução das questões sócio-econômicas brasileiras.

Abertura à discussão

"Para Mato Grosso do Sul, estado do Centro-Oeste brasileiro, distante dos grandes centros consumidores e dos portos de exportação, a redução dos custos com transporte é fundamental para uma maior competitividade dos produtos originários do Estado, tanto a nível de mercado interno quanto externo". A afirmação é de Nedy Rodrigues Borges, vice-presidente da Regional de Mato Grosso do Sul da Cotrijui, ao analisar a importância da Ferrovia da Produção.

O Estado tem terra em abundância para ampliar ainda mais a produção, mas para isso precisa ter custo de produção semelhante a outras regiões do País, afirma Nedy, acrescentando que se for computado o custo com transporte a produção agrícola do Estado já fica marginalizada. Para ele, uma nova via de escoamento das safras — quer a Ferrovia da Produção, quer a navegação pelo Rio Paraguai — é fundamental para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, com reflexos positivos inclusive em outros Estados.

A infra-estrutura ferroviária hoje existente abrange apenas parte do Estado, não ligando a principal região produtora do Sul do Estado (região de Dourados). Além disso, afirma o vice-presi-

dente, o custo do frete ferroviário é alto, quase igual ao transporte rodoviário, e mais caro que este em determinadas épocas do ano. E para agravar ainda mais a situação o transporte até o porto de Paranaguá utiliza trechos pertencentes a Noroeste, Fepasa e Rede Ferroviária Federal, empresas com administrações diferentes, problemas diferentes, o que acarreta atrasos na entrega do produto no porto.

O transporte de carga entre Mato Grosso do Sul e o porto de Paranaguá leva hoje, em média, de 20 a 30 dias, o que causa grandes prejuízos ao País. "Falar em porto hoje é falar em horário para carregar", afirma Nedy Borges, acrescentando que o Brasil perde cifras astronômicas a cada ano pelos atrasos no carregamento em seus portos em função da desorganização interna do escoamento.

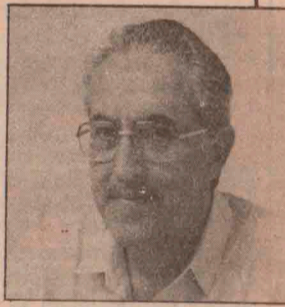
A redução da distância representará custos menores, maior rapidez e, principalmente, segurança quando ao cumprimento das programações de embarque. A continuar como está, prevê Nedy Borges, cada vez mais estrangulado ficará o escoamento das safras porque a produção aumenta de ano para ano no Estado.

O crescimento da produção agri-

cola significa, de outro lado, maior uso de insumos, produtos estes vindos em sua maior parte de outros Estados, o que representará para os produtores um custo menor se forem transportados por uma ferrovia eficiente. "O benefício com a ferrovia é nos dois sentidos", afirma Nedy Borges, lembrando que a redução dos custos estimulará ainda mais o crescimento da produção agrícola no Estado, aspecto este que precisa ser considerado em qualquer estudo de viabilidade da obra.

O estudo preliminar da ferrovia, lembra o vice-presidente, prevê que seja privada, de forma a não se ter os aspectos negativos das administrações de empresas estatais, muito embora governos estaduais e empresa estatais como a Vale do Rio Doce venham a participar com recursos para sua execução.

"De parte da Cotrijui, afirma Nedy Borges, a cooperativa estará aberta para a discussão do problema, buscando viabilizar alguma forma de participação neste importante empreendimento".



Nedy Borges

MS

ICM cresceu 133%

Prefeituras de 28 municípios de Mato Grosso do Sul terão direito a parcelas dos Cr\$ 41.354.094.645 (41,3 milhões de cruzados) como retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) gerados pela cooperativa no ano de 1985 em função da comercialização da safra agrícola e das vendas realizadas pelos supermercados e lojas.

O valor apurado pelo Serviço de Processamento de Dados se refere às operações com produtos como soja, arroz, milho, feijão, sorgo, aveia e trigo, já que o imposto é recolhido pela Comissão do Trigo Nacional

(Ctrin), do Banco do Brasil, embora a cooperativa possa ser considerada agente indireto desta arrecadação, pois recebeu ao redor de 60 por cento do volume produzido no Estado.

A unidade e o supermercado e loja de Maracaju estão em primeiro lugar na lista — veja tabela — com um total de Cr\$ 10.918.466.875 (10,9 milhões de cruzados), vindo a seguir as unidades de Sidrolândia (6,3 milhões de cruzados), Rio Brilhante (5,6 milhões) e Dourados (4,9 milhões).

Algumas Prefeituras do Norte do Estado, portanto fora da área de atuação da cooperativa, também serão beneficiadas, já que o levantamento do processamento de dados tomou por ba-

se o município de origem constante das notas fiscais de produtor com as quais a safra foi entregue nas unidades e postos da Cotrijuí. Entre estes municípios estão Água Clara, Aparecida do Tabuado, Coxim e São Gabriel do Oeste.

A geração de ICM apresentou um crescimento de 133 por cento, já descontada a inflação do período, em relação ao ano anterior, quando foi da ordem de Cr\$11,2 bilhões. O crescimento da arrecadação de ICM na Região Cotrijuí, num ano em que a comercialização não foi das melhores, é atribuído ao maior recebimento de soja, que teve um acréscimo de 45 por cento em relação a safra 84/85.

DEMONSTRATIVO, POR MUNICÍPIO DE ORIGEM, DO ICM GERADO POR PRODUTO RECEBIDO E DOS MERCADOS

Município	Total	Soja	Arroz	Milho	Feijão	Sorgo	Aveia	Triguilho	Mercado
Água Clara	1.107.686	1.107.686	-	-	-	-	-	-	-
Amambal	41.274.926	27.942.261	1.255.991	12.075.536	-	-	-	1.138	-
Anastácio	46.820.717	45.951.084	869.633	-	-	-	-	-	-
Antônio João	344.748.335	333.341.881	6.100.532	5.301.190	-	-	-	4.732	-
Aral Moreira	1.080.243.822	920.772.531	28.067.944	126.709.278	4.049.514	603.512	18.249	23.794	-
Apar. Tabuado	623.881	-	-	623.881	-	-	-	-	-
Bela Vista	485.173.582	483.558.332	-	616.669	357.401	638.165	-	3.015	-
Bonito	2.945.061.210	2.914.213.438	16.542.682	9.946.043	-	4.359.047	-	-	-
Caarapó	1.946.163.598	1.674.391.742	4.872.043	91.887.306	343.661	1.181.948	-	125.546	173.361.352
Campo Grande	195.994.979	186.055.437	9.931.372	-	-	-	-	8.170	-
Caracol	18.223.214	18.223.214	-	-	-	-	-	-	-
Coxim	5.860.014	5.860.014	-	-	-	-	-	-	-
Deodápolis	21.763.165	21.760.661	-	-	-	-	-	2.494	-
Douradina	110.981.128	81.932.998	11.643.135	15.645.725	-	1.160.485	65.760	3.025	-
Dourados	4.998.760.250	3.741.833.188	121.567.949	68.017.524	12.981.465	17.093.607	1.347.824	74.014	1.035.844.679
Fátima do Sul	149.297.604	142.498.384	6.266.861	530.119	-	-	-	2.204	-
Gula Lopes	291.391.837	280.423.098	-	10.738.419	-	228.975	-	345	-
Itaporã	1.292.567.959	1.251.077.210	21.831.206	16.439.100	1.538.634	1.496.192	59.659	125.058	-
Jardim	317.757.742	83.576.660	6.190.899	-	-	1.559.672	-	-	226.430.511
Maracaju	10.918.466.875	9.462.921.763	286.109.410	735.657.416	1.291.569	23.820.398	2.809.323	420.478	405.436.518
Naviraí	5.216.190	3.144.398	-	2.071.792	-	-	-	-	-
Nioaque	45.228.753	35.160.083	7.293.658	2.775.012	-	-	-	-	-
Ponta Porã	3.924.311.383	3.428.715.501	216.660.534	264.983.805	2.756.914	10.491.803	593.408	109.418	-
Porto Murtinho	115.878.199	115.878.199	-	-	-	-	-	-	-
Rio Brilhante	5.679.370.895	4.972.328.887	236.184.067	220.022.616	7.841.520	6.996.411	745.141	33.599	234.318.654
Sidrolândia	6.359.891.777	5.489.224.980	326.980.873	217.489.463	-	28.575.731	-	224.246	297.396.484
Terenos	10.592.929	9.987.706	-	694.204	-	-	-	1.019	-
S. Gabriel Oeste	1.322.005	-	1.320.166	-	-	-	-	1.839	-
TOTAL	41.354.094.645	35.731.791.336	1.309.688.955	1.803.126.098	31.159.678	98.735.946	5.639.364	1.165.070	2.372.788.198



Soja foi responsável pelo maior volume de ICM

O BRASIL GANHA NO CAMPO.

Há uma maneira segura de se ganhar no campo.

Aumentar a produtividade, para que a terra produza safras abundantes, é uma das mais importantes vitórias que se pode conseguir.

Os engenheiros agrônomos que, dia 1º de julho, receberam o DESTAQUE AGRONÔMICO ADUBOS TREVO, troféu instituído por ADUBOS TREVO S.A.

GRUPO LUXMA, em colaboração com as Associações Estaduais de Agronomia e FAEAB - Federação das Associações dos Engenheiros

Agrônomos do Brasil, vão ganhar seu prêmio por sua contribuição efetiva nas áreas de cultivo, pesquisa, tecnologia, extensão e ensino, visando ao crescimento da produtividade dos nossos campos.

O Brasil está ganhando com eles.

E você também.



ALHO

As decisões do Encontro

As metas de produção; os planos de expansão da cultura no país e a redução nas importações de alho, foram, na verdade, as grandes questões levantadas no 8º Encontro Nacional de Produtores de Alho. O Encontro aconteceu em Salvador, na Bahia, de 21 a 23 de maio e contou com a participação de todos os Estados produtores de alho do país. Da região se fizeram presentes o Nelci Baroni, responsável pelo entreposto de hortigranjeiro da Cotrijuí na Região Pioneira, o Celso Bruinsma, vice-presidente da Associação Gaúcha dos Produtores de Alho e ainda outros quatro produtores de alho de Augusto Pestana.

A proposta de diminuição das importações de alho continua de pé. Até esse ano, o Brasil deverá importar da Espanha e Argentina, em torno de 15 mil toneladas, mas já para 1987, as importações diminuirão para 8 mil toneladas. As épocas das importações deverão ocorrer den-

tro de um calendário estipulado pelas associações de produtores em encontros anteriores. Elas deverão ocorrer nos meses de maio, junho, julho e agosto. A partir de agosto entrariam os alhos de Minas Gerais, Bahia e Goiás. Em novembro e dezembro, entrariam os alhos da região Sul que se comprometem de abastecer o mercado consumidor até o mês de abril.

Uma decisão tomada durante o Encontro é de que já a

partir de 1987 não mais acontecerá importação de alho tipo indústria. "As indústrias, diz o Baroni, terão de se programar a adquirir o produto durante o período de produção nacional" A necessidade de melhorar a

qualidade do produto nacional foi outro assunto levantado durante as discussões.

Todas as propostas e decisões tomadas durante o oitavo encontro dos Produtores de Alho serão levadas até o governo federal com o apoio da Associação Nacional dos Produtores de Alho, das associações estaduais, do governo do Estado, dos produtores e Sindicato dos Atacadistas do Mercado de São Paulo.



O Baroni representou a Cotrijuí no Encontro

O produtor na política

Peditense defende a eleição de representantes do setor

"A ausência de uma planificação estrutural que inspire confiança ao produtor, a manutenção de preços mínimos incompatíveis com a realidade de mercado de consumo, a importação de produtos que vêm concorrer com o produto nacional, em plena safra, além de alterações de última hora nas taxas de juros de EGFs e parcelamento de pagamentos das AGFs. Tudo isso torna o atual governo da República tão distanciado dos problemas do produtor rural quanto o anterior, que teimava em manter uma política direcionada para o monetarismo".

O desabafo é do empresário Rogério Zart, presidente da Associação dos Agricultores de Dom Pedrito e conselheiro do Instituto Riograndense do Arroz - Irga, ao falar para o Cotrijornal. Visivelmente contrariado com o que interpreta como uma política de "jogo de empurra" do governo, afirma que tais medidas, adotadas já no final de ciclo de lavoura e com os custos de produção definidos, prejudicam tremendamente aqueles que produzem.

O AGRICULTOR E A POLÍTICA

"A triste realidade, diz Zart, é que não temos nenhuma segurança para programar a produção, nem mesmo a curto prazo. As decisões governamentais ocorrem com tal rapidez e constância que nos pega sempre de surpresa". E todas essas medidas, pelo menos até aqui, têm vindo em detrimento do produtor, colocando em risco a produção agrária, com o perigo conseqüente de desestabilização da economia no seu todo.

Para o empresário peditense, "é chegando o momento dos agricultores se conscientizarem da importância de eleger para os cargos políticos, em todos os níveis, homens comprometidos com a causa rural. É importante que os produtores atentem também para a linguagem do governo, que parece querer nos colocar na posição de vilões perante a opinião pública como se fossemos contra o pacote econômico". Ele ressalta que é inadmissível que o agricultor, contra quem tem recaído o maior peso da reforma monetária e contenção dos preços, venha a ser confundido com outras camadas de aproveitadores.

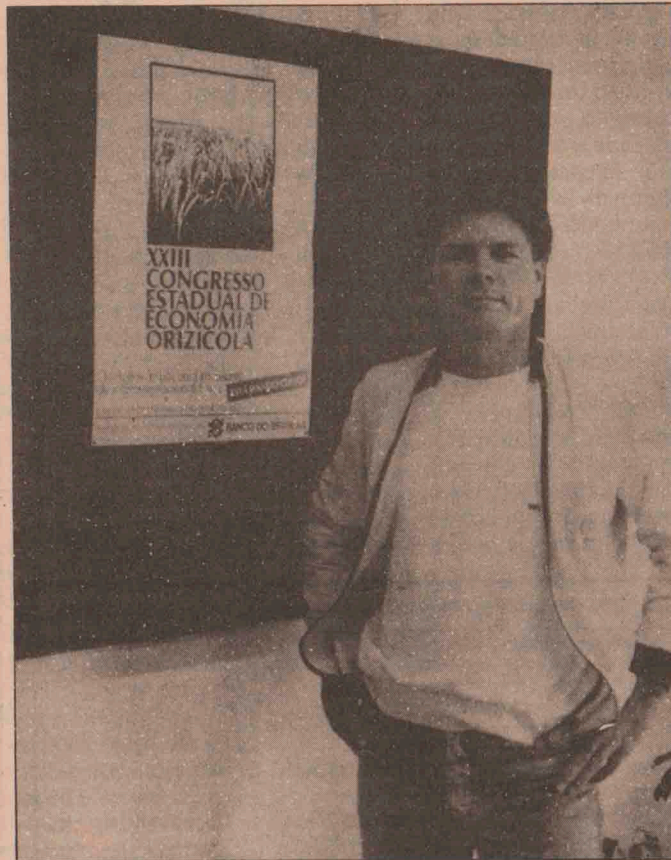
Zart disse que no XXIII Congresso Estadual de Economia Orizícola, que se realiza de 6 a 8 do corrente no município, a pauta dos trabalhos vai bater forte na tecla de conscientizar o governo para que defina uma política agrícola a ser implantada e mantida, a longo prazo. "Só assim teremos realmente paz nos campos e disposições dos agricultores para trabalhar e produzir". Disse ainda que não se lembra de medidas tão arbitrárias e antidemocráticas contra os produtores rurais, como estas últimas tomadas pelo governo da Nova República.

PROGRAMA

A programação do XXIII Congresso Estadual de Economia Orizícola, a se realizar de 6 a 8 do corrente na cidade de Dom Pedrito, está assim organizada: dia 6, às 8h30min, inscrição no Parque de Exposições do Sindicato Rural - sede do congresso. 10h30min, sessão solene de instalação, com a presença do ministro da Agricultura, Iris Rezende, demais autoridades estaduais e municipais.

Ao meio-dia, almoço na sede da Afucotri. Às 14h, instalação da sessão plenária, seguida de palestra do diretor de crédito rural do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues de Souza Júnior. Às 20h30min, coquetel no Dom Pedrito Country Club.

Dia 7, às 8h30min, apresentação do trabalho "custos de Produção - safra 86/87", de autoria do Departamento Técnico do Irga. Às 8h, palestra a cargo do secretário de Minas, Energia e Comunicações, engenheiro Luis Felipe Corrêa de



Rogério Zart: produtor não é vilão do pacote

Azevedo, abordando o tema: demanda de energia e a expansão da lavoura irrigada. 10h, sessão plenária, com o temário, tecnologia de produção de arroz. 11h, 3a. sessão plenária, sob o tema: previdência social rural, seguro agrícola e infra-estrutura viária.

Ao meio-dia, churrasco na Afucotri. 14h30min, 4a. sessão plenária. Temário: comercialização e industrialização do arroz. 16h30min, 5a. sessão plenária. Temário: política de produção. Às 20h30min, jantar no Dom Pedrito Country Club, alegado por um show nativista.

Dia 8 - domingo - às 9h, moções. 10h, sessão de encerramento com a presença do ministro da Irrigação, Vicente Fialho. Às 12h, almoço (peixada) na sede da Afucotri - Associação dos Funcionários da Cotrijuí.

Cotrijuí: as inovações em P. Alegre

A Cotrijuí implantou nova estrutura organizacional em suas subsidiárias, empresas coligadas e na Assessoria de Porto Alegre. A inovação estrutural foi implantada no dia 15 de abril último, visando racionalizar mais para aumentar a eficiência, motivar as iniciativas próprias em sintonia com o grupo, realizar planejamentos integrados das atividades sociais e econômicas e agilizar resultados mediante o desenvolvimento de recursos humanos.

O novo organograma do Grupo, valendo para Porto Alegre, dá os meios para a maior agilização de desempenho aos vários segmentos da organização, somado ainda ao mérito de haver reduzido custos operacionais. Uma das conseqüências naturais e imediatas dessa nova estrutura foi a melhor centralização operacional do Irga - Instituto Riograndense de Febre Aftosa - uma das coligadas, com a desmobilização do imóvel que este ocupava na rua General Paranhos, e sua centralização em espaços já existentes, na sede do Grupo, à avenida Júlio de Castilhos, e na própria fábrica, no bairro do Lami.

A preocupação da diretoria eleita em abril de 1985 foi dar uma estrutura organizacional mais dinâmica à Cooperativa, com vistas também a reduzir custos. O trabalho, que foi programado para aplicação em duas etapas, teve a primeira parte concluída. Esta parte constou da compactação das áreas financeiras da Cotrijuí/Poa, Cotriexport, Irga e Cotriseguros.

Na segunda etapa serão realizados estudos visando congregação ainda mais os serviços, com a manutenção da operacionalidade na mesma dinâmica e sempre com redução de custos. O resultado de toda a inovação projetada é a economia financeira, sem a perda de qualidade dos serviços. E ao contrário, o seu aperfeiçoamento. A elaboração do novo manual de organização teve a coordenação da equipe de O & M - Organização e Métodos e de Recursos Humanos, com a colaboração essencial das demais assessorias e gerências da Cotrijuí e suas subsidiárias e coligadas.

A Cotriexport e as exportações

A Cotriexport - Companhia de Comércio Internacional, é a empresa "trading" da Cotrijuí. Ela funciona como um "centro de informações", atuando nos diversos mercados. Também dá suporte aos demais setores da cooperativa, com informações e a devida orientação comercial, como representante da maioria das transações de compra e venda da Cotrijuí. Seu diretor operacional, Walter Suliman Duarte, diz que um outro setor onde a empresa atua com força é na comercialização, em nome próprio, na área da exportação.

No ano passado ela despontou como a maior exportadora do Estado e ficou entre as três maiores do país. Sua infra-estrutura abrange uma subsidiária no exterior - a Cotriexport Cayman, localizada na ilha do mesmo nome, e que existe para facilitar o fluxo de pagamentos e documentação de exportação, e ainda agilizar negócios a preços convenientes, no caso de algum problema com legislação de comércio exterior brasileiro, que é dos mais variáveis.

ESTRUTURA

Walter assegura que a Cotrijuí tem um esquema de comercialização com ênfase à informação, em todos os níveis,

graças à Cotriexport, sua subsidiária, que recebe com rapidez todas as notícias e informes de mercado, do país e do exterior. No caso da comercialização da soja, por exemplo, ao final do pregão em Chicago (Board of Trade), faz-se uma rápida pesquisa de mercado nas praças exportadoras, em busca das melhores condições de negócios. Na medida que a melhor perspectiva é conseguida, orienta-se a formação de preço junto ao produtor. Assim que as liquidações vão acontecendo, se vai fechando negócios pelo melhor preço do momento, diz o diretor de operações da Cotriexport.

Operador de mercado da Cotriexport, Júlio Ricardo da Rosa é um homem em contato direto e quase constante com o mundo dos negócios com grãos. Ele diz que os preços da soja são determinados pela Bolsa de Mercadorias de Chicago - o Chicago Board of Trade -, o mercado mais ágil e dinâmico que existe. É regido e direcionado por uma série de fatores, e não somente os referentes a grãos.

As relações financeiras e mesmo as de natureza política são de grande importância para a formulação dos preços de grãos, diz ele. Essas relações podem de-

terminar a compra ou não por algum país e até influenciar nas áreas a serem cultivadas. As grandes empresas internacionais movimentam enormes quantidades de produto, tendo como base uma análise dessas relações, diz Júlio da Rosa.

Para ele, outro fator também de extrema importância é o desenvolvimento de culturas alternativas, como a palma, nos últimos anos, que é cultivada em grande escala na Malásia. Um cultivo de baixo custo, tem se constituído em fator de pressão sobre as cotações do óleo de soja.

PREVISÕES

As previsões feitas no momento de se concretizar um negócio levam em conta, necessariamente, fatores capazes de determinar o êxito ou o fracasso de uma operação. Trata-se de um mercado bastante complexo, onde o primordial é uma boa base de informações, que nem sempre se pode obter, pois os interesses são conflitantes.

Normalmente, as operações são realizadas por telefone. As cotações da Bolsa de Chicago são transmitidas por um sistema de vídeo, como fator de tempo igual a zero, para alteração de preço em Chicago.



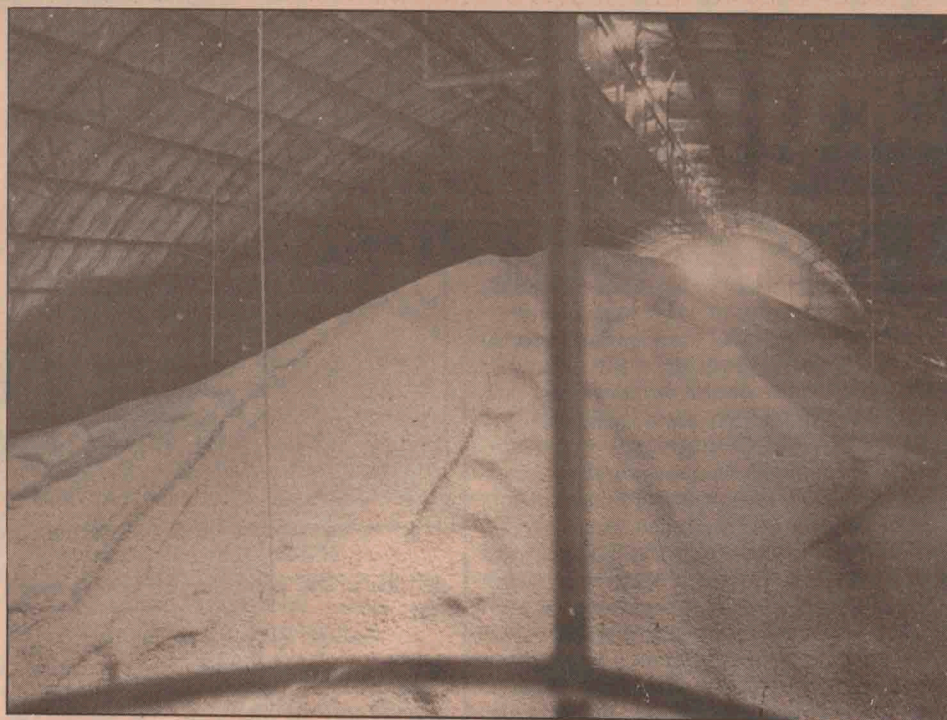
Chicago: gestos de quem compra ou vende

Para se promover essas operações necessita-se de corretores. Estes operam em nome de seus clientes. A foto mostra interessante visual naquela Bolsa, onde se vêem alguns corretores fazendo o tradicional gesto de ofertas.

MERCADO EXTERNO

Quando produzimos visando o mercado internacional, não são apenas as decisões de economia interna de um país que determinam o movimento dos preços dos produtos em questão. É o caso da soja e a nova política econômica brasileira posta em prática no dia 28 de fevereiro passado. É claro que muita coisa mudou e está mudando no Brasil depois do chamado plano do cruzado ter sido lançado. No entanto, em termos do mercado da soja as tendências são claras, e há muito tempo.

Argemiro Luís Brum
de Montpellier — França



O mundo não mais consome soja como acontecia na década de 70

Soja: cai o consumo

Mercado está saturado, mas a produção continua a crescer

Os efeitos do contínuo aumento na produção mundial de soja, e dos altos estoques existentes praticamente anularam por completo a possibilidade de alta nos preços, que poderia ter sido motivada pela quebra da safra brasileira em função da seca de fins de 1985. Perdemos em torno de 4 milhões de toneladas (de 16,5 milhões em 1984/85 para 13 milhões em 1985/86, segundo algumas estimativas), mas não recuperamos nada em preço internacional via Bolsa de Chicago.

Para completar, a notícia positiva de diminuição na área plantada nos Estados Unidos para este ano de 1986, foi gelada com a informação de que isto será compensado com um aumento na produtividade da cultura da soja. Se realmente acontecer, isto significa que o volume produzido naquele país será praticamente o mesmo da safra anterior, ficando em torno de 52 milhões de toneladas.

As notícias vindas do Brasil dão conta de que o governo brasileiro está mais uma vez comprando a soja pelo preço mínimo oficial, pelo segundo ano consecutivo, em diversas regiões do país. Coincidência? No meu ponto de vista, não.

OUTRA FASE

Desde que cheguei à Europa e comeci a enviar informações aos associados da Cotrijuí, além de participações diretas em seminários realizados aí no Brasil, inclusive no 1º CISOJA realizado em fins de julho de 1985, alertava para um fato importante. De um lado, a forte pressão para o aumento da produção de soja por parte dos países produtores. Em 1985 foram produzidos 89,7 milhões de toneladas no mundo.

Para 1986 a previsão era de 97,1 milhões. Mesmo com a quebra brasileira e talvez um pouco na Argentina, no momento ainda ficamos com uma estimativa de algo em torno de 92,1 milhões de toneladas a serem produzidas para este ano. Isto é, ainda 3 por cento acima do produzido o ano passado. Sem contar que os estoques de soja em fins de 1985, a nível mundial, estavam em torno de 20 milhões de toneladas.

Pelo outro lado (e mostrei isto com riqueza de detalhes), o lado do consumidor, a nível mundial não se está mais consumindo como na década de 70. É preciso abrir os olhos para o fato que depois de 1980, e em especial depois da violenta elevação dos preços acontecida em 1983, o mercado consumidor mundial entrou em uma outra fase.

Particularmente, classifico-a como fase de estagnação nos volumes médios consumidor de soja. Isto é, o volume máximo que o mundo pode consumir no momento parece ser o que se alcançou na virada dos anos 70 para 80. E isto por diversos motivos. Vou apenas enumerar aqui os principais, já que precisaríamos quase que de um livro para analisarmos a fundo todo o problema. Assim temos:

a) Consumo praticamente saturado nos países tradicionais consumidores em função de:

1) Estagnação no consumo popular anual de carnes em geral. Na França, desde 1980, o consumo médio gira em torno de 92 kg/habitante/ano.

2) Estagnação no crescimento populacional destes países compradores de soja, em especial os europeus. Soja para alimentar os rebanhos que por sua vez irão alimentar as pessoas. Na Alemanha, por exemplo, o crescimento populacional está sendo negativo (morrem mais pessoas do que nascem).

3) Busca de outras alternativas para consumo, já que os preços da carne são muito elevados em relação aos outros alimentos. Com o agravante conjuntural de que a crise econômica atingiu também, de uma certa maneira, os países desenvolvidos e com isto houve uma estagnação geral do poder de compra das famílias.

Nos EUA, que utiliza a grande parte de seu farelo de soja no consumo interno (em torno de 8 milhões de toneladas atualmente), a questão já é impressionante. Segundo pesquisa feita, somente 10

por cento da população diz não poder viver sem carne, quando em 1983 eram 22 por cento que diziam o mesmo. Assim, em 2 anos o desinteresse pela carne aumentou significativamente: somente 25 por cento dos entrevistados (contra 34 por cento em 1983) consideraram que uma refeição deve incluir carne para satisfazer o apetite. (Dados publicados pela Agra-Europe, n. 1.389 de 21.02.86).

b) Os países consumidores de soja (grão) e do farelo, principais componentes em volume do chamado "complexo soja", são sempre os mesmos. São os países ricos ou os chamados desenvolvidos. Assim temos uma alta concentração nas importações destes dois produtos:

Previsões médias para o período 1983-1987

importação de grãos	CEE (*)	- 12
(em milhões de toneladas)	APEO (*)	- 4,5
	Japão	- 4,85
	Total	- 21,35
(74 por cento do total mundial previsto)		
importação de farelo (em milhões de toneladas)	CEE (*)	- 11,284
	APEO (*)	- 0,8
	URSS	- 3,5
	Total	- 15,584
(67 por cento do total mundial previsto)		

(*) APEO - Outros países da Europa Ocidental - Comunidade Econômica Européia sem incluir a Espanha e Portugal.

Em 1985, dos 24 milhões de toneladas de grãos de soja exportados pelos três grandes produtores (EUA, Brasil e Argentina) que representaram 75 por cento da produção mundial, 10 milhões foram comprados pela CEE (42 por cento do total). E das 16 milhões de toneladas de fa-

relo de soja exportados por estes mesmos países, também 10 milhões foram comprados pela CEE (62 por cento do total). Ora, estes países estão saturados. Por um lado pelo que foi assinalado no ponto (a) mas também porque estes países buscam produzir alternativas para a dependências que eles têm com a soja.

c) Estes países ricos já produzem localmente uma grande quantidade de oleaginosas, entre elas a própria soja. Sem falar nas proteaginosas como a ervilha proteaginosas, a féverole e o tremçoço branco. Assim, usando o exemplo da CEE que é o grande comprador no mercado internacional, temos as seguintes previsões médias para o período 1983-1987:

- Produção de grãos de soja - 300 - 350 mil toneladas
- Produção de grãos de colza - 2,5 - 3,0 milhões de toneladas
- Produção de grãos de girasol - 1,0 - 1,5 milhões de toneladas
- Produção de farelo de soja - 9,0 - 9,5 milhões de toneladas
- Produção de outros farelos ricos em proteínas - 2,5 - 3,0 milhões de toneladas.

Somente na França, o principal país agrícola da CEE, a produção das referidas proteaginosas deverá ultrapassar as 300 mil toneladas este ano, sem falar nas oleaginosas (soja, colza e girasol). Sem falar ainda em todas as espécies de pastagens proteicas colocadas à disposição dos criadores de gado bovino, como é o caso da alfafa.

d) No caso do outro derivado, o óleo de soja, seu mercado é diferente e com características especiais. Até agora ele sempre foi considerado em segundo plano dentro do "complexo soja". Assim, graças ao forte consumo interno nos três principais países produtores de soja (43 por cento do total médio que será produzido entre 1983 e 1987) e principalmente graças a lei PL 480 criada pelos EUA, o óleo de soja vinha encontrando saída. Em especial porque esta lei subvenciona desde 1954 as vendas de óleo de soja norte-americanas, como ajuda alimentar, aos países subdesenvolvidos.

É por isto, aliás, que o mercado do óleo de soja é fortemente concentrado em mãos do chamado Terceiro Mundo (30 por cento do total na previsão para o período 1983/87). Ora, estes países não têm dinheiro para pagar preços altos pelo produto e só compraram porque os EUA, com sua lei, acabam pagando uma parte do custo. Hoje, com a crise econômica se agravando, temos um estrangulamento deste mercado também.

e) E para complicar as coisas, o óleo de palma entrou no mercado de forma significativa. (hoje já é o segundo em produção no mundo, com 8,5 milhões de toneladas de produção) e com preços mais baratos que o óleo de soja. Isto tudo sem falar no aumento na oferta do óleo de colza e girasol em função do crescimento na produção destes grãos.

f) É já que falamos de soja, em 1985 a Europa em geral (países do Leste incluídos) produziu exatos 1.073 milhões de toneladas, com uma produtividade média de 1.630 kg/hectare. A URSS à parte, produziu 500 mil toneladas.

ESTAGNAÇÃO

Do total acima, três países da hoje CEE (França, Itália e Espanha) produziram 359.000 toneladas (33 por cento do total), com um rendimento médio de 2.740 kg/hectare. A previsão para 1986 é de ultrapassar as 400 mil toneladas com somente a Itália chegando a 300 mil toneladas. É o mais interessante é que o restante da produção total está nos países do Leste:

Bulgária	- 100.000 toneladas
Romênia	- 320.000 toneladas
Tchecoslováquia	- 5.000 toneladas
Hungria	- 62.000 toneladas
Yugoslávia	- 227.000 toneladas

(Dados publicados pela revista "L'Inoculum, Toulouse/França, janeiro-março 1986, p. 9).

Sem novos mercados

Este quadro geral nos mostra que, se é verdade que o mundo precisa de soja para viver, também é verdade que o seu comportamento em relação ao consumo mudou. Hoje a tendência é a estagnação e quem sabe até uma pequena queda nos volumes médios consumidos até 1980. Novos mercados? Onde encontraremos países com dinheiro para pagar o preço,

apesar deste estar baixo? É por isso que a recuperação de nosso mercado interno é decisiva.

Assim, é preciso organizar nossa economia e nossa produção rural em função desta nova realidade. É urgente e precisamos, repito, abrir os olhos para esta verdade. Do contrário estaremos todos os anos endividados, lamentando os baixos preços da soja e rezando para que aconteça algum acidente climático nos países concorrentes ou consumidores para que o preço suba. Sinceramente, o mundo de hoje não permite mais que se raciocine desta forma a economia de uma propriedade rural. É muito menos a economia de uma região e do país inteiro.

Mercado retraído

A situação enfrentada pelo concentrado de laranja no mercado externo é o mais forte indício de que quem vai sair perdendo mais uma vez é o próprio produtor que terá, nesta safra, de vender a sua produção pelo mesmo preço do ano passado. Desde 1984, quando uma geada prejudicou os pomares da Flórida, nos Estados Unidos, esta é a primeira vez que o concentrado de laranja baixa de cotação no mercado externo, a tal ponto, que o preço de uma tonelada anda por volta dos 700 a 750 dólares. No ano passado, nesta mesma época, uma tonelada do concentrado de laranja estava sendo comercializada, a nível de mercado externo, pelo preço de 1.500 dólares.

O Moacir Nardi, supervisor agrícola da Suvalan, indústria esmagadora de laranja localizada em Bento Gonçalves garante que a situação não está para bons negócios. Nem o mercado paulista, que domina todo o mercado brasileiro de laranjas, está conseguindo colocar a sua produção. Só como exemplo, ele lembra que apenas o mercado paulista tem em estoque de 200 a 300 mil toneladas de concentrados ainda da safra anterior.

O preço da laranja caiu a níveis tão baixos, segundo o supervisor da Suvalan, em consequência de três fatores fundamentais: a produção paulista da safra passada que cresceu de 30 a 40 por cento em relação aos últimos anos; a rápida recuperação dos pomares americanos e a retração do consumidor.

Essa retração aconteceu na opinião de Nardi, porque nos anos anteriores os preços dos concentrados tiveram uma alta muito grande. E o consumidor, que na verdade ainda não adquiriu o hábito de consumir sucos, preferiu optar por outros de preços mais acessíveis, como o da maçã, por exemplo, que hoje alcança, a nível de mercado externo, o preço de 1.200 dólares a tonelada. Mesmo enfrentando um mercado bastante retraído, Moacir Nardi garante que a Suvalan pretende manter a sua meta de recebimento do produto que é de 53 mil toneladas.

QUEDA NA PRODUÇÃO

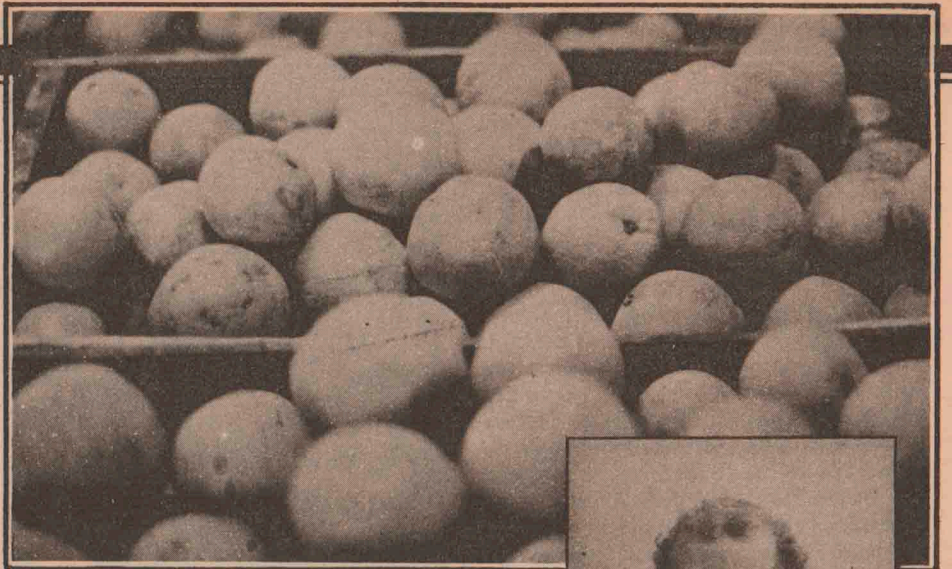
A Cotrijuí já começou a receber laranja dos seus associados, e segundo o Nelci Baroni, gerente do entreposto de hortigranjeiros da Cotrijuí e responsável pela comercialização da laranja, a produção deste ano será inferior a do ano passado, já que a estiagem pegou os pomares bem na época da floração. "É certo afirma, que não vamos alcançar a produção de 1.600 toneladas recebida no ano passado".

O preço fixado este ano é o mesmo da safra anterior, Cr\$ 185,00 pela tonelada do produto. "Sabemos que este não é o melhor preço, afirma, ressaltando ao mesmo tempo, que a laranja é um produto que depende de mercado externo. As indústrias, que são as compradoras do produto se negam a oferecer melhores preços sob a alegação de que estão enfrentando um mercado totalmente retraído. Mesmo assim, ele acha que os produtores devem procurar entregar toda a sua produção, pois a Cotrijuí terá condições, neste ano, de colocar toda a laranja recebida. "Além disso, vale lembrar que qualquer receita obtida com a venda do

produto sempre será uma renda a mais na propriedade. O pior, diz ainda o Baroni, seria a Cotrijuí deixar de fazer mais esta prestação de serviço aos seus associados.

PROGRAMAÇÃO

A exemplo do que ocorreu em anos anteriores, os associados interessados em entregar a sua produção de laranjas na Cotrijuí devem procurar suas respectivas Unidades para fazer a programação quanto ao dia da entrega e o volume de produto. O Baroni aproveita e ressalta que as Unidades somente farão o recebimento nos dias marcados. Esta programação deverá ser mantida, mesmo em caso de chuvas, pois a Cotrijuí também precisa



Produtores receberão Cr\$ 185,00 pela tonelada

atender o seu compromisso com a indústria.

Outras recomendações ficam por conta de cuidados na hora da colheita. O produtor deve evitar a entrega de produto machucado ou quebrado. De preferência entregar o produto ensacado.

Moacir Nardi

A NOVA GERAÇÃO



HS/RS Hatsuta. Apresentamos a nova geração da mais consagrada linha de pulverizadores tratorizados do mercado. Super-versáteis, foram especialmente desenvolvidos para atender todas as necessidades no combate às pragas da nossa agricultura. Proporcionam um alto rendimento, com mais hectare/hora, menor consumo de combustível do trator e perfeita cobertura dos defensivos agrícolas. Em vários modelos, com a qualidade dos produtos Hatsuta.

Venda direta da fábrica ao consumidor nas

HATSUTA®

LOJAS

COTRIJUI

BLOCO MODELO 15

O agricultor Eliseu Antoninho Göetens perdeu seu bloco modelo 15. Quem encontrar, favor entrar em contato com a recepção da Cotrijuí, pelo telefone: 332-2400, ramal 295, ou com José Luisinho Göetens, pelo telefone 13, de Doutor Bozano.

A aveia no MS

O Setor de Pesquisa da Cotrijuf-MS lançou em abril um Boletim Técnico sobre a cultura da aveia no Estado. De autoria do agrônomo Carlos Pitol, responsável pelo setor, o boletim apresenta resultados dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos a partir de 1981 em diferentes regiões do Mato Grosso do Sul.

A aveia é hoje uma cultura em franca expansão no Estado, atendendo a produção de grãos (aveia branca) e a cobertura do solo (aveia preta). Nos cinco últimos anos a área plantada com a aveia preta passou de 190 para 19 mil hectares, enquanto a aveia indústria teve um crescimento expressivo a partir de 1982, chegando a 1.100 hectares no ano passado. O potencial da aveia no Estado e o crescente interesse dos produtores levaram o Setor de Pesquisa a elaborar o Boletim Técnico, objetivando auxiliar técnicos e produtores que trabalham com a cultura.

Quem tem melado que venda

Os produtores associados da Cotrijuf na Regional Pioneira que estiverem interessados em entregar melado, poderão entrar em contato com as suas respectivas Unidades. A Cotrijuf terá condições, neste ano e a exemplo do que ocorreu na safra passada, de comercializar em torno de 10 toneladas de melado. Como o produto deverá ser comercializado aos poucos e, portanto, no decorrer do ano, o Nelci Baroni, responsável pelo setor de

hortifrutigranjeiros da Cotrijuf faz algumas recomendações quanto a qualidade do produto. Entre as recomendações ele sugere que o produtor antes de fazer o melado, observe o ponto de maturação da cana, "imprescindível na qualidade do produto". Pegar sempre os colmos — mais conhecidos entre os produtores como gomos — da parte inferior da cana, que são os maduros. Na hora de fazer o melado, procurar apurar o máximo possível, batendo a calda várias vezes, até que adquira uma cor amarelada e consistente. Neste ponto, o melado resiste por mais tempo, sem fermentar. O preço a ser pago ao associado, pelo produto, será de Cz\$ 4,00 o quilo. O melado é um produto, segundo o Nelci Baroni, que tem custo de ICM e que para chegar até o consumidor, necessita de embalagem adequada e de custo bastante elevado.

Esquila de inverno

Uma prática que há bastante tempo vem sendo desenvolvida na fronteira, começa a ser introduzida na região: a esquila de ovinos no inverno. Só na região da Unidade de Jóiá, foram esquilados, neste ano, no período de meados de abril e fins de maio, em torno de 1.400 ovinos. Para os produtores da região, a esquila no inverno é ainda uma novidade e, até certo ponto, vista com alguma desconfiança. Mas na verdade, segundo o veterinário da Cotrijuf na Região Pioneira, João Carlos Schiffer, a esquila de inverno não tem inconveniente algum e vem provar que é possível de ser realizada de seis em seis meses. É muito mais vantajoso, para o próprio produtor, esquilar o cordeiro nessa época do ano, do que durante o mês de novembro, como diz a tradição, e quando a lã ainda está rala. Como a Cotrijuf possui apenas uma máquina, a esquila, em diferentes épocas do ano, possibilitaria que a prática fosse também estendida a produtores de outras regiões, como por exemplo, a Santo Augusto.

CALENDÁRIO

Hortalicas para o consumo da família

Francisco Salla

A condução de uma horta doméstica é uma atividade gratificante, não só em termos de benefícios pessoais que traz a quem a cultiva, mas também no que se refere a produção de alimentos frescos e saudáveis. Afora estas questões, também é de levar em conta a grande economia que traz para o orçamento doméstico. Não necessita de muitas ferramentas, nem máquinas especializadas, mas, do outro lado, exige um acompanhamento diário e sistematizado.

Como em nossa região os solos são geralmente muito pesados — argilosos — e difíceis de serem trabalhados, a sugestão é escolher locais para implantação da horta onde o solo tenha uma consistência média. Na adubação, a matéria orgânica funciona como uma fonte de nutrientes para as plantas. Ajuda na melhoria das propriedades físicas do solo, o que resulta numa maior capacidade de armazenamento da água, menor erosão, menor lavagem de nutrientes, menor formação de crostas e melhores condições para a germinação de sementes e desenvolvimento das raízes. Na utilização da adubação orgânica, o esterco deve estar bem curtido. A recomendação técnica manda utilizar três quilos de esterco por metro quadrado de canteiro. A correção da acidez do solo com o uso de calcário tem grande importância na horta. A maioria das hortaliças prefere uma faixa de pH entre 5,8 e 6,5 como a mais apropriada para o seu bom desenvolvimento. O calcário deve ser incorporado a uma profundidade entre 10 a 20 centímetros, num período estabelecido entre 1 a 2 meses antes do plantio. Em nossa região pode-se usar um quilo de calcário por metro quadrado de canteiro. Tanto o calcário como o esterco devem ser muito bem misturados com a terra antes do plantio para evitar a queima das sementes ou das raízes das plantas novas. As irrigações são importantes e indispensáveis para a obtenção de produtos de boa qualidade. A água

utilizada na irrigação também deve ser de boa qualidade, pois é bom lembrar que muitas hortaliças são consumidas cruas. Para semeadura nesta época do ano, indicamos a beterraba, cenoura, alface, almeirão, rabanete, ervilha.

ALMEIRÃO

A semeadura é feita em sulcos, distanciados 20 a 30 centímetros numa profundidade de um centímetro. Emprega-se 1 grama de semente por metro quadrado de canteiro. No desbaste, deixar 15 a 20 centímetros entre as plantas. As mudas arrancadas por ocasião do desbaste, podem ser transplantadas para outro local. A colheita acontece entre 50 a 60 dias após a semeadura.

BETERRABA

A semeadura da beterraba é feita diretamente no local definitivo, em pequenas covas distanciadas 20 a 25 centímetros e uma profundidade de 1 centímetro. Coloca-se de 2 a 3 sementes por cova. Ralear quando as plantas estiverem com 5 a 10 centímetros de altura, deixando apenas as mais vigorosas. As mudas arrancadas podem ser transplantadas no mesmo espaçamento. A colheita é feita entre 70 a 90 dias após a semeadura.

CENOURA

No plantio de inverno, utilizar a cultivar Nantes. Na semeadura distribuir as sementes em filetes contínuos, em sulcos distanciados de 20 a 30 centímetros e 1 a 2 centímetros de profundidade, cobrindo-as com leve camada de terra. Em um metro quadrado utiliza-se em torno de 3 gramas de semente. O desbaste é feito quando a planta estiver com cerca de 10 centímetros de altura, deixando um espaço de 4 a 5 centímetros. Eliminar as plantas de menor desenvolvimento. A colheita pode ser feita entre 70 a 120 dias após a semeadura.

RABANETE

A semeadura é feita em sulcos distanciados de 20 a 30 centímetros e numa profundidade de 1 a 2 centímetros. Num metro quadrado de sulco utiliza-se apenas 1 grama de semente. O desbaste deve ser feito quando as plantinhas estiverem muito

juntas, deixando-se um espaço de 2 a 3 centímetros da outra. Colheita: 25 a 30 dias após a semeadura.

ALFACE E CHICÓRIA

Deve-se ter muito cuidado ao escolher a cultivar a ser plantada no período de inverno. A semeadura é feita nas sementeiras, em pequenos sulcos de 1 centímetro de profundidade, espaçados de 10 centímetros. Emprega-se de 2 a 3 gramas de semente por metro quadrado. A alface pode ser semeada diretamente no canteiro para posterior desbaste. O transplante é feito quando as mudas estiverem com 4 a 5 folhas, procurando sempre escolher as melhores mudas. Devem ser plantadas a uma distância de 30 centímetros. Colheita: 60 a 80 dias após o plantio.

COUVE, REPOLHO E COUVE-FLORES

Cultivares recomendadas: no caso da couve de folha, a manteiga; couve de inverno, a Teresópolis e a Bola de Neve e para o repolho de inverno, o Chato de Quintal, Coração de Boi e Crespo Roxo. A semeadura é feita em sulcos, distanciados de 10 centímetros e com 1 centímetro de profundidade. O transplante deve ocorrer quando as mudas estiverem com 4 a 5 folhas e 10 a 15 centímetros de altura. A couve pode ser transplantada, utilizando-se a brotação que aparece nas plantas em produção. Espaçamento utilizado para o inverno: couve, de 80 centímetros a um metro por 50 centímetros entre plantas na linha, repolho ou couve flor, 50 por 80 centímetros.

ERVILHA DE VAGEM

Na semeadura deixar cair 15 a 20 sementes por metro de sulco. Cada grama contém de 3 a 5 sementes. Espaçamento ideal: de 40 centímetros entre plantas por 1 metro entre linhas. A ervilha de vagem exige estaqueamento. A estaca deve ter galhos para melhor suportar a planta, o que elimina a amarração. A estaca deve medir aproximadamente 2 metros.

• Francisco Salla é agrônomo e responsável pela área de hortigranjeiros da Cotrijuf, Região Pioneira.

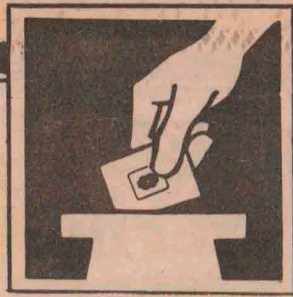


407 animais foram leiloados

FEIRAS

Bons negócios

A XIII Feira do Terneiro, a III Feira da Terneira e o Grande Remate de Gado em Geral, realizados simultaneamente no dia 26 de maio, no Parque de Exposições Assis Brasil de Ijuí, registraram um excelente volume de negócios. Foram levados a leilão 407 animais. A procura por terneiras e terneiros foi muito grande e a maioria dos animais foram vendidos para compradores de Santa Catarina e São Paulo. "Poucos animais ficaram na região", comenta o Valdir Groff, veterinário da Secretaria da Agricultura e coordenador das Feiras. É que na verdade, a região não tem tradição na criação de gado de corte, por isso a evasão para outros Estados. Foram leiloados 175 terneiras e as vendas atingiram um total de Cz\$ 362.000,00, com um preço médio obtido pela venda dos animais de Cz\$ 2.068,00 por terneiro. O preço médio por quilo ficou em Cz\$ 10,14. O número de terneiras leiloadas chegou a 75, alcançando um total de Cz\$ 125.250,00. O preço médio obtido por animais foi de Cz\$ 1.670,00 e o preço médio por quilo ficou em Cz\$ 8,53. As vendas de terneiros — macho e fêmeas — alcançaram o montante de Cz\$ 487.250,00. Dos 157 animais — gado bovino em geral — inscritos no Remate, foram leiloados 140, totalizando, nos negócios Cz\$ 294.450,00.



O voto das mulheres

Amabile Burtet Carneiro é proprietária de 4 hectares na localidade de Esquina Santo Antônio, em Jóia. É solteira, sindicalizada e associada da Cotrijuí desde março do ano passado. Este será, portanto, a primeira vez que Amabile participará da escolha dos representantes, mas até o dia 20 de maio ela ainda não tinha candidato. E tampouco acreditava na possibilidade de uma mulher vir a ser eleita pela primeira vez, apesar de admitir que está na hora disso acontecer.

Ela ganhou dois hectares de herança deixada pela mãe, Iva Carneiro, e depois comprou outros dois hectares. Nessa área, planta soja no verão e pastagem no inverno, para vacas de leite do plantel dela e do pai, Vítor Conceição Carneiro. "Eu faço a planta nos quatro hectares, e o resto quem cuida é ela" diz seu Vítor, que tem mais quatro filhos morando em Esquina Santo Antônio. Outros quatro filhos são casados e trabalham por conta. A família cuida de 27 hectares e meio, além dos quatro hectares de Amabile.

"Eu controlo a minha parte, quando trato de assuntos na Cooperativa, e cuido também de alguma coisa do meu pai", conta ela. Amabile acha que os representantes nem sempre correspondem à expectativa da comunidade, mas não se mostra disposta a encarar uma eleição. Ela entende que há casos em que o "representante defende muito mais a cooperativa do que o associado". Mas acredita que não teria tempo para se dedicar com afinco, como a função exige, à tarefa de atuar como líder de núcleo, e ajudar a corrigir o que considera errado. Isso não quer dizer que não votaria numa mulher, se aparecesse uma candidata. Só que até o final de abril isso não havia acontecido em Esquina Santo Antônio.

BOA ASSOCIADA

A dona Alzira Goi, 58 anos, viúva, é proprietária de 28 hectares na localidade de Parador, em Ijuí. É associada da Cotrijuí desde 1978, quando ficou viúva. Votou pela primeira vez na eleição passada, que elegeu a nova diretoria da Cotrijuí e embora ainda não soubesse que em agosto tem eleição para representante, a dona Alzira garante que pretende votar, "e exercer um direito que é meu". Conta que não votou nas eleições anteriores, porque ainda não entendia direito todo o processo de Estrutura do Poder.

Ela trabalha na sua terra em sociedade com um filho casado e com a ajuda de um outro filho solteiro. É a favor da eleição da mulher associada para atuar como representante, mas não se arrisca a sair como candidata. "Eu não gostaria de ser eleita representante, porque acho que não tenho mais idade para atuar como líder dos associados. Mesmo assim, não me importaria de votar em alguma mulher, desde que ela fosse uma boa associada".

Geni Werworm é associada da Cotrijuí desde o ano passado. Ela é viúva, tem 37 anos, três filhos e é proprietária de 91 hectares na localidade de Linha 4 Oeste, em Ijuí, onde dirige a propriedade com a ajuda de um empregado efetivo. Ela planta soja, feijão, milho, arroz, no verão e trigo no inverno. Leite só para o gasto da família. Todo o serviço de banco e as lidas na cooperativa são feitas pela própria Geni.

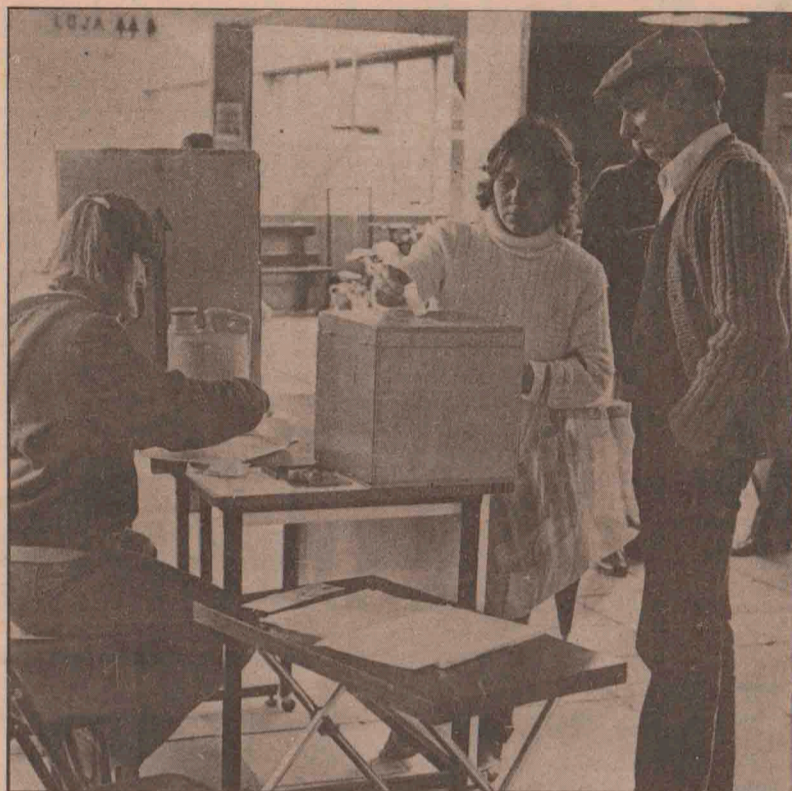
Confessa que quase não tem tempo para participar das reuniões da Cooperativa, por essa razão, nem sabia que daqui a três meses vai ter eleição para a renovação do Conselho de Representantes. Também não tinha conhecimento de que co-



Amabile



Alzira



Nesta eleição 483 mulheres associadas da Cotrijuí na Região Pioneira terão direito a voto



Geni



Dora



Nair

Durante algum tempo, enquanto a Estrutura do Poder funcionou em caráter experimental, as mulheres, mesmo aquelas que não eram portadoras de títulos de associadas da Cotrijuí, tiveram a oportunidade de votar durante as eleições, em substituição aos seus maridos. Após a incorporação do texto da Estrutura do Poder aos Estatutos da Cooperativa, a mulher perdeu esse direito, pois o Incri, o responsável pela aprovação do novo sistema, achou que a participação da mulher não associada nas eleições, votando em lugar do marido, significava delegação de voto. Mas já a partir desta eleição para representante, a ser realizada em 22 de agosto, 483 mulheres associadas e ligadas às Unidades da Região Pioneira, estarão votando. Elas também poderão ser candidatas e eleitas representantes. O que as mulheres pensam da atual Estrutura do Poder e do fato de, por serem associadas, poderem ser eleitas representantes? Como elas encaram o fato da mulher não associada não ter direito a voto? Cinco mulheres associadas dão a sua opinião sobre estas questões na matéria abaixo.

mo associada, pode ser eleita representante. "Sei apenas que posso votar no dia da eleição", conta ela.

Geni diz que não tem coragem de enfrentar uma eleição, mas não se importaria de votar numa mulher para representante, "pois conheço muitas que são mais interessadas pelos problemas da Cooperativa que muito associado". Só lamenta que a maioria destas mulheres não possam votar e nem ser votadas, apenas porque não possuem o título de associada. "Na minha opinião, o título de associado tinha que pertencer ao casal e na hora da votação, caso o marido não pudesse votar, a mulher o substituir".

PARTICIPAÇÃO

Para Dora Bartuschus, votar nas eleições da Cotrijuí não é apenas uma obrigação de associado, mas também uma forma de participação. Dora é solteira e proprietária de 37,5 hectares na localidade de Linha 17, Ajuricaba. Ela herdou meia colônia da mãe e o resto da terra foi comprando aos poucos.

Trabalha na lavoura desde os seis anos de idade e nunca teve medo de enfrentar uma lida pesada como esta. Planta em sociedade com o irmão, o Carlos Bartuschus, mas todo o trabalho da propriedade é feita de comum acordo. "Faço questão de discutir em conjunto com o Carlos o que plantar".

Dora é associada da Cotrijuí desde 1974, quando começou a entregar o produto. De lá para cá, deixou de votar em apenas uma eleição e isso por-

que na hora da votação, havia deixado a carteirinha em casa. Se sou associada da Cooperativa, tenho a obrigação de participar de suas decisões. Acho que uma forma de fazer parte do processo é escolher um bom associado que me represente". Tomando como exemplo o seu caso, de mulher determinada, Dora diz que realmente está na hora de alguma mulher ser eleita representante. "Não me importaria, de forma alguma, de votar numa mulher, desde que ela tivesse capacidade. A Inglaterra não é governada pela Margaret Thatcher? A mulher tem o mesmo direito que o homem, diz ainda, lembrando que até no título de eleitor a mulher já está substituindo o tradicional "do lar" ou "doméstica", por "agricultora" ou ainda "trabalhadora rural".

Embora seja uma assídua frequentadora das reuniões de núcleos que acontecem na sua localidade e conhecedora de muitos dos problemas da Cooperativa, Dora diz que não gostaria de ser candidata. Não sabe dirigir carro e não gosta de depender dos outros. Além disso, cuida de uma tia e do pai.

AVANÇO

Outra associada da Cotrijuí desde o ano passado é a Nair Bruinsma. Ela é solteira, tem 28 anos e é proprietária de 10 hectares na localidade de Linha Progresso em Augusto Pestana. A Nair vai votar este ano pela primeira vez e ainda não tem candidato. Ela mora com os pais. A terra que possui, recebeu do pai, o seu Benno Bruinsma.

Mesmo não tendo ainda um candidato, Nair diz que quer votar num associado atuante, cooperativista e que tenha capacidade de devolver aos demais associados as informações recebidas dentro da Cooperativa. Ela acha que a figura do representante anda um tanto desgastada. "Ele tem vontade de ajudar mais na cooperativa, mas não está podendo, até por falta de informações".

Não acredita que ainda nesta eleição saia alguma mulher como representante em função do número reduzido de associadas com direito a voto. "As mulheres hoje estão bastante avançadas e, inclusive, participando muito mais dentro da própria cooperativa, mas infelizmente, por não possuírem título de associadas, não têm direito a voto". Toda essa questão, segundo a Nair, além de limitar a participação da mulher dentro da cooperativa, deixa-a ainda mais marginalizada". Ela acha que a situação já foi pior e que hoje a mulher começa a despertar. "O trabalho de núcleos foi muito importante para o crescimento da mulher na região. Hoje tem muita mulher, que em qualquer reunião, não se aperta nas conversas e discute os problemas da cooperativa de igual para igual com os homens".

Por envolver a representatividade de todo um quadro social, a Nair acha que a tarefa do representante não é muito fácil. Ela mesma acha que não sabe se teria coragem de se candidatar. "Confesso que nunca pensei no assunto. Mas é uma questão para ser muito bem analisada".



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação Maria Aparecida Pereira Mendes

E o Cometa, alguém viu?

Pois é pessoal. Estamos de volta depois da ausência do mês passado. A Escola de 1º Grau Francisco de Assis suspendeu suas aulas no dia 29 de abril para tentar encontrar alternativas para a continuidade de seu trabalho. Ainda estão faltando professores na escola e dependemos das novas nomeações dos professores aprovados no concurso do Magistério Estadual para preencher estas faltas. Enquanto elas não vêm, cada professor com algum tempo disponível, está

realizando alguma outra atividade na escola. Assim, vamos retomando as nossas atividades costumeiras. Até o mês que vem. Um abraço. Cida.

Nesta edição temos bastante histórias e poesias sobre o Cometa Halley, pois quando nossos leitores nos enviaram seus trabalhos, todos ainda estavam na expectativa de ver o tal anunciado cometa. Acontece que ele não veio, e se veio, muito pouca gente viu. Mas mesmo assim,

nós não vamos deixar de publicar os trabalhos do pessoal que, como nós, esperava ver o cometa.

Ele foi muito anunciado e parece que quem lucrou com isto foram os fabricantes de lunetas e aqueles que enfeitaram seus produtos com gravuras do Halley.

Será que os astrônomos erraram os cálculos da passagem do cometa ou este foi mais um golpe para os comerciantes ganharem dinheiro às custas do povo?

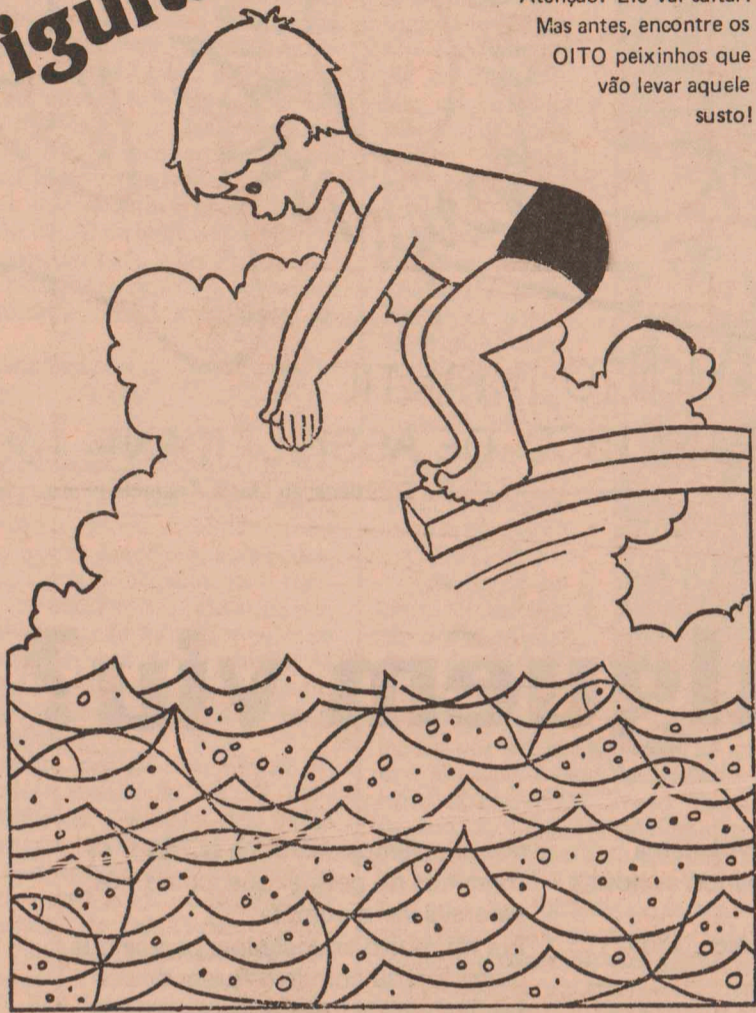


"Os carpideiros observando o Halley"

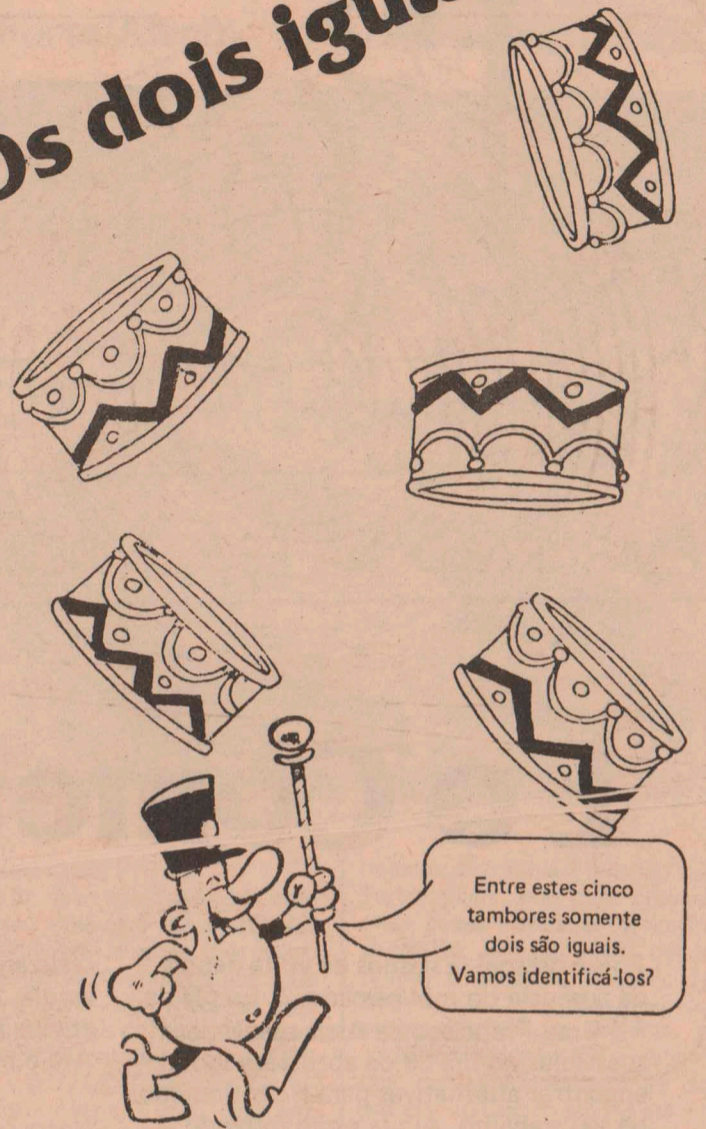
Nelson Batezini
8 anos - 3ª série
Esc. Francisco de Assis

Figuras ocultas

Atenção! Ele vai saltar!
Mas antes, encontre os
OITO peixinhos que
vão levar aquele
susto!



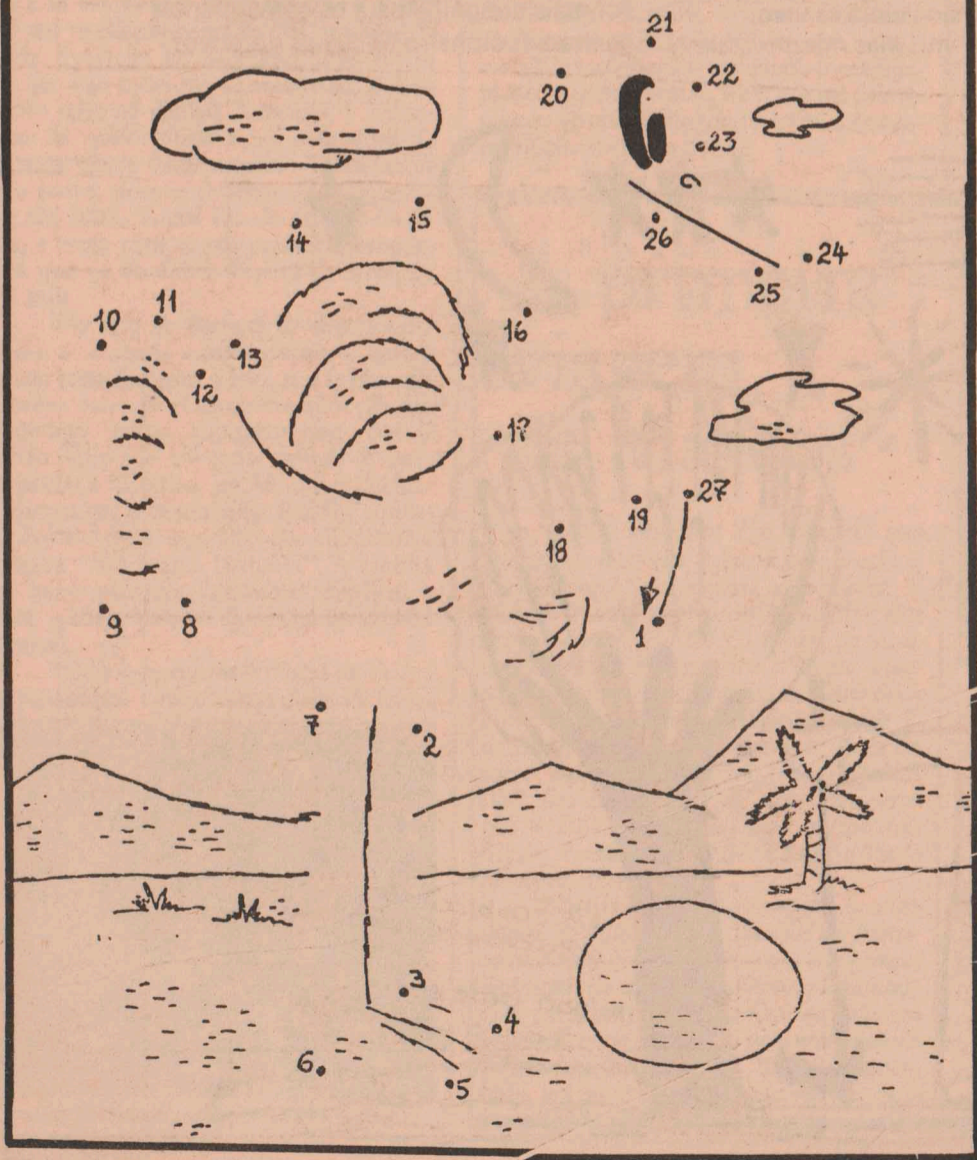
Os dois iguais



Entre estes cinco
tambores somente
dois são iguais.
Vamos identificá-los?

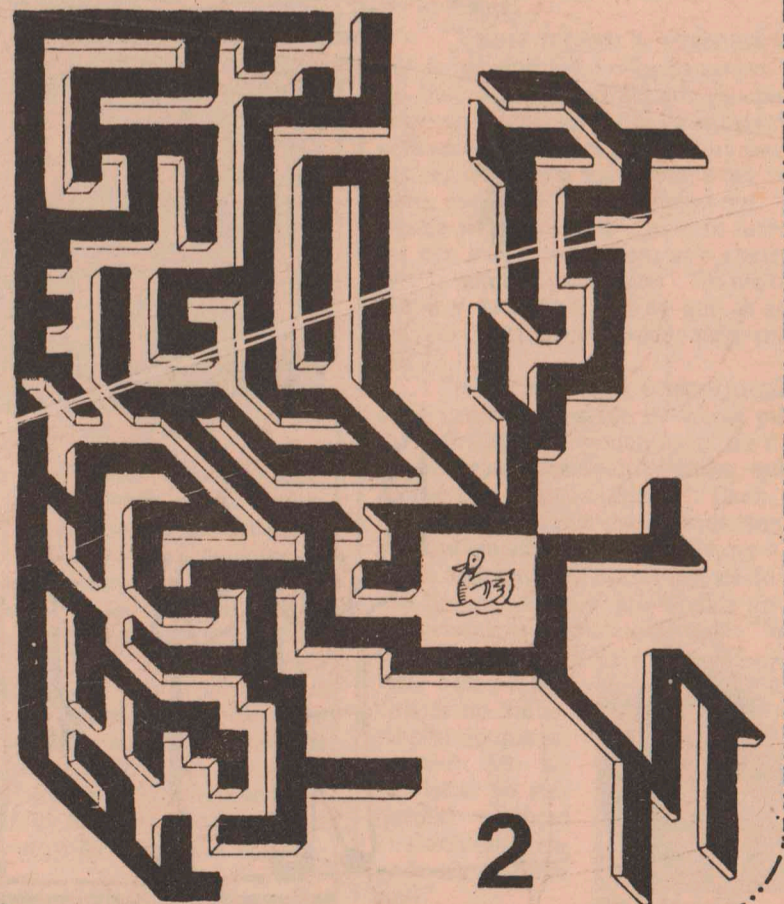
Liga-Ponto

Ligue todos os pontinhos até completar o desenho.



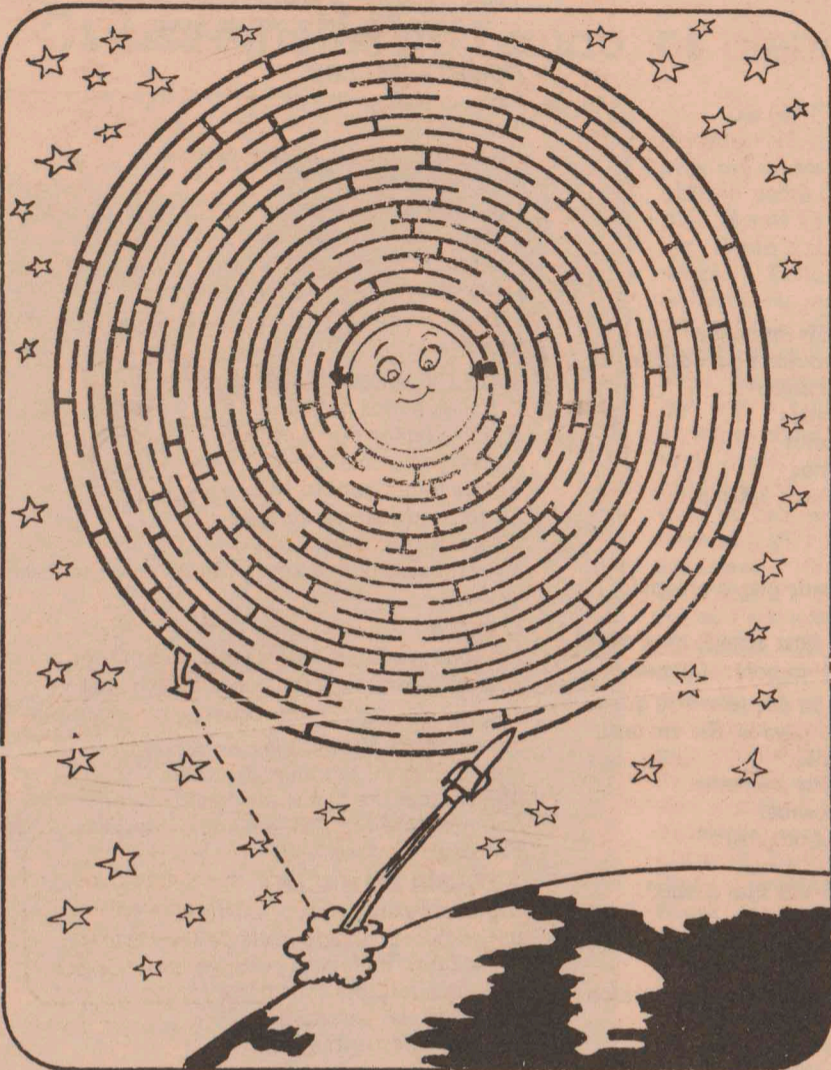
Procure o caminho

Qual o caminho que
você deve seguir para
encontrar o patinho?
Procure e marque
com o lápis.



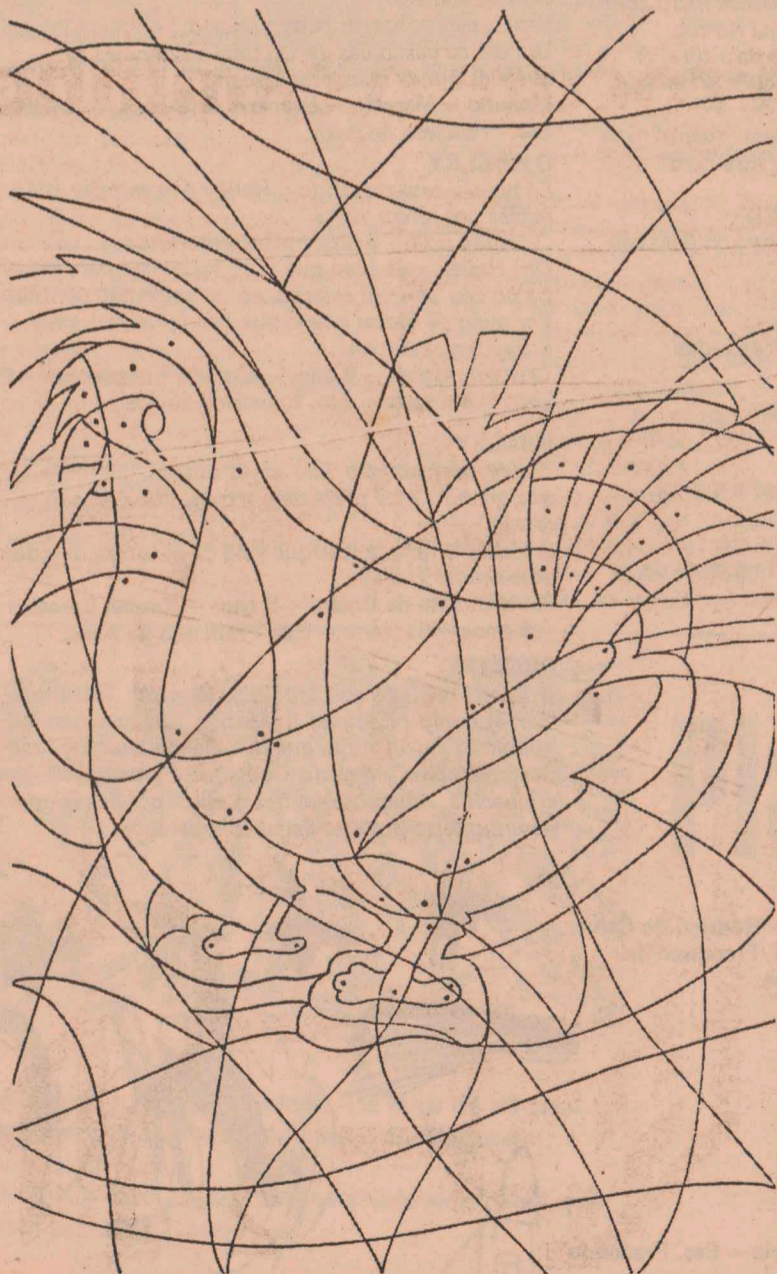
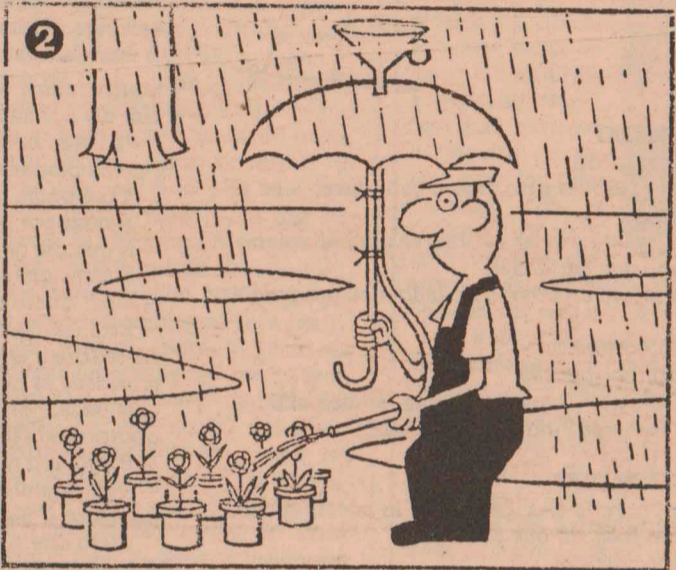
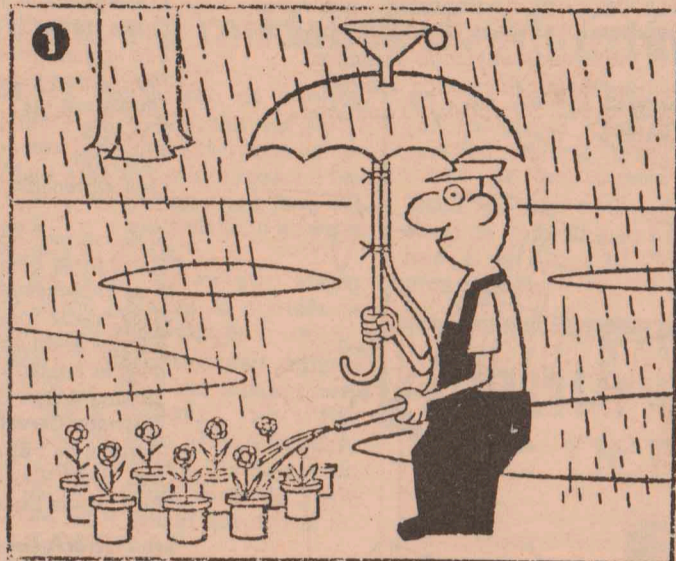
Procure o caminho

Marque com um lápis o caminho que a astronave deverá percorrer para chegar à Lua e depois retornar à Terra.



O jogo dos erros

Observe as duas gravuras e descubra quais as diferenças entre elas.



Pinte os espaços marcados com um ponto e veja que figura aparece.

Diretas

			8ª LETRA DO ALFABETO		
--BRA					
					A, B, D, E, F
					--GREJA
					(PLURAL)

Página do Leitor

Pois é, pessoal! As cartas dos nossos leitores estão começando a chegar e isso nos deixa muito contentes. O Cotrisol é de vocês e é muito importante que vocês nos escrevam, contando histórias, dando sugestões de assuntos a serem publicados, enviando desenhos, pesquisas feitas nas escolas. Aceitamos, também, sugestões das professoras. É importante que todos participem. Um abraço. Cida.



O GATO SEM MEDO

Ele gosta de caçar ratos.
Os ratos tinham medo do gato, mas o gato disse: — eu te caço assim mesmo.
Mas no abrigo, levanta a cabeça, observa um barulhinho e, era um ratinho que barulhava.
O gato esperto estava esperando no lado, deu um pulo e agarrou o rato.
O gato está bem gordinho.
Ele caça três ratinhos por dia.
Tarciane Uhde Ziotti — 7 anos — Escola Municipal D. Pedro I — Vila Ramada Pinhal — Ajuricaba.

ALFABETO DO ALUNO

Ame os estudos, porque eles lhe abrirão as portas da vida
Busque entender, mais do que decorar.
Cria na sua capacidade.
Disponha-se a ajudar os colegas.
Estime seus mestres.
Fique atento na aula.
Garanta boa média nas matérias.
Habitue-se à leitura
Imponha-se horário de estudo.
Jogue e pratique esportes no colégio.
Livre-se dos maus colegas.
Mais vale colaborar do que criticar.
Não insulte os colegas.
Ódios e invejas, longe de você.
Participe de grêmios e reuniões estudantis.
Quando alguém falar, ouça calado.
Respeite, se quer ser respeitado.
Saúde seus professores e colegas.
Trace rumos de sua carreira.
Una a prática à gramática.
Valha-se do mestre nas dificuldades.
Xingamentos e grosseiras não resolvem problemas.
Zele pela limpeza e conservação do seu colégio.
Rosane Fátima Souza — 3a. série — Esc. Est. de 1º Grau Incompleto Pontão dos Buenos — Tronqueiras — Miraguaí.



A TURMA DA ENXADA

A turma da enxada danada,
É muito engraçada.
A turma da enxada danada
É muito assanhada.

A turma da enxada danada,
É muito danada, assanhada,
É arreganhada, mas já,
Que a turma da enxada,
São as danadas carpadoras,
Muito conversadoras,
Namoradeiras
Faceiras
Vão ficar,
Desempregadas.

E daí vão ver só eles,
Carpidores para carpir
E as cozinheiras, para cozinhar.
Esta poesia foi criada a partir das discussões que aconteceram após a leitura da matéria do Cotrijornal, do mês passado: "A turma da enxada".

Juliana Abreu dos Santos — 9 anos
Cristiane Carvalho Gehm — 8 anos
Tatiana de Fátima Carré — 9 anos
Esc. de 1º Grau Francisco de Assis — Unijuf
Prof. Irene Lucchese

A TURMA DA ENXADA

Era uma vez uma pequena enxada que já era meio velhinha. A enxada já era podre.
A enxada estava já cansada de ficar atirada num canto e noutra, caída nas pedras duras do porão e até de pé.
Um dia a enxada caiu um tomo daqueles e se quebrou toda! Não havia ninguém para salvá-la. Ela viu uma pomba pousar na janela do porão.
— Você podia me ajudar? — disse a enxada.
— Ajudar por que? — disse a pomba.
— É que me quebrei, você me ajuda nisto?
— É claro que sim!
— Oba! Então me ajuda a subir em suas costas?
— Está bem, eu ajudo você.
Lá se foram eles ao doutor das enxadas ver se tinha gravidade as quebraduras.
Que pena, nossos heróis perderam a viagem. O único doutor acabou de viajar para o México.
— E agora, o que vamos fazer? — disse a enxada.
— Vamos junto com ele. Já que ele foi, porque não podemos ir junto para o México? — disse a pomba.
— Claro que vamos! Por que não pensamos nisto antes?
E lá se foram os dois, em um vôo acima do céu.
— Viu, dona pomba. Eu tenho medo da altura. A senhora já sabia, ou não? — disse a enxada tremendo de medo.

— E se o senhor quer saber de uma coisa, quanto mais alto eu vôo, mais cedo chegaremos lá, está bem? — respondeu a pomba.
— Tá bem! Mas não sei se aguento até lá.
Bem, a enxada vai ter que aguentar esse vôo pelo céu azul, não acham?
— Chegamos! — disse a pomba.
Oba, terra! — disse a enxada para a terra.
Logo depois localizaram o doutor das enxadas.
— Olá, senhor! — disse a enxada.
— Olá, como vai você? — disse o doutor
Vou muito mal, acho que quebrei meu cabo. O que eu faço?
— Mas não tem nada quebrado! — disse o doutor.
Oba! que bom!
E agora ele foi pintado e todos usavam ele.
Patrícia Kaminski — 3a. série — Esc. Francisco de Assis — Unijuf — Prof. Irene Lucchese.

HALLEY NO CÉU

Halley, meu amigo
Você traz multidão
Halley, meu amigo
Que pena que você vai embora
Halley, disseram que
Você ia pechar na terra
E trazer desgraça
Halley, olhe para o céu!
Nós, terráqueos do mundo inteiro
Queremos ver você.
Felipe Bardine — Júlio Barriuello — Rodrigo do Carmo (todos com 8 anos) — 3a. série — Esc. Francisco de Assis — Unijuf — Prof. Irene Lucchese.

COMETA DE HALLEY

O Halley é bonito
E brilha lá no céu.
É uma alegria de paz.
O cometa é luminoso,
Eu quero ver o cometa
Euforia para todos
Que querem vê-lo.
Carolina Charnesti — 9 anos — 3a. série — Esc. Francisco de Assis.

HALLEY, O MEU AMIGÃO

Eu vi o Halley do avião
Ele é o meu amigão
Parece um anão
Mas na verdade é um grandalhão
O Halley traz o motivo
Para paz dos ricos e dos mendigos.
Fabio Dapper — 9 anos — Tiago Lucchese — 8 anos — 3a. série Esc. Francisco de Assis

COMETA HALLEY

Cometa Halley
Brilha, brilha
Sem parar, anunciando ao pessoal
Que logo chegará.
Que alegria, que emoção
Entusiasmo não falta, não
Alguns choram, alguns brilham de alegria
E por que chorar, se é melhor brincar?
Patrícia Kaminski — 9 anos — 3a. série — Esc. Francisco de Assis.

HALLEY, MEU AMIGO

O Halley é uma beleza
E veio da natureza
Halley, meu amigão
Você é muito gordão
Eu tô dando o meu abraço
E vai um aperto de mão.
Nelson Batezini — 8 anos — 3a. série — Esc. Francisco de Assis.

O META

Era uma vez umas pessoas que acreditavam em tudo.
Um dia passou uma coisa esquisita no céu.
Uns diziam que era um foguete e outros diziam que se era o cometa Halley, iria cair pedras na terra e outros diziam que vai terminar o mundo.
Mas era mentira que ia terminar o mundo.
Celomar José Fransen — 9 anos — 3a. série — Esc. Francisco de Assis.

A POESIA DO HALLEY

Era uma vez no espaço, existia um cometa chamado Halley e seu irmãozinho Halleyzinho.
Eles faziam muita folia nesse espaço.
Certo dia eles passaram na terra e destruíram tudo que havia lá perto.
As pessoas ficaram apavoradas com os cometas, depois eles voltaram para o espaço.
Um dia os pais deles deram uma surra neles que eles nunca mais esqueceram.
Luciano — Marcelo — Leandro — (8 anos) — 3a. série — Esc. Francisco de Assis.

O HALLEY

Lá no céu está passando o Halley e as estrelas estão felizes por terem visita.
O Halley brilha, é uma coisa muito linda.
Oh! Halley, que bom que você vai passar para me olhar.
Lá no céu tem mil estrelas, só do norte não contém.
Por meio de tantas coisas que tem lá no céu, pelo halley me apaixonarei.
Cristiane Gehm — 8 anos — Daniela Bittencourt — 9 anos — 3a. série — Esc. Francisco de Assis.

HALLEY

Halley, meu amigão, vou sentir saudade de você. Tomara que quando você passe de novo em 2062 eu não esteja morta.
O Halley é uma beleza que veio da natureza descoberto pelo senhor Halley.
Paula Batista da Rocha — 8 anos — Raquel Barcelos — 8 anos — 3a. série — Esc. Francisco de Assis.

RECADO

Estamos pedindo ao Claudiocir Barcelos Teixeira, lá da Esc. Municipal Esquina Aparecida, que nos mande a poesia do Pato Pateta, que nos mande também uma ilustração para a mesma. Como ela é uma poesia bastante conhecida, achamos que fica melhor publicá-la com um desenho feito por ele. Estamos esperando.

